

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SAMANTA ELISA MARTINELLI

**AS COSTUREIRAS DO MEI: UMA ANÁLISE DO TRABALHO
SUBCONTRATADO DAS FACÇÕES DO POLO REGIONAL DE
CONFECÇÕES DE MARINGÁ-PR**

CURITIBA

2017

SAMANTA ELISA MARTINELLI

**AS COSTUREIRAS DO MEI: UMA ANÁLISE DO TRABALHO
SUBCONTRATADO DAS FACÇÕES DO POLO REGIONAL DE
CONFECÇÕES DE MARINGÁ-PR**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal de Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Bridi.

CURITIBA

2017

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Martinelli, Samanta Elisa

As costureiras do MEI: uma análise do trabalho subcontratado
das facções do Polo Regional de Confeccões de Maringá -PR /
Samanta Elisa Martinelli – Curitiba, 2017.

109 f.; 29 cm.

Orientadora: Maria Aparecida Bridi

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências
Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Subcontratação - Administração de empresas. 2. Contrato de
trabalho - Brasil. 3. Corte e costura – Mulheres – Condições sociais.
4. Microempresa Individual (MEI). I. Título.

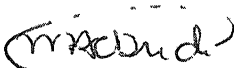
CDD 305.4

ATA Nº14

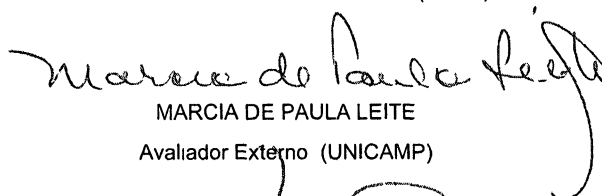
ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM SOCIOLOGIA

No dia dezenove de Abril de dois mil e dezessete às 14 00 horas, na sala 914, Universidade Federal do Paraná, Edifício D Pedro I, Reitoria , foram instalados os trabalhos de arguição da mestranda **SAMANTA ELISA MARTINELLI** para a Defesa Publica de sua dissertação intitulada **As costureiras do Mei uma análise do trabalho subcontratado das facções do Polo Reginal de confecções de Maringa** A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pos-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros MARIA APARECIDA DA CRUZ BRIDI (UFPR), MARCIA DE PAULA LEITE (UNICAMP), ALDACY RACHID COUTINHO (UFPR) Dando inicio a sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições A aluna respondeu a cada um dos arguidores A presidência retomou a palavra para suas considerações finais e, depois, solicitou que os presentes e a mestranda deixassem a sala A Banca Examinadora, então, reuniu-se sigilosamente e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela Aprovação da aluna A mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, apos o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, MARIA APARECIDA DA CRUZ BRIDI, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora

Curitiba, 19 de Abril de 2017


MARIA APARECIDA DA CRUZ BRIDI

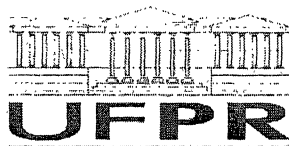
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


MARCIA DE PAULA LEITE

Avaliador Externo (UNICAMP)


ALDACY RACHID COUTINHO

Avaliador Externo (UFPR)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **SAMANTA ELISA MARTINELLI** intitulada: **As costureiras do Mei: uma análise do trabalho subcontratado das facções do Polo Reginal de confecções de Maringá.**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua

Aprovação

Curitiba, 19 de Abril de 2017.

MÁRIA APARECIDA DA CRUZ BRIDI

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

MARCIA DE PAULA LEITE

Avaliador Externo (UNICAMP)

ALDACY RACHID COUTINHO

Avaliador Externo (UFPR)

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de generosidade e reconhecimento. É lembrar que nada nessa vida se consegue sozinho. Por isso mesmo, apesar de a escrita ser um ato solitário, consciente ou inconscientemente, sabemos que existem pessoas conosco e que não estamos sozinhos: isso nos dá força para continuar.

Comparando-as a um espetáculo teatral, em que as luzes se acendem sobre os atores principais, as pesquisas científicas ocultam muitas pessoas que estão por trás, nos bastidores dessa construção científica, estruturando nossa atuação. Sem elas, nossas conquistas jamais existiriam e nossas histórias não seriam tão preciosas.

É nesse sentido que começo agradecendo a Deus, sua graça e sabedoria concedidas e por me lembrar sempre de ser humilde (onde quer que eu esteja) e de conservar meus caminhos.

Agradeço a minha família, não apenas pelo apoio emocional nas horas difíceis, mas também pela participação ativa na realização desta conquista. Agradeço a minha mãe, meu abrigo seguro, mulher de fé inabalável que me ensinou que, por mais que eu faça ciência, nunca devo negar que “Deus é o arrimo da minha sorte”. Agradeço ao meu pai, homem que sempre se esforçou muito para que eu e meus irmãos pudéssemos ter uma vida de acesso à cultura e interesse pela ciência. Agradeço também a minha irmã, companheira de discussões científicas que, com sua calma, faz mais doce meu cotidiano. Agradeço a Rosi, irmã na fé, que por um laço sentimental considero um membro da família: agradeço muitos suas orações em meu favor.

Agradeço à Profa. Maria Aparecida Bridi, pela confiança depositada em minha pesquisa desde minha entrada no mestrado, quando eu era apenas uma desconhecida, até ao final deste processo, pelo qual nos tornamos muito mais próximas. Nesse percurso de dois anos, reafirmamos um laço de respeito e solidariedade, algo por que sempre serei grata. Agradeço muito também às professoras participantes da banca de qualificação, Márcia Leite e Aldacy Coutinho, pela leitura valiosa que me ajudou a enxergar os melhores caminhos para a continuação e finalização desta pesquisa.

Agradeço à Rose Mello, por suas leituras incansáveis ao meu texto, pelo incentivo na hora do cansaço e pela admiração e confiança em minha pesquisa. Também ao amigo Renan Avanci, sempre solícito e comprometido a me ajudar no que precisasse, desde as dificuldades de campo até às intempéries da vida pessoal.

Aos meus caros(as) companheiros(as) da turma de mestrado em Sociologia,

principalmente Tati, Guido e Taute, que acompanharam as minhas idas e vindas entre Curitiba e Maringá e que me receberam de várias maneiras, além de compartilharem suas histórias nesse momento único na trajetória de cada um. Aos amigos do GETS (Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade) que, com valiosas discussões, fizeram com que me sentisse acolhida, compartilhando minha pesquisa. Aos diversos amigos queridos de Maringá que, mesmo distante, acompanhavam um pouco dessa caminhada e sempre me incentivaram a realizar um bom trabalho.

Agradeço ao apoio da CAPES, instituição financiadora desta pesquisa. Agradeço ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, principalmente ao setor administrativo e ao corpo docente.

Por último, agradeço muito a todas as minhas entrevistadas, de maneira especial às costureiras que abriram as portas de seus lares para que uma pesquisadora pudesse relatar e compreender o cotidiano desse trabalho tão árduo e digno. Sou grata por cada história compartilhada, pois me fizeram lembrar como a Sociologia tem um papel fundamental na compreensão do outro e de sua realidade social. O trabalho de campo reafirmou a importância dos estudos da Sociologia do Trabalho e me provou que nunca podemos perder a sensibilidade, já que ela é um ato de resistência em dias difíceis.

RESUMO

O processo de implementação da flexibilização das relações do trabalho no cenário brasileiro se encontra em pleno debate. As modalidades flexíveis, como o trabalho em domicílio e o aumento das subcontratações, aparecem como peças centrais do processo produtivo atual no segmento de confecções, fato decorrente do enxugamento das maiores empresas. Nesse sentido, observamos crescer a atuação das denominadas facções, microestabelecimentos subcontratados de trabalho domiciliar responsáveis por todo o trabalho de costura de roupas para empresas maiores (contratantes). Essas facções, nosso objeto de pesquisa, representam o elo mais frágil da cadeia produtiva extensa, demonstrando a manutenção das formas de exploração do trabalho sob novas roupagens. Sob um viés de discussão do processo de acumulação flexível, buscamos compreender a importância da atuação desses estabelecimentos de costura para a lógica produtiva flexível, assim como analisamos os impactos das modalidades flexíveis sobre as condições de trabalho às quais as costureiras são submetidas diariamente. Para tanto, metodologicamente seguimos as “trilhas” produtivas e comerciais do setor, que nos levaram a um percurso de campo amplo envolvendo visitas a empresas maiores (de grande e médio porte), menores, sindicatos e facções. Nesse percurso ganha destaque em nossa pesquisa o estímulo ao processo de formalização das facções domiciliares subcontratadas, que, enquadrando-se na categoria de Microempresas Individuais (MEI), passam a ser encaradas como prestadoras de serviço, fato que na realidade tem mascarado a real condição de trabalho das costureiras.

Palavras-chave: Facções; Flexibilização; Subcontratação; Microempresa Individual (MEI).

ABSTRACT

The process of implementation of the flexibility of labour relations in the Brazilian scenario is in the midst of an intense debate. The flexible modalities as home working and the increase of subcontracting arise as the centrepieces of the current productive process in the clothing segment, which derives from the major enterprises productive downsizing. In this regard, we observe the growth of the denominated factions, subcontracted micro establishments of home-based work, responsible for all the sewing process for the larger companies (contractors). The factions, our research object, represent the most fragile link in this extensive productive chain, demonstrating the maintenance of exploitation forms under new costumes. Under the approach of the flexible accumulation process, we aim to understand the importance of the acting of these sewing micro establishments for the flexible productivity logic, as well as to analyze the impacts of the flexible modalities under the working conditions in which the seamstresses are daily subjected to. For this purpose, we methodologically follow the productive and commercial "tracks" of this sector, which lead us to a wide field trajectory involving visits to larger companies (large and medium-sized companies), smaller companies, syndicates and factions. On this path, it is also emphasized in our research the stimulus to the formalization process of the subcontracted home factions, framed into the category of small individual companies, becoming a service provider, fact which has dissembled the real labour condition of these seamstresses.

Keywords: *Factions, Flexibilization; Subcontracting; Small Individual Company.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – As transformações do mundo do trabalho e a produção flexível no segmento da produção do vestuário	15
1.1 Sobre nosso objeto de estudo e o caminho da pesquisa	20
1.2 A metodologia, as trilhas e nosso objeto	24
CAPÍTULO 2 - Nas trilhas da produção do vestuário.....	27
2.1 O Polo Regional de Maringá	27
2.2 Nas teias da globalização e os caminhos da moda.....	32
2.3 Entre <i>Guangdong</i> , São Paulo e Maringá	36
2.4 “ <i>Made in China</i> ” ou produzir a preço China?	39
2.5 “A empresa é só um balcão”: A organização das fábricas que não fabricam.....	41
CAPÍTULO 3 - Das modalidades flexíveis: trabalho em domicílio, subcontratação e Microempresas Individuais - MEI.....	43
3.1 O Microempreendedor Individual- MEI.....	47
3.2 O papel da microempresa no capitalismo flexível	52
3.3 Nas trilhas da Empresa Média 1	57
3.4 Nas trilhas da Empresa Pequena “A”	62
CAPÍTULO 4 – Lutar por direitos ou adaptar-se às relações flexíveis?.....	69
4.1 Nas trilhas do SINDVEST (Sindicato Empresarial da Indústria do Vestuário)	69
4.2 Nas trilhas do SINCONFEMAR (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Maringá)	72
CAPÍTULO 5 – As texturas sociais da vida cotidiana de quem trabalha na costura	81
5.1 Facção 1 – Maringá	81
5.2 Facção 2 – Sarandi	89
5.3 Facção 3 – Iguaçu	93
Considerações Finais.....	101
Referências Bibliográficas	105

INTRODUÇÃO

O processo de implementação da flexibilização do trabalho e suas relações no cenário brasileiro, embora represente um movimento tardio¹ em comparação aos países centrais e possa ser considerado positivo – por representar a luta pela permanência dos direitos conquistados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), atualmente se encontra em pleno debate social (KREIN, 2013). Em meio a um panorama nacional conturbado pela baixa representatividade e pela pouca confiança nas instituições econômicas e políticas, a agenda das mudanças das regras em torno dos direitos sociais apresenta-se em amplo questionamento. Ademais, a reforma da previdência, que vem sendo anunciada desde o fim do governo Dilma (2016), a flexibilização dos vínculos e dos contratos de trabalho, o aumento da jornada de trabalho e o crescimento da subcontratação (*outsourcing*) representam transformações “urgentes”, que são postas em pauta sob impulsos ideológicos das políticas neoliberais.

A introdução dessas transformações, que se iniciaram na década de 1970 no contexto global e no Brasil se aprofundaram nos anos 1990, é apresentada como saída imediata para a superação de um momento de crise; entretanto, tem como pano de fundo e razão principal a crescente lucratividade do capital na Era da Acumulação Flexível. Os efeitos das mudanças advindas desse processo são permanentes e representam o desmantelamento de centenas de anos de lutas por direitos trabalhistas. Por isso, devem ser analisados com cautela, visto que a flexibilização, que abrange processos de desregulamentação e também novas formas de regulamentação, pode ser mais bem compreendida por meio da pesquisa empírica sobre a realidade social vivida pelos milhares de trabalhadores e não por modelos (ou discursos) pouco aplicáveis.

Apesar de abrangerem todos os segmentos, para cada um deles, devido à construção histórica, as modalidades flexíveis (como a subcontratação, o emprego em tempo parcial, em domicílio, por conta própria, o temporário etc.) representam questões específicas. No caso do segmento de confecção, setor historicamente marcado pelo trabalho em domicílio e precário, o enxugamento das empresas, o crescimento das subcontratadas, a financeirização do capital, o domínio do setor por grandes marcas, a globalização, a produção de mercadorias a menor custo e a exploração da força de trabalho convergem para a precarização das condições de trabalho e apontam para os trabalhadores que se encontram nas bases das cadeias produtivas, nos elos mais frágeis

¹ “O tardio da agenda liberal, como lembra Ricardo Antunes (2006), precisa ser visto como algo positivo, pois expressa a existência de um movimento de resistência da sociedade” (KREIN, 2013).

dessa relação de produção. Entre esses trabalhadores, encontram-se mulheres e trabalhadores latinos, que atuam em domicílio, com baixa qualificação e baixos salários, como é o caso dos partícipes desta pesquisa realizada junto às costureiras das facções do polo de confecções da região de Maringá, no Paraná.

Por meio dos estudos sobre o trabalho e suas transformações no contexto da globalização neoliberal e da vida dos trabalhadores, percebemos que a flexibilização se incorpora na vida dos marginalizados historicamente de maneira diferente dos trabalhadores centrais (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) e a adoção das modalidades flexíveis não é sentida (vivida) da mesma maneira por todas as classes sociais. Assim, nesta dissertação, a partir de um olhar sociológico, analisamos o trabalho e as condições de trabalho nas facções – os microestabelecimentos de costura – que se configura dentro de um cenário marcado pelo avanço das modalidades flexíveis, como a subcontratação, o trabalho domiciliar e o crescimento das Microempresas Individuais (MEI).

O crescimento das microempresas nas últimas décadas não se tornou um processo a ser desestimulado, pelo contrário, na era da flexibilização, ele demonstra o poder cada vez maior das microempresas na geração de emprego e renda. Além disso, a atuação dessas empresas tem um papel fundamental e mais relevante do que aparenta na estrutura de atuação da acumulação flexível. No caso do segmento de confecções, observamos um abismo social entre as empresas maiores e as menores no que concerne ao porte, tecnologia, relações de contratos e faturamento.

O referido segmento se configura em empresas maiores (de grande e médio porte) e redes de subcontratação de empresas menores (como pequenas e microempresas). De um lado, as grandes marcas do vestuário dominam o setor, apresentando aparatos tecnológicos como softwares para a concepção da marca. Estas, de maneira crescente, utilizam o trabalho das empresas menores, processo que permite o enxugamento das grandes fábricas e o aumento da subcontratação. De outro lado, as empresas que subsidiam essa lógica produtiva flexível, com menores instalações, poucos trabalhadores, baixa qualificação e tecnologia: as subcontratadas do setor de confecções, são marcadas pela precariedade das condições de trabalho, fato que se intensifica com o processo de acumulação flexível.

Para o entendimento de nossa discussão e do percurso metodológico escolhido, recorreremos à classificação das bases de dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), para detalharmos o enquadramento das empresas. Segundo o órgão, são consideradas grandes empresas aquelas que atuam com um número superior a 500 trabalhadores. As médias compreendem um número de

ocupação entre 100 e 499 empregados, enquanto as pequenas empresas atuam com número entre 20 e 99 empregados (DIEESE, 2014). No mais baixo nível de ocupação se encontram as microempresas, que, no presente trabalho, são denominadas facções. Pela classificação, elas atuariam com o máximo de 19 empregados.

Notamos assim uma generalizada classificação, que pode apresentar variabilidades de acordo com o local estudado. É nesse ponto que as pesquisas locais aparecem como chave para a compreensão de certas realidades, permitindo-nos uma percepção específica de processos locais que estão em constante desenvolvimento, como os de flexibilização e dos novos arranjos de subcontratos do segmento de confecção no Polo Regional de Maringá.

Ademais, neste trabalho, classificamos as empresas grandes e médias em um mesmo conjunto representativo – empresas maiores, e aquelas de pequeno porte e as facções serão categorizadas como “empresas menores”. Fizemos isso não com o intuito de desconsiderar as bases gerais de classificação do DIEESE, mas buscando ajustar essa classificação à realidade local. Isso porque as poucas diferenças constatadas na pesquisa empírica entre grandes e médias empresas não se tornaram relevantes para o objetivo deste trabalho. O maior abismo social observado no setor em estudo se estabelece nas relações de trabalho entre as empresas maiores e as facções. Adaptamos, pois, os dados à realidade específica local do Polo Regional de Maringá, que apresenta uma dinâmica marcada por relações de redes extensas de subcontratação e por grandes e médias empresas em pequeno número.

No caso segmento do vestuário, o crescimento dessas redes de empresas menores representa o aumento da subcontratação e da fragmentação do trabalho (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; KREIN, 2013). Em destaque nesta pesquisa, as facções domiciliares são identificadas como “prestadoras de serviço” e enquadradas juridicamente como MEI - Microempreendedor Individual. Por isso designamos nossos sujeitos como as costureiras do MEI.

Entre essas velhas condições (trabalho domiciliar e feminino, informalidade, precariedade e exploração) e as novas roupagens (microempresas, formalização, prestadoras de serviço), encontram-se a permanência do trabalho domiciliar, o aumento da subcontratação e o novo enquadramento das facções como MEI.

Para refletir sobre esse panorama, nossas discussões são realizadas com base em referenciais teóricos sobre o processo de flexibilização na era da acumulação flexível, estando também articuladas à investigação empírica do trabalho no campo de pesquisa.

Além da análise do contexto local de confecções, consideramos como relevante o poder da globalização produtiva e comercial na produção do segmento do vestuário do Polo Regional² de Maringá. Assim, está presente neste estudo a questão *made in China*, que revela o crescimento na produção da confecção de roupas chinesas e seus alcances em um mundo globalizado. Também enfatizamos a produção de roupas paulistanas que, ao chegarem ao Polo Regional de Maringá, produzem uma maior concorrência entre as empresas da cidade. Ambas as mercadorias, chinesas e paulistanas, passam por um processo de troca de etiquetas com a finalidade da introdução de uma nova marca a elas. Para completar a investigação, identificamos como “fábricas fantasmas” aquelas empresas que não possuem trabalhadores, porém, por meio da modalidade flexível de subcontratação total, conseguem produzir.

O crescimento da produção do vestuário nas últimas décadas no Brasil tem sido expressivo, atingindo 5,4 bilhões de peças em 2016, segundo a ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção. Isso ratifica que a sociedade contemporânea está marcada por um mercado consumidor amplo, cujas roupas permitem que os grupos sociais comuniquem sua identidade (METZ; ROCHA, 2004) e a moda exerça influência sob a organização coletiva moderna.

Frente ao exposto, seguir as trilhas da produção do segmento de confecção nos possibilita revelar as relações de trabalho, uma vez que, sob um olhar sociológico, as relações sociais entre os trabalhadores das facções e as empresas subcontratantes demonstram o que acontece nesse universo, assim como permitem mais análises sobre os impactos do processo de flexibilização marcado por uma economia mundial de comércio.

Para atingir o objetivo desta dissertação, que consiste em analisar as consequências do processo de flexibilização nas relações de trabalho e as condições precárias da produção do vestuário no Polo Regional de Maringá, adotamos uma metodologia qualitativa, que envolveu seguir as “trilhas” dos percursos produtivos das redes de relações de trabalho do segmento. Assim, visitamos empresas e facções de costura, entrevistamos as costureiras e também representantes sindicais. Além disso, orientados pela bibliografia pertinente, analisamos nos capítulos que seguem as condições de trabalho e as configurações das relações de subcontratação no Polo

² Compõem o Polo Regional de Maringá: Ângulo; Astorga; Atalaia; Colorado; Doutor Camargo; Floraí; Floresta; Flórida; Iguaraçu; Itaguaí; Itambé; Ivatuba; Lobato; Mandaguaçu; Mandaguari; Marialva; Maringá; Munhoz de Melo; Nossa Senhora das Graças; Nova Esperança; Ourizona; Paiçandu; Presidente Castelo; Branco; Santa Fé; Santa Inês; Santo Inácio; São Jorge do Ivaí; Sarando; e Uniflor. Disponível em: <http://www.comexresponde.comexbrasil.gov.br/portalmidic/arquivos/dwnl_1198262090.pdf>. Acesso em: 08/04/2016.

Regional de Confeções de Maringá, permeadas pela implementação das modalidades flexíveis.

No primeiro capítulo deste texto, denominado *As transformações do mundo do trabalho e a produção flexível no segmento da produção do vestuário*, apresentamos um breve contexto das transformações no mundo do trabalho que vêm sendo marcadas pelo aumento das modalidades flexíveis sob um modelo de acumulação flexível. Também descrevemos o percurso metodológico adotado, que nos permitiu alcançar os estabelecimentos analisados, com destaque ao nosso objeto de pesquisa: as facções domiciliares subcontratadas. Integramos à nossa discussão os efeitos da globalização em contextos locais, visando destacar o alcance das transformações econômicas na dinâmica de confecção do Polo Regional de Maringá influenciada por outras circunstâncias produtivas. A preponderância dessas relações econômicas e o esfacelamento do direito como marco regulatório têm como consequência a precariedade das condições laborais.

No segundo capítulo, denominado *Nas Trilhas da produção do vestuário*, discutimos as transformações do Polo Regional de Maringá enredadas pelo processo de flexibilização. Entre os fatores tomados nessa discussão, vigoram as estratégias para se produzirem mercadorias com custos próximos aos chineses, o aumento da subcontratação e as desvinculações trabalhistas no que tange às relações de trabalho das facções domiciliares. Assim, o trabalho precário aparece como resultado das novas estratégias empresariais na era da acumulação flexível e as costureiras se transformam em gestoras, induzidas pelas maiores empresas, e passam a se comportar, ao menos formalmente, como prestadoras de serviço.

Em meio a esse cenário, o efeito da globalização impacta a confecção local, espalhando mercadorias chinesas e paulistanas em uma competição brutal no segmento por mercadorias produzidas a baixo custo. Como consequência, temos uma série de transformações no comportamento das maiores empresas, como o aumento sem limites da subcontratação total, processo que evidenciaremos na análise do que designamos fábricas fantasmas.

No terceiro capítulo, chamado *Das modalidades flexíveis: trabalho em domicílio, subcontratação e Microempresas Individuais – MEI*, discorreremos sobre a flexibilização do setor em estudo para entender como as modalidades flexíveis se tornam mais abrangentes no momento atual da produção de confecções do universo pesquisado. Seguindo a dinâmica do setor, as microempresas aparecem como peças-chave para se compreender os arranjos flexíveis, apresentando como uma novidade em nossa pesquisa

a formalização das facções pelo MEI, programa do Governo Federal que visa à regulamentação de atividades até então informais. Nesse sentido, adentramos às discussões dos reais vínculos de trabalho desempenhados pelas costureiras, discutindo como as relações comerciais vigoram sob a perspectiva do Direito do Trabalho e têm como consequência o mascaramento das reais relações trabalhistas, de modo que as microempresas passam a desempenhar um papel fundamental na lógica produtiva do setor. Demonstramos ainda como as tendências ao individualismo nos discursos de empreendedorismo acarretam consequências graves, conformando um discurso em que a figura do trabalhador está sempre a serviço das ideias da empresa, que apregoam que ambos estão na mesma posição.

No quarto capítulo, *Lutar por direitos ou se adaptar às relações flexíveis?*, continuamos o debate da homogeneização dos discursos empresariais, porém considerando as influências do SINDVEST (Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá), sindicato dos empresários do ramo. A visão positiva da subcontratação por parte do órgão caminha para que cada vez menos as empresas precisem lidar com as relações estabelecidas pelo direito do trabalho. O intuito é que o trabalhador se responsabilize cada vez mais por seu trabalho, transformando-se em colaboradores, se dentro de fábrica, ou em prestadores de serviços, quando subcontratados. Sofrendo assim os impactos das novas dinâmicas, o SINCONFEMAR (Sindicatos dos/as Trabalhadores/as nas Indústrias do Vestuário de Maringá) tenta abrandar os efeitos negativos dos resultados da adoção das modalidades flexíveis, tentando atrair a sindicalização a partir de vários serviços disponibilizados.

Finalmente, no quinto capítulo, denominado *As texturas sociais da vida cotidiana de quem trabalha na costura*, tratamos, por meio das trilhas produtivas, as facções domiciliares subcontratadas. Para isso, exploramos as tessituras da vida social das costureiras do MEI a partir de seus relatos. Entre eles, documentamos as dificuldades constantes da vida laboral dessas mulheres, trabalhadoras, mães, ou seja, considerando os diversos papéis sociais exercidos por elas diante da realidade em que vivem. Com isso, damos voz às nossas entrevistadas e interpretamos seu mundo social também a partir de suas visões.

Nesse sentido, demonstramos como a vinculação ao MEI representa para as entrevistadas não só uma forma de se sentirem incluídas na Previdência Social, mas também como detentoras de sua força de trabalho, mesmo que estejam sujeitas a um modelo de exploração do trabalho que institui, mesmo que com novas roupagens, a precariedade nas relações de trabalho.

CAPÍTULO 1 – As transformações do mundo do trabalho e a produção flexível no segmento da produção do vestuário

As vivências dos trabalhadores diante da nova realidade nos avocam à percepção de que o mundo do trabalho se transmuta a cada dia. Porém, as cotidianas transformações sociais e as lutas diárias travadas entre capital e trabalho demonstram o quanto o controle laboral continua sendo algo essencial para a sobrevivência e permanência do sistema capitalista. Esse controle é disputado pelas forças econômicas e políticas em um contexto de crises econômicas e sociais e, dessa forma, o capital financeiro, o mercado, o Estado (com o controle do sistema político, representativo e legislativo), as instituições legais, sindicatos, empresários e trabalhadores se envolvem como atores individuais e coletivos nesse cordão de forças entre diferentes poderes, nessa luta ideológica e política de interesses.

Entre tais disputas se insere a discussão a respeito da flexibilidade, um conceito ainda dotado de pluralismo de significados, haja vista o ponto de partida do olhar dos atores e a especificidade de cada setor. À luz das perspectivas neoliberais e das correntes de gestão do trabalho, a flexibilidade significa a capacidade de adaptação dos sujeitos às variações conjunturais decorrentes do consumo de produtos, tecnologias ou mesmo formas de organizações, ou seja, as alterações no âmbito das flutuações do mercado (CASACA, 2005). Já sob outro ponto de vista, ela diz respeito claramente a uma rendição aos imperativos do mercado e à exposição direta dos trabalhadores a constantes crises do capital, o que amplifica e legitima as desigualdades sociais.

Em meio a diferentes significados, pois, o conceito de flexibilidade ganha destaque e se expande como consequência de um modelo de “acumulação flexível” vigente, que representa, nos termos de David Harvey³, um novo capitalismo flexível, tendo como marca um confronto direto em relação à rigidez do fordismo, apoiando-se também na flexibilidade dos processos de trabalho, de mercados, produtos e padrões de consumo e desse modo fazendo com que surjam setores de produção inteiramente novos, assim como outras maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Assim sendo, vemos a expansão da flexibilidade na organização do trabalho, tanto nas relações de mercado como nos contratos trabalhistas, no consumo e também na expressão do “pensamento flexível” e neoliberal e, como consequência, as práticas

³ HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

flexíveis legitimam um conjunto de ações que envolvem o mundo do trabalho, tendo como exemplo importante para a presente pesquisa o trabalho subcontratado a domicílio no setor de confecções, um tipo de modalidade flexível que representa claramente modificações na direção do afrouxamento das relações jurídicas de proteção ao emprego (a desregulação laboral).

Essas “modalidades flexíveis”⁴ como denominamos neste texto, são fortemente apresentadas na visão das correntes de gestão como um fator evolutivo das organizações e como práticas necessárias à nova realidade do mundo do trabalho. Tais correntes partilham da ideia de que o mundo globalizado e dinâmico exige do trabalhador uma postura mais flexível para que as empresas consigam sobreviver às crises inerentes do sistema de acumulação. Porém, o impulso das ideias em favor da flexibilidade deve ser ponderado, tendo em vista que nem sempre se coloca em destaque o alcance de suas consequências para a realidade da vida da classe trabalhadora.

As ideias flexíveis tendem a se assentar no mito da “integração social”, como se suas consequências devessem ser bem-recebidas por todos ou como se os trabalhadores fossem incitados a aceitar uma vida pautada na insegurança “[...] ao invés de contestar as novas dinâmicas do capitalismo” (POLLERT, 1994 *apud* CASACA, 2005, s/p).

Visando aprofundar a discussão sobre as mudanças que se processaram na produção e nas formas de organização do trabalho, agora assentadas no viés da flexibilidade e do regime de acumulação flexível analisado por Harvey (1992), esta pesquisa analisa a realidade do trabalho subcontratado na produção de roupas nas facções domiciliares do polo regional de Maringá.

Esse universo foi escolhido uma vez que o segmento de confecção de vestuário foi reorganizado sob novas bases em termos de produção e de contratação. No caso do Brasil e em países latino-americanos, cresceu a produção subcontratada e realizada por empresas externas, terceirizadas ou em facções, estas⁵ aqui consideradas como todos os

⁴ “Assiste-se cada vez mais à expansão de uma multiplicidade de formas de emprego cujo denominador comum é a flexibilidade – seja em termos contratuais, de tempo de trabalho e estatutos (emprego a tempo parcial, trabalho no domicílio e teletrabalho, emprego por conta própria, emprego temporário, outsourcing/subcontratação, trabalho *on-call*, entre outras)” (CASACA; KOVÁCS, 2001 *apud* CASACA, 2005, s/p).

⁵ Na região em estudo, as facções também podem representar subcontratadas maiores; todavia, assumimos essa definição para legitimar as unidades produtivas menores, que representam a maior parte dos estabelecimentos subcontratados. Segundo dados de um estudo de caso do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), “[...] assim como outras aglomerações produtivas do País determinadas como Arranjos Produtivos Locais, o APL de Confecção de Maringá é constituído predominantemente por micro e pequenas empresas (85%). De acordo com a classificação por número de vínculos ativos estabelecida anteriormente, constata-se que 20 das 30 empresas pesquisadas possuem

microestabelecimentos de costura com no máximo cinco trabalhadores, localizadas em domicílio e que realizam trabalhos em favor de um contratante.

Tomamos como foco os vínculos de contrato flexíveis entre maiores empresas e facções subcontratadas tendo em vista as seguintes modalidades: a subcontratação, que demonstra a flexibilidade dos vínculos de contratação; o trabalho a domicílio, aquele prestado em favor do empregador, porém, fora do âmbito da empresa, na própria casa do empregado e a transformação das facções em microempresas tendo como enfoque o MEI⁶. Assim, o presente estudo permite destacar como no atual regime de acumulação flexível a exploração do trabalho não só se mantém permanentemente viva como também se expande tendo como consequência a flexibilização.

Por meio do que consideramos nesta pesquisa como a adulteração das leis trabalhistas, o trabalho subcontratado domiciliar das costureiras, um velho conhecido do setor de confecções no Brasil⁷, ganha um novo slogan: as costureiras do MEI. A partir de nossos estudos, descortinamos como as maiores empresas do Polo Regional de Maringá incentivam esse processo de empreendedorismo e o transformam no que parece ser uma relação entre “empresas”, mas que visivelmente se trata de uma relação de emprego. Igualmente, a preponderância das relações econômicas e o esfacelamento do direito como marco regulatório das relações de trabalho demonstram a crueza das relações trabalhistas em novos tempos de acumulação flexível no setor de confecções, neste caso em relação ao Polo Regional de Maringá.

Isso porque a adoção da flexibilidade obriga as subcontratadas a estarem sempre na linha de frente das relações produtivas, recebendo diretamente os impactos sociais das flutuações do mercado, posição muito diferente em relação às maiores empresas, que estrategicamente enxugam⁸ ao máximo o trabalho fabril interno para que as primeiras as protejam da sazonalidade da produção do setor e também das crises inerentes ao modo de produção capitalista vigente.

Assim, obrigadas a agirem de forma alinhada para proteger as grandes empresas do setor, as facções sofrem as consequências do trabalho flexível, que, ao

menos que 50 empregados, sendo, assim, micro e pequenas. As demais empresas enquadram-se na condição de médias, uma vez que não ultrapassam o patamar de 500 trabalhadores empregados” (IPARDES, 2006, p. 15).

⁶ Micro Empresário Individual. Programa criado na gestão do governo PT no ano de 2008. As dimensões, amplitudes e consequências desse programa serão aprofundadas minuciosamente em nossa pesquisa.

⁷ “O trabalho a domicílio não é novidade no setor da confecção. Muitos estudos têm sublinhado que esta prática acompanha o setor desde sua constituição, antecedendo largamente a reestruturação produtiva que vem acompanhando o atual processo de globalização econômica” (LEITE, 2004, p. 262).

⁸ “A grande fábrica, modelo de organização do capitalismo industrial, é substituída pela fábrica enxuta, de menor tamanho, tecnologicamente avançada, reestruturada na organização da produção e do trabalho” (LIMA, 2009, p. 41).

invés de lhes trazerem benefícios, visivelmente as expõem à maior vulnerabilidade decorrente do trabalho terceirizado. Em meio a toda essa dificuldade histórica do trabalho subcontratado domiciliar na confecção (LEITE, 2004), esses microestabelecimentos agora se encontram categorizados como microempresas individuais, alicerçados em um programa do governo que se instituiu por meio da Lei Complementar nº 128, do ano de 2008, com o intuito de incentivar os trabalhadores individuais a saírem da informalidade, o que fez com que as facções se inserissem em um processo de transição da informalidade para a formalização.

O trabalho em domicílio subcontratado, em nosso campo de análise, pouco se enquadra nessa categoria, uma vez que a utilização do programa federal tem servido para o mascaramento das relações de trabalho nas subcontratadas, que, sob uma fachada de microempreendedorismo, continuam funcionando em condições precárias para as majoritárias do setor.

Várias são as consequências dessa fraude jurídica. Entre elas, talvez a principal seja a precariedade, que, além de dizer respeito à questão do vínculo contratual e das condições de trabalho, alcança também uma dimensão subjetiva, fato que demonstramos neste trabalho por meio dos relatos de campo com as costureiras.

A precariedade será aqui analisada sob duas dimensões: a “objetiva” e a “subjetiva” (CASACA, 2005, p. 13). A primeira está relacionada à precariedade dos direitos que envolvem os contratos e a proteção social no âmbito jurídico. Ela não se esgota nas fragilidades jurídicas a que estão submetidas as costureiras, mas também se revela na observação das relações de trabalho embasadas na primazia da realidade. Nesse ponto, nosso olhar sociológico busca analisar e demonstrar as péssimas condições laborais a que estão submetidas tais trabalhadoras, considerando características como a baixa remuneração, a falta de profissionalização e a baixa qualificação, a invisibilidade social e os riscos à saúde física, elementos que reforçam os efeitos da flexibilidade para quem observa a vida dessas trabalhadoras de perto.

Portanto, as características que envolvem as relações de contrato, proteção social, baixa remuneração, risco à saúde e péssimas condições de trabalho demonstram condições objetivas de deterioração do trabalho. Essa precariedade objetiva, dada pelas condições de trabalho e pelas relações de contrato, destaca também uma precariedade subjetiva (CASACA, 2005).

Diferentemente da precariedade objetiva, a subjetiva envolve os aspectos subliminares do desgaste mental, motivado pela pressão cotidiana do aumento da produção têxtil. Esse aspecto psicossocial da lógica capitalista moderna tem atingido

diversas trabalhadoras⁹, que, expostas a uma relação de competitividade, encontram-se cada vez mais desamparadas e sem uma percepção de identidade coletiva como classe.

A precariedade subjetiva está relacionada ao grau de insatisfação no trabalho, assim como a incertezas de uma vida laboral instável, ao sofrimento isolado, ao distanciamento do bem-estar e até mesmo ao que tange a doenças relacionadas à depressão e síndrome do pânico. Todos esses elementos estão evidentes em nossa experiência de campo, quando ouvimos diversos relatos desses impactos na vida das costureiras. Pressionadas pelo intenso cotidiano do trabalho produtivo, elas encontram como resultado os desgastes da precariedade subjetiva, que comprometem sua existência como sujeitos participantes de múltiplas relações sociais (familiares, afetivas, identitárias e emocionais).

Toda essa dinâmica precária a que estão submetidas as facções é estimulada pelo processo de acumulação flexível, que no setor de confecção tem permitido a mobilidade do capital financeiro em direção a investimentos de menores custos e maiores lucros (LIMA, 2015). Isso se torna possível por meio da mobilidade produtiva de empresas e de mercadorias e, em decorrência disso, roupas produzidas em muitas localidades são alçadas a um alcance global, tornando-se capazes de satisfazer necessidades de um mercado consumidor cada vez mais dinâmico.

Nesse contexto, a questão “*made in*” se torna marca de um capitalismo global capaz de integrar localidades e retratar como roupas produzidas em uma província chinesa como *Guangdong*, integrante das famosas zonas de comercialização chinesa (ZEEs)¹⁰, chegam ao Polo Regional de Maringá e são capazes de impactar o sistema produtivo local, favorecendo o aumento da flexibilização produtiva e do trabalho precário nas facções domiciliares, estruturas importantes para a produção de mercadorias a menor custo.

Da mesma maneira, podemos ver em Maringá a circulação de roupas paulistanas produzidas em oficinas¹¹ de costura espalhadas no centro e na periferia da cidade de São Paulo/SP, comercializadas em bairros como o Bom Retiro e Brás. Diante desse cenário, consideramos neste trabalho a questão da globalização e seu alcance nas dinâmicas locais, pois as mercadorias produzidas na China e em São Paulo exercem grande influência na produção local.

⁹ Tratamos como trabalhadoras e não trabalhadores (que envolveria ambos os sexos) porque todas as nossas entrevistadas foram mulheres. Isso não significa, contudo, que não haja trabalhadores do sexo masculino no setor. Outros estudos nesse campo mostram a inserção da figura masculina no trabalho de costura na região.

¹⁰ Zonas Econômicas Especiais.

¹¹ Utilizamos os termos “oficinas” e “facções” como sinônimos.

1.1 Sobre nosso objeto de estudo e o caminho da pesquisa

O trabalho nas empresas subcontratadas de costura, as denominadas facções, é mascarado pelo *glamour* da moda, em muito influenciado pelas propagandas comerciais e pelos desfiles *fashionistas*. E, articulado a uma produção flexível mundial de roupas, torna-se algo essencial para a produção de mercadorias de baixo custo e lucrativas ao capital. Por esse motivo, as oficinas se destacam, sendo responsáveis por partes importantes do processo produtivo que envolve o trabalho de milhares de trabalhadores subcontratados para realizarem variados serviços, principalmente o de montagem das roupas e de etiquetagem. Este é um segmento intensivo de mão de obra e, por mais que a ele também estejam atrelados benefícios de avanços tecnológicos, estes, grosso modo, são domínio das maiores empresas.

Em nossas visitas de campo, observamos que o dia a dia do trabalho das costureiras das facções é permeado pela precariedade. A evolução organizacional e tecnológica com vistas a melhorar o trabalho e suas condições não as alcança, apenas as formas de produção e de contratação vincadas na flexibilização, que se revelam nefastas à realidade cotidiana de quem depende desse universo para sobreviver.

Além disso, a precarização do setor não se constitui como uma novidade: é conhecido mundialmente por suas constantes denúncias de abusos na exploração do trabalho (SORJ, 2000; LEITE, 2004; ARAÚJO, 2009; LEE, 2009; LIMA, 2015). Exemplificando tal afirmação, citamos pequenas oficinas de trabalho paulistanas constantemente denunciadas pela existência de trabalho análogo ao escravo envolvendo mão obra latina (SILVA, 2006).

Nesse setor produtivo, uma modalidade conhecida continua em destaque: o trabalho subcontratado em domicílio, característica frequente que ilustra as análises sobre a precarização laboral no âmbito das oficinas de costura e é representada atualmente sob uma nova faceta de empreendedorismo: o crescimento dos microestabelecimentos subcontratados domiciliares, que “[...] florescem como peça central do processo produtivo” (HARVEY, 1992, p. 144).

Mesmo que os discursos da flexibilidade demonstrem transformações positivas, na realidade, esse processo diz respeito às transformações do capital para a superação dos momentos de crise de superacumulação e de falta de crescimento. Assim, a subcontratação no setor de confecções se apresenta com um único intuito: uma estratégia voltada apenas à redução de custos, o que demonstrou uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria – CNI – sobre a utilização de serviços terceirizados

pela indústria brasileira. Realizado em 2009, o referido estudo indicou que 54% das empresas “utilizaram nos últimos três anos, serviços terceirizados; 91 das que terceirizam buscaram redução de custo” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015, p. 556).

Dessa forma, a flexibilidade pode demonstrar muito mais perdas que ganhos dos trabalhadores e pode ser instituída por diversas ações, como aqui em evidência: a subcontratação e a formalização do MEI. Estas são modalidades flexíveis e estão inseridas em um contexto de instabilidade do mercado, “[...] baixo dinamismo do produto, crescente importância do capital financeiro, políticas econômicas restritivas voltadas ao controle da inflação e elevação do desemprego” (KREIN, 2013, p. 19).

Mesmo que o trabalho subcontratado domiciliar conste de longa data, diversos estudiosos da área (RANGEL, 1986; LEITE, 2004; LIMA, 2015) têm apontado um crescente aumento dessa modalidade atualmente. Isso significa o acréscimo de trabalhadoras nas facções, que em algum momento de suas trajetórias laborais já estiveram em fábricas protegidas por contratos de trabalho, mas na atualidade passaram a aumentar o rol de sujeitos enquadrados nessa modalidade. No caso do trabalho em domicílio, o vínculo trabalhista continua evidente, mesmo não havendo uma relação direta de controle por parte do empregador: observamos que existe claramente um vínculo de subordinação das facções nessa “prestação de serviços”, fato que pressupõe uma relação empregatícia, embora “disfarçada” (KREIN, 2013). As transformações inseridas pela flexibilidade no mundo contemporâneo do trabalho permeiam esta pesquisa, que objetiva ainda analisar as consequências do trabalho subcontratado domiciliar, discutindo a adoção do MEI como uma roupagem para a precariedade moderna.

Para tanto, necessitamos compreender as transformações do setor no Polo Regional de Maringá. Primeiramente, pelas próprias declarações das entrevistadas, notamos a intensificação do enxugamento¹² nas maiores fábricas, principalmente apoiada no discurso de crise, de alta competição do setor e de quedas de taxas de lucro. Em um segundo momento, percebemos a externalização das partes enxugadas, o que promove a contratação de mais subcontratadas para suprir a produção que deixa de ser realizada internamente pelas grandes empresas. Finalmente, consideramos a transformação das subcontratadas de trabalho em domicílio, até então informais, em

¹² Segundo Jacob Lima “[...] a grande fábrica, modelo de organização do capitalismo industrial, é substituída pela fábrica enxuta, de menor tamanho, tecnologicamente avançada, reestruturada na organização da produção e do trabalho. O enxugamento refere-se as gorduras desnecessárias a produção, principalmente a rigidez na utilização da força de trabalho condicionada por contratos e legislação trabalhista” (LIMA, 2009, p. 41).

supostas “microempresas formalizadas”.

Essas três etapas permeiam nosso trabalho de campo, permitindo-nos compreender algumas das modalidades que constituem a dinâmica atual do setor de confecções: subcontratação, trabalho em domicílio e MEI. Somada a isso, analisamos também a relação global-local, que envolve a interdependência produtiva por meio do alcance da globalização comercial. Essa dinâmica explicita dois fatores importantes que permeiam nossa discussão: 1) a troca de etiquetas nas facções e 2) a existência de fábricas que não possuem nenhum aparato produtivo, ou seja, as fábricas fantasma que só funcionam como marca e que terceirizam toda sua produção.

Para um esclarecimento do percurso que realizamos em campo, apresentamos no Quadro 1 o perfil das empresas, sua localização no Polo de Maringá, seu tipo e número de trabalhadores. O rol de empresas-facção abaixo foi visitado por nós e algumas de suas trabalhadoras foram entrevistadas.

QUADRO 1 – PERFIL DAS EMPRESAS/FACÇÕES VISITADAS

Estabelecimentos	Localização	Número de trabalhadores	Local	Institucional de Empresa
Empresa Média 1	Zona Industrial de Maringá	96	Fábrica	Empresa Jurídica
Empresa Pequena A	Maringá e Sarandi	13	Fábrica	Empresa Jurídica
Facção 1 - Maringá	Maringá	03	Domicílio	MEI
Facção 2 - Sarandi	Sarandi	03	Domicílio	MEI
Facção 3 - Iguaçu	Iguaçu	01	Domicílio	MEI
Fábrica Fantasma	São Paulo	00		Empresa Jurídica

FONTE: MARTINELLI (2016).

Vemos pelo Quadro três facções distintas, localizadas em regiões afastadas uma da outra e que trabalham para empresas diferentes. Elas, porém, compartilham muitas características: 1) todas são formadas por mulheres com uma trajetória de trabalho longa no setor de confecções; 2) todas as costureiras possuem baixa escolaridade e muitas delas já trabalharam para as mesmas empresas conhecidas da região; 3) todas eram informais e hoje se encontram formalizadas como MEI.

Para uma configuração ampla do setor do trabalho, também incluímos no

campo de análise uma empresa média do setor de confecções e uma pequena, além de uma loja de Fábrica Fantasma e dois sindicatos da região.

Entrevistamos também representantes dos sindicatos de trabalhadores e das empresas conforme o Quadro 2, a seguir:

QUADRO 2 – SINDICATOS DE TRABALHADORES E PATRONAL

Estabelecimentos	Sigla	Número de filiados
Sindicato dos Empresários	SINDVEST	—
Sindicato dos Trabalhadores	SINCONFEMAR	3. 811

FONTE: MARTINELLI (2016).

Por meio das trilhas produtivas, fomos traçando caminhos que nos levariam a todos esses estabelecimentos. As primeiras localidades que visitamos foram os *shoppings* atacadistas, pelo fato de abrangerem um número grande de sujeitos do setor (proprietários de fábricas, vendedores/as e comerciantes). Esse início de trabalho de campo propiciou o começo de um trajeto que seria finalizado com o encontro com as facções subcontratadas domiciliares.

Foi em umas dessas entrevistas nos shoppings que tivemos a oportunidade de visita a empresa média 1 de nossa pesquisa e a loja de fábrica. Seguindo o fluxo de informações e os percursos produtivos, aos poucos nossos inquéritos ganharam configuração, como o demonstrado nos Quadros 1 e 2. Foram 13 entrevistadas, entre elas costureiras, supervisoras de produção de empresas, representantes dos trabalhadores e dos empresários em sindicatos, além de uma proprietária de loja de fábrica. Nossa metodologia, portanto, incluiu, além das visitas a 3 facções e a 2 fábricas (média e pequena), entrevistas semiestruturadas com trabalhadoras, representantes sindicais e lojistas.

Nessas visitas às facções, tivemos a oportunidade de conhecer o local de trabalho das costureiras e conversar sobre suas condições de trabalho. Nos sindicatos, por outro lado, os/as dirigentes sindicais nos forneceram um panorama sobre o segmento na região e as dificuldades de uma ação sindical, explicitaram as funcionalidades de sua atuação e ofereceram um panorama do trabalho no Polo Regional de Maringá.

1.2 A metodologia, as trilhas e nosso objeto

Continuando a explicitação de nosso caminho de pesquisa, cabe explanar ainda alguns conceitos e perspectivas adotadas neste trabalho. O conceito metodológico adotado, por exemplo, é o de “trilha”, definição proposta por Caroline Knowles (2014) em seu livro *FLIP- FLOP*, que se refere à ideia de que seguindo o percurso de uma mercadoria é possível narrar histórias que conectam lugares.

No caso da pesquisa de Knowles (2014), seguir o percurso de um chinelo revelou aspectos da globalização que muitas vezes não esperamos encontrar e que podem ser vistos por outros ângulos, como sob o prisma da etnografia, que na pesquisa de Knowles revelou como a vida das pessoas e a produção de objetos podem estar entrelaçados. Em nosso caso, longe de querermos utilizar o termo em um conceito tão amplo como Knowles (2014), utilizamos o designativo roupa. Esse recurso possibilita estabelecermos conexões entre contextos globais e locais, além de essa metodologia permitir também seguir percursos produtivos e comerciais formados, como demonstrou cada informante, assim como conseguimos chegar a vários estabelecimentos e facções. Isso nos forneceu um quadro sobre as redes de produção no segmento, como veremos posteriormente.

Destacamos, contudo, que o cenário observado, em que predominam inúmeras subcontratações, expressa as fragmentações do trabalho que dificultam a compreensão da lógica da cadeia produtiva. Por isso, optamos por seguir as trilhas, pelas quais cada percurso dava sentido à próxima história e nos levava ao próximo passo.

Essa metodologia das “trilhas” (KNOWLES, 2014) possibilita também a apreensão de um cotidiano instável de relações produtivas e laborais, formadas pelos vínculos flexíveis de contratação entre empresas maiores e facções subcontratadas. Em nossa pesquisa, deixamos fluir os arranjos flexíveis, evitando cortes indevidos da realidade observada (RANGEL, 1986). Assim, nosso percurso de campo nos levou à observação da constituição de um cenário que agrega sentido ao entrelaçamento entre abordagens teóricas e os relatos de nossas informantes.

As trilhas permitem ainda a visão de um mundo mais integrado. Sob a perspectiva do fenômeno de globalização, vimos que a compressão do espaço-tempo (HARVEY, 1992) faz com que uma localidade possa ser afetada por modalidades produtivas muito distantes, tais como as roupas chinesas que chegam a Maringá e modificam a lógica produtiva local. Esse mundo sem fronteiras, formulado por espaços de maiores e menores fluxos de relações produtivas e do trabalho, pode ser

compreendido pela atuação do fenômeno de acumulação flexível, que transforma o modelo de acumulação do capital.

Essa discussão foi traçada por Harvey (1992) em seu estudo sobre as transformações econômicas, sociais e culturais a partir dos anos 1970. De acordo com o pesquisador, o modelo de acumulação fordista transitava para um regime de acumulação flexível, o que significava mudanças em relação ao emprego e às formas de contratação e de produção. Nessa nova configuração do capitalismo, aquelas formas de emprego protegidas por contratos de trabalho por tempo determinado foram reduzidas, dando vazão à flexibilização de contratação, emprego e trabalho.

A dinâmica produtiva do capitalismo flexível é capaz de influenciar localidades, que a particularizam de acordo com as reformulações políticas e econômicas realizadas ou possibilitadas pelos atores regionais/nacionais. Foi diante dessa dinâmica que encontramos inesperadamente a formalização das facções por meio do MEI, algo com que nossa pesquisa pode contribuir como novo elemento para as análises do setor de confecção. De forma específica, também expomos o processo de compra de roupas chinesas e paulistanas e, desse modo, chegamos à descoberta de fábricas que não fabricam, denominadas “fábricas fantasma”, e ao processo recorrente de troca de marcas pela prática da etiquetagem.

Consideramos que o processo histórico, social e econômico de cada localidade é único e absorve as mudanças do mercado de forma específica. Assim também a flexibilidade pode se apresentar de variadas formas, porém, em todas elas é constante a busca de satisfazer as necessidades particulares de cada empresa e setor.

Portanto, no caso desta pesquisa, a formalização das “costureiras do MEI”, a formação de fábricas fantasma e o processo de adulteração de marcas implicam novas formas de se pensar as relações de produção e de trabalho.

O trabalho de campo visitou variados estabelecimentos. Ao todo, realizamos entrevistas com treze pessoas, que estão evidenciadas ao longo do texto ou especificamente nos relatos. Outros atores dessa dinâmica também foram importantes participantes, como as vendedoras das lojas dos shoppings atacadistas, professores/as do Ensino Médio de Sociologia, amigos, familiares e demais interlocutores. Todos contribuíram significativamente para a observação empírica. De maneira geral, relacionamo-nos com uma variedade de indivíduos e estabelecimentos que, por não se encontrarem no mesmo nível do segmento e por terem visões diferentes, enriqueceram nosso trabalho sobremaneira e permitiram descrições significativas para nossas análises.

A busca por um olhar amplo sobre um setor produtivo como o do vestuário é

fundamental, pois cada roupa produzida em algum lugar do mundo carrega as marcas do trabalho fabril, e uma perspectiva sociológica revela a textura social da vida cotidiana de milhares de trabalhadores conectados a uma mesma lógica exploratória.

Em suma, o que buscamos apreender foram as condições de trabalho e as modalidades flexíveis que se apresentam no setor de confecção local, partindo, para isso, das redes de trilhas produtivas locais. Assim, sem que evitássemos as espinhosas dificuldades do percurso de campo, chegamos ao cotidiano fabril das facções, o que nos permitiu discussões importantes sobre as configurações atuais do trabalho.

CAPÍTULO 2 - Nas trilhas da produção do vestuário

2.1 O Polo Regional de Maringá

Fazendo parte de um complexo produtivo amplo, a cidade de Maringá se encontra no chamado “Corredor da Moda”, que representa umas das principais aglomerações do setor de confecções da região noroeste do Paraná, formada pelo eixo: Londrina, Apucarana, Maringá e Cianorte. A produção do Polo Produtivo de Maringá está conectada comercialmente aos shoppings atacadistas da cidade, onde se localizam as lojas de fábrica. São eles: o **Shopping Vest Sul**, inaugurado em outubro de 1990 no interior do Parque de Exposições de Maringá, nascendo da iniciativa de um grupo de 46 empresários confeccionistas que entenderam a necessidade de concentrar suas lojas em um mesmo local para a comercialização de seus produtos. O local conta com 225 lojas de diversos segmentos da confecção, de calçados e acessórios, além de estacionamento para ônibus e vans.

Já o **Shopping Pérola Park**, inaugurado no ano 2013, possui 250 lojas. É um shopping 100% atacadista, sendo os lojistas sua principal prioridade. Ele possui serviço de traslado para guias de compras e agentes da moda, que conduzem compradores oriundos de diversas regiões do país.

E por fim, o **Shopping Avenida Fashion** possui mais de 200 lojas, oferecendo todos os serviços necessários para acolher lojistas, funcionários e clientes, como guias, traslado, estacionamento, ambulatório, espaço cliente, salão de beleza, agência e caixas bancários, pousada e demais estruturas.

A produção de roupas e esse tipo de comercialização fazem com que Maringá se torne umas das maiores referências na produção de roupas do Paraná e do Brasil. No Polo Regional de Maringá, os aglomerados de empresas, designados arranjos produtivos locais (APL)¹³, englobam a fabricação de certos itens como: vestuário, uniformes, bonés, sapatos, “moda íntima” etc. Entre a maioria dos estabelecimentos presentes na região, o ramo do vestuário se destaca, principalmente na produção de moda feminina e infantil.

O desenvolvimento da confecção no Polo Regional é considerado recente. Nas décadas de 1970 e 1980, a região do sudoeste do Estado do Paraná já evidenciava um

¹³ Concentração geográfica de um número cada vez maior de empresas de confecções em uma mesma região com o intuito de fortalecer a organização coletiva.

aumento significativo no número de estabelecimentos de confecções e, devido à forte “[...] imigração do campo para a cidade após o declínio da produção cafeeira e do desenvolvimento da agricultura mecanizada” (PADIS, 2006 *apud* CAMPOS; TRINTIN; VIDIGAL, 2009, p. 10), o setor receberia suas primeiras formações.

Já a partir dos anos 1990, as políticas econômicas neoliberais aprofundaram o processo de flexibilização e a abertura de mercados no país (KREIN, 2001, p. 151). Nesse mesmo período, “[...] a economia paranaense se diversificou e tornou-se mais complexa, ampliando sua inserção na economia internacional” (BRIDI; MOTIM, 2014, p. 361). Além disso, a partir da globalização de tez neoliberal, houve também “[...] alterações no perfil dos investimentos, inclusive de empresas locais, [que] possibilitaram o crescimento e o fortalecimento de categorias já tradicionais de trabalhadores” (BRIDI; MOTIM, 2014, p. 361). Nesse contexto é que também ocorre o crescimento do setor de vestuário na região.

Aliadas às transformações econômicas, as mudanças políticas de caráter neoliberal que impetraram processos de desregulamentação do trabalho¹⁴ nas últimas décadas foram outro fator importante que passou a influenciar a configuração atual: o crescimento das chamadas “microempresas” subcontratadas. O setor, que tradicionalmente demonstrou uma produção estruturada na subcontratação das facções, tendo uma produção composta por poucas unidades maiores, passa então, com a reestruturação econômica, a multiplicar não somente o número de oficinas de costura por meio do processo de subcontratação (LIMA, 2015, p. 163), mas também a aumentar a precarização nessas formas de relações de trabalho.

A proliferação do trabalho precário é o resultado aparente das novas estratégias empresariais e do incentivo à subcontratação, que faz com que cada vez mais os trabalhadores estejam “fora da empresa” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 250). Pela flexibilização, torna-se cada vez mais comum as empresas do setor recorrerem e induzirem a formação das chamadas “prestadoras de serviços”.

Entretanto, transformações ocasionadas pela reorganização econômica e produtiva tiveram consequências distintas em cada localidade: durante as décadas de 1980 e 1990 existiu um movimento amplo de flexibilização e houve a adoção de uma série de ajustes que prevalecem até hoje, condições que passaram a caracterizar a atual fase de acumulação capitalista. Isso porque, naquele momento, o conceito de flexibilização estava “[...] associado à possibilidade de a empresa contar com mecanismos que permitiam ajustar sua produção, emprego, salário e condições de

¹⁴ Sobre o tema da desregulamentação ver mais em Krein, 2001; Bridi, 2009;

trabalho ante as flutuações do mercado [...]” (SIQUEIRA NETO, 1998 *apud* KREIN, 2001, p. 29).

Assim as transformações enredadas pela flexibilização são dinamizadas no Polo Regional de Maringá como uma estratégia de mercado e, com o aprofundamento da competitividade do setor nos últimos anos, cresce a opção pelas modalidades flexíveis, como a subcontratação e o suposto “empreendedorismo” das costureiras.

Observamos que o trabalho nas facções tem sido moldado pelos impactos das relações de mercado, que envolvem estratégias adotadas para produzir a custo chinês. Nesse sentido, as empresas buscam se desvincular de qualquer obrigação trabalhista para com as subcontratadas, tomando as facções como microempresas, cujas costureiras seriam autogestoras.

Optamos por caracterizar essas trabalhadoras como as “costureiras do MEI”, isto porque em se tratando de uma modalidade recente adotada com o fito de reduzir a informalidade, ao menos no plano do discurso, ainda carece de investigação sociológica sobre seu real significado. Uma análise crítica a partir da observação empírica acerca desse cenário pode ajudar a desconstruir essa categorização, uma vez que, na prática, ela promove como consequência a perda de muitos direitos do trabalho para a classe de trabalhadores em confecção. Todavia, um cuidado metodológico deve ser tomado, já que não nos parece que possamos tratar todas as situações como iguais: para aquelas costureiras que sempre trabalharam na informalidade, a formalização como MEI pode representar um avanço em sua condição, passando a serem asseguradas pelo sistema previdenciário; o mesmo não ocorre com as trabalhadoras no caso em foco, que, antes de abrirem suas facções, trabalhavam em outros empregos formais, com contratos por tempo indeterminado como celetistas.

Como já orientara Bridi (2009), é preciso atentar para as ambivalências, para as contradições existentes em nossos objetos investigados, assim como para a história do país e para a frágil estruturação do mercado de trabalho brasileiro, antes de adotarmos certos conceitos e características como totalizantes, como também analisou Leite (2009).

É por meio da adoção da subcontratação pelas “microempresas” que possuem, em sua maioria, um número de funcionários que não chega a cinco trabalhadores por unidade, que o segmento da confecção na cidade paranaense aumenta. Ademais, pelas novas tecnologias e por um modelo organizacional de produção flexível, a localidade é hoje uma representante importante do noroeste do Paraná, possuindo uma maior expressão no segmento de vestuário nacional, especificamente por sua produção a

baixos custos.

Porém, os apelos à dinamização do segmento não se restringem às características já mencionadas. Devido a um mercado global extremamente competitivo, novas estratégias de barateamento são lançadas, entre elas a decisão de comprar roupas chinesas que chegam em *containers* ou pela revenda de lojas do Brás e do bairro Bom Retiro, ambos em São Paulo. Outra opção adotada pelos produtores locais é a possibilidade de fabricação de roupas nas oficinas de costura paulistanas, cujo comércio também acontece por meio das mesmas vias das roupas chinesas.

A decisão por essas formas alternativas impactam o trabalho das facções locais. Segundo os relatos das entrevistadas, muitas firmas maiores estão deixando de produzir e optando frequentemente pela compra de mercadorias prontas, cabendo a contratação do trabalho das facções apenas a uma nova modalidade: a substituição de etiquetas. Não são poucas as lojas dos shoppings atacadistas que não possuem fabricação local e optam pela obtenção de mercadorias prontas. Assim, algumas facções no Polo Regional de Maringá atuam somente com a troca de etiquetas, sendo contratadas para realizarem a introdução de uma nova ou determinada marca nas roupas.

Essa estratégia de mercado embasada no que é mais compensatório é típica de um pensamento ajustado à ordem do “flexível”, pois favorece as empresas maiores a “[...] ajustarem o volume do pessoal empregado às flutuações da demanda por seus produtos” (KREIN, 2013, p. 19) e assim optarem por decisões que mais as favoreçam. O problema desse processo é que nessa gangorra de instabilidades que inunda o segmento de confecções, os trabalhadores subcontratados sofrem diretamente com a alteração da produção e dos mercados. Isso pelo fato de o trabalho de etiquetagem estar diminuindo e, nesse jogo de flexibilizar contratos, as costureiras se encontram totalmente desamparadas, sem qualquer seguridade.

Esse movimento tem relação com as crises econômicas do capitalismo, visto que, como destaca Bridi (2006, p. 298), as políticas adotadas para regular ou desregular o trabalho são “[...] empregadas no bojo das crises econômicas consonantes com o pensamento liberal trazendo a deterioração do trabalho”. E as modalidades de contratação flexível observadas no setor de vestuário em Maringá resultam da “[...] reestruturação produtiva adotada pelas empresas, que se caracteriza por uma produção flexível e enxuta e exige mão-de-obra também flexível” (BRIDI, 2006, p. 298).

Em consequência da produção espalhada por diferentes facções de trabalho em domicílio, os/as trabalhadores/as se encontram também fragmentados e pulverizados nos vários espaços de produção. Isolados/as uns/umas dos/as outros/as, aumenta-se a

dificuldade em relação à organização e a ações coletivas. No caso das trabalhadoras das facções aqui estudadas, observamos que elas se mantêm fora das estruturas de representação, não se enquadrando como trabalhadoras ou tampouco como empresárias.

Apesar de o segmento contar com dois sindicatos, o SINCONFEMAR (Sindicatos dos/as Trabalhadores/as nas Indústrias do Vestuário de Maringá) e o SINDVEST (Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá), vemos que as facções investigadas não possuem representatividade em nenhuma dessas instituições, talvez porque a flexibilização descaracteriza aquilo que deveria ser uma negociação entre instituições representantes e acentua a “[...] regulação privada, em detrimento da regulação social do trabalho” (KREIN, 2001, p. 29).

Nesse contexto, o papel do Estado¹⁵ também tem se demonstrado muito diferente nos tempos de acumulação flexível, não colaborando, como deveria, para a “[...] garantia relativa de segurança ao trabalhador na contratação e proteção contra os riscos e incertezas do mercado” (BRIDI, 2009, p. 14), o que, por muito tempo, ao menos nos chamados Trinta Anos Gloriosos do Pós Segunda Guerra (1939-1945), caracterizaram o chamado regime de acumulação fordista.

Identificamos um sindicato dos trabalhadores “atordoados”, ora tentando abrandar os efeitos da flexibilização, ora se adaptando a esta, enquanto o sindicato dos empresários incentiva esse processo constantemente.

Porém, não somente os sindicatos se constituem nos atores sociais envolvidos nessa dinâmica. Como já relatado, no setor comercial se encontram os donos de lojas e os vendedores dos shoppings atacadistas e nas empresas maiores estão os trabalhadores considerados centrais, além de nas facções se espalharem os trabalhadores considerados periféricos¹⁶, os mais impactados por uma descentralização das relações de trabalho característica de um capitalismo desorganizado¹⁷, cujas relações estão dispersas em muitos setores e regiões. A precarização de determinados emprego, contudo,

[...] Não é a única consequência que se pode extrair dos deslocamentos realizados, desde que se admita ver seus efeitos sobre a estrutura social em seu conjunto. Ela também levou à dualização dos assalariados e à fragmentação do mercado de trabalho, com a formação de dois mercados: por um lado, uma mão de obra estável, qualificada, beneficiada por um nível

¹⁵ “Nas perspectivas de um desmantelamento do Estado, atacado sobretudo pela suposta ineficiência que teria se comprovado ante as recentes crises econômicas mundiais, o modelo regulatório do mercado de trabalho sofre diretamente os impactos de duras críticas e pressões em favor de sua desregulamentação e flexibilização” (COUTINHO, 2013, p. 169).

¹⁶ O termo trabalhadores periféricos se refere ao aumento dos trabalhadores descentralizados com a dispersão das relações capitalistas em muitos setores e regiões (HARVEY, 1992).

¹⁷ Teoria de Lash e Urry em referência ao capitalismo desorganizado (HARVEY, 1992, p. 165).

salarial relativamente elevado e na maioria das vezes sindicalizada nas grandes empresas; por outro, uma mão de obra instável, pouco qualificada, mal remunerada e pouco protegida nas pequenas empresas prestadoras de serviços subsidiários (BERGER; PIORE, 1980 *apud* BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 253).

Assim, as trilhas que percorremos em nosso campo de pesquisa envolveram algumas regiões metropolitanas, pois o setor em estudo se estrutura no trabalho de muitas facções em municípios vizinhos. Essa realocação de mão de obra em regiões mais afastadas tem demonstrado também ser uma característica importante do setor, assim como a “pulverização das subcontratadas”, que significa a fragmentação da divisão do trabalho.

Importante destacar ainda que o Polo Regional de Maringá é composto por muitas trilhas produtivas em que podemos, por meio de uma análise sociológica, observar diversas relações de trabalho. Muito diferente dos tempos de regime de acumulação fordista e do modelo de grande fábrica – ainda que este nunca não tenha sido homogêneo, como analisou Harvey (1992), o processo de acumulação flexível tem como característica o enxugamento das empresas e a dispersão geográfica de milhares de estabelecimentos que amparam essa lógica de subcontratação.

Nessas relações de subcontratação, as empresas maiores reduzem o número de funcionários, de maneira que visualizamos a organização da subcontratação em vários níveis: “[...] as grandes empresas recorrem à subcontratação de primeiro nível, que subcontratam empresas de segundo nível, e assim por diante” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 243). Assim, essa prática origina redes muito ramificadas, envolvendo centenas de empresas em uma nova forma de divisão do trabalho ao longo das cadeias produtivas.

2.2 Nas teias da globalização e os caminhos da moda

Inúmeros objetos permeiam nosso cotidiano e são os fluxos de mercadorias que percorrem muitas trilhas até chegarem ao nosso consumo. E nós, irrefletidamente, utilizamos inúmeras variedades de produtos, mas nem imaginamos todo o processo de produção e trabalho contido neles, muito menos os caminhos das cadeias produtivas. Assim como na produção de chinelos, que, segundo o trabalho de Caroline Knowles (2014), ocorre em “[...] pequenas e médias fábricas em vilas industriais” em uma região da China e chega até os mercados revendedores da Etiópia, a produção de muitas das roupas que vestimos também é realizada em pequenos estabelecimentos e difundida para

inúmeras regiões.

Em vista dessa realidade e diante de um processo de produção tão difuso na era da flexibilização, milhares de microestabelecimentos de confecções se espalham por muitas regiões do globo para a completude dos processos de produção iniciados em grandes e médias empresas e por elas dirigidos.

Atualmente as chamadas *holdings*¹⁸ atuam no formato “*private label*”, que se configura como um modelo de produção no qual algumas empresas subcontratam todas as etapas produtivas e se concentram apenas na construção da marca, de modo que a confecção passa a ser feita pela empresa *private label* contratada. Tal modalidade representa a terceirização completa de todos os serviços necessários à formação da mercadoria, dinâmica que demonstra que as negociações do capital financeiro modificam consideravelmente as relações de produção, revelando uma nova ordem do capital, pela qual, além da globalização permitir a integração de mercados produtivos distantes também favorece a compressão do espaço e tempo (HARVEY, 1992), fatores importantes da acumulação flexível.

Ademais, devido à globalização, identificamos que a indústria de confecções e de calçados alcança diversas regiões do globo, como Ásia (China e Vietnã), África do Norte e, mais recentemente, os países da Europa Central e Oriental (BARSTED; JORGE; SORJ, 2000).

Segundo o trabalho da jornalista inglesa Matilde Lee (2009), nos últimos cinco a dez anos, a fabricação de roupas percorreu caminhos até se concentrar na China, no Paquistão, em Bangladesh, na Índia, no México, na Romênia, no Camboja e na Turquia. Essas são cadeias comerciais globais que sustentam o mundo da moda, mas, por ausência da integração entre pesquisas¹⁹, não temos a dimensão detalhada dessa realidade.

Nesse contexto, surgiu a necessidade de compreensão de algumas cadeias comerciais que afetam e se relacionam com a região de Maringá, tendo em vista que em todos os relatos coletados o assunto “*made in*”, a nosso ver, expressava um aprofundamento das relações de competitividade do setor e o aumento das subcontratações. As costureiras, por exemplo, denunciaram um processo em curso em que um considerável número de empresas estaria deixando de produzir internamente

¹⁸ Diferentes companhias dominadas por um grupo central de administradores. As *holdings* são a expressão do capital financeiro e do monopólio da concorrência.

¹⁹ A pesquisa mais recente que localizamos é de Rosana Pinheiro-Machado (2009). A falta de bibliografia e de pesquisas que integram a produção do vestuário dificulta um panorama mais amplo da produtividade no setor.

para comercializar roupas chinesas e paulistanas, demandando o trabalho das facções apenas para a troca das etiquetas e não mais para os demais serviços de montagem das peças. Esse processo da invasão de mercadorias produz um maior afrouxamento dos contratos de trabalho e o incentivo ao trabalho mal pago, em decorrência das dificuldades enfrentadas pelas empresas em um mercado local que recebe fluxos de roupas cada vez mais baratas.

A expressão mais viva nas últimas décadas da questão “*made in*” expõe a explosão do fenômeno econômico China. Jacob Lima (2015) disserta sobre um fato interessante entre a produção de roupas em Caruaru (PE) e as roupas chinesas. Segundo ele, o polo pernambucano sempre esteve relacionado à concepção de produção de baixa qualidade, devido à sua gênese de trabalho informal das mulheres de caminhoneiros que chegavam de São Paulo trazendo retalhos de helanca. Com a abertura econômica dos anos 1990 e a competição sofrida pelo setor devido às mercadorias chinesas, sua produção ganhou expressão justamente por seus custos, próximos ao “chinês” (LIMA, 2015, 165). É nesse contexto que a produção começa a se lançar como um ideal do setor, e a informalidade passa a ser interpretada como “empreendedorismo”. Para de Soto (ano *apud* Lima, 2015, p. 165), “[...] a informalidade decorria de uma excessiva presença do Estado e não de sua ausência: os pequenos empreendedores seriam animados por uma iniciativa capitalista a ser devidamente apoiada”. Em tempos atuais, a região de Caruaru-PE se transformou em um arranjo produtivo local, fruto de um esforço de formalização comandado pelo Estado.

Trouxemos essa discussão pois a busca pelo famoso custo China permeia também as relações produtivas de subcontrato no Polo Regional de Maringá, assim como coloca em discussão o novo empreendedorismo do setor. Consideramos que essa explosão da ideia de empreender ganha sentido nas cadeias globais, como na China, nas oficinas paulistanas e também em Maringá. Talvez essa seja a expressão mais forte e significativa da flexibilização atual no setor, que transforma trabalhadores informais em prestadores de serviços formalizados. Assim, a passagem das subcontratadas à condição de microempresas acontece de maneira fluída, acompanhando o movimento da lógica de mercado.

Tentamos destacar uma lógica que universaliza os princípios da economia de mercado, possível somente pelo fenômeno de globalização e pelo alcance do capital financeiro. Dentro dessa dinâmica produtiva global estão inseridas as modalidades de flexibilidade, lançadas em cada cadeia de acordo com o contexto social e histórico da região em que se desenvolve. Estratégias diferentes são utilizadas pelo setor do

vestuário para que se produzam roupas mais baratas, em decorrência de uma exploração maior do trabalho. No caso da China, observamos na formação de pequenas e médias empresas a expressão ativa dos valores do mercado; já nas oficinas em São Paulo, a busca de menores preços com a força de trabalho tem como marca o trabalho latino²⁰ e o deslocamento de fábricas, *ateliês* e oficinas pela periferia da região metropolitana (LIMA, 2015). Em Maringá, por outro lado, notamos o aumento da subcontratação, a troca de etiquetas e a formação do MEI, que expressam as novas artimanhas da flexibilização no âmbito do vestuário.

Portanto, para a compreensão da realidade paranaense, visualizamos as trilhas de informações a respeito das localidades produtivas e das mercadorias produzidas fora de Maringá, mas que refletem profundamente a organização produtiva local e, conseqüentemente, as formas de contratação estabelecidas na cidade.

Essa é a relação verificada no universo pesquisado, que vem sendo afetado pela produção em massa de roupas chinesas que chegam diretamente à cidade ou adentram em São Paulo, sendo revendidas por lojas nos bairros do Brás e do Bom Retiro. Por ambos os caminhos, essas peças quando chegam ao polo em análise são levadas a facções para os processos de trocas de etiquetas, ou seja, para introdução de uma nova marca que estará presente nas lojas do complexo de shoppings atacadistas. Algumas delas também chegam à cidade são produzidas nas oficinas paulistanas, cujos relatos de trabalhos desempenhados só costumam vir a público pelas constantes denúncias de exploração do trabalho boliviano (SILVA, 2006).

Assim, notamos as conexões produtivas e comerciais estabelecidas por meio da globalização, que pode ser definida como “[...] a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (IANNI, 1994, p. 151). Esse fenômeno é capaz de comprimir o espaço e o tempo e redefinir atividades produtivas e comerciais: a organização do espaço permite a liberdade para o capital se movimentar por todo o mundo e, pelo fluxo de compressão do tempo, estabelecem-se cálculos produtivos geradores de maior eficiência²¹.

Esses fatores proporcionam ao capital globalizado um poder crescente em decorrência do enfraquecimento dos trabalhadores, que estão cada vez mais submetidos

²⁰ O trabalho geralmente é desempenhado por bolivianos. Desde a década de 1980, a presença deles na cidade de São Paulo se tornou significativa e, entre os principais motivos de sua migração, os fatores de ordem econômica são preponderantes, destacando-se seu trabalho na indústria da confecção (SILVA, 2006).

²¹ No modelo taylorista-fordista a noção de “eficiência” estava relacionada ao tempo e à quantidade produzida (TAYLOR, 1995).

e aprisionados a uma realidade de exploração. O ponto comum entre as pequenas fábricas de *Guangdong*, as oficinas de trabalho boliviano em São Paulo e as facções do Polo Regional de Maringá está representado no crescimento do “localismo”²² e no poder de influência da dinâmica de acumulação flexível do capital na atuação de empresas pequenas. Algumas outras características aproximam essas produções inicialmente tão distantes, como: as modalidades flexíveis empregadas, por exemplo, o subcontrato; o deslocamento geográfico das facções; a invisibilidade do trabalho das costureiras; o incentivo à concepção de empreendedorismo e a precariedade.

2.3 Entre *Guangdong*, São Paulo e Maringá

No cotidiano das relações de consumo, os clientes compram roupas, usam-nas e as descartam, não se dando conta²³ de que, em algum lugar do mundo, seja em médias e pequenas fábricas chinesas ou em oficinas de costura na cidade de São Paulo, pedaços de tecidos são cortados, zíperes são colocados, punhos e botões são costurados. Sempre há alguém com um nome e uma família responsável – em parte – pela roupa que estamos comprando (LEE, 2009). E, com o objetivo de baratear os custos de produção, as empresas maiores internacionalizam sua atuação a partir de um processo de mobilidade fabril, com mercadorias produzidas em lugares distantes que viajam oceanos para chegar a destinos onde serão comercializadas. Assim sendo, trabalhadores de vários lugares do mundo participam de um processo de integração por meio da globalização, que geograficamente estende fronteiras por intermédio da internacionalização do capital e das dispersões das relações produtivas.

Destacamos a importância de seguir um percurso produtivo pois isso significa conhecer de onde vêm as mercadorias, bem como conhecer as raízes das novas roupagens dos mercados (PINHEIRO-MACHADO, 2008). Desde 1979, a reforma econômica da China trouxe consigo a mensagem de que “ficar rico é glorioso”. Nessa mesma fase, o desenvolvimento das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) construíram um cenário do capitalismo acumulativo em sua face mais ativa, cujo espírito empreendedor cresce como “um fenômeno contemporâneo da cultura do trabalho”

²² “A dinâmica do todo não se distribui similarmente pelas partes. As partes, enquanto distintas totalidades também notáveis, consistentes, tanto produzem e reproduzem seus próprios dinamismos como assimilam diferencialmente os dinamismos provenientes da sociedade global, enquanto a totalidade mais abrangente. É no nível do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório, que se expressam diversidades, localismos, singularidades e particularismos ou identidades” (IANNI, 1994, p. 159).

²³ A relação dos indivíduos com a mercadoria, ainda no século XXI, lembra a explicação teórica de Karl Marx sobre o fetichismo da mercadoria, pelo qual os sujeitos a compram e não têm claro o processo de trabalho nela contido, conseguindo visualizar o trabalhador como uma peça produtiva (MARX, 2011).

(PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 120).

Essa cultura passa a promover um mecanismo de convencimento ideológico que expressa o quanto os chineses desejam ser empreendedores. Negócios formais, informais, lícitos e ilícitos se misturam e exprimem o auge do neoliberalismo. É nesse cenário que nascem milhares de pequenas e médias empresas de confecções, localizadas na província chinesa de “*Guangdong*”, destacam-se pela produção de roupas baratas já que “[...] possuem carga tributária mais baixa e condições autônomas políticas e mercantis” (PINHEIRO-MACHADO, 2009, p. 68), agregando assim muitas vantagens competitivas.

Segundo a autora Rosana Pinheiro-Machado ²⁴, a cidade de Shenzhen, localizada na província de *Ghangdong*, é a “janela chinesa para o mundo”, expressando prosperidade e riqueza, crescimento e desenvolvimento (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 121). Essa é a mesma região citada por nossa entrevistada, dona Kim²⁵, proprietária de uma loja de fábrica em um shopping atacadista de Maringá que obtém toda sua produção enviando croquis a essa região e as recebendo por *containers*. O boom “*made in*” China tem então impacto em diversas regiões do globo, porém, não imaginávamos que, entre os relatos das costureiras do Polo Regional de Maringá, essa questão fosse também mencionada.

Por todos os entrevistados do setor, o fenômeno “*made in*” foi lembrado por impactar a lógica local de produção flexível, fazendo com que muitos produtores ou deixem de produzir ou busquem uma produção com os mesmos custos chineses. Estabelece-se assim um processo de concorrência que tem sempre por base a concorrência dos mercados e a deterioração das condições de trabalho, lógica que sempre se estrutura na exploração de mão de obra e no controle laboral.

As diárias de trabalho exaustivas em fábricas chinesas são esclarecidos pela jornalista Matilde Lee (2009), que afirma que a habilidade asiática de produzir roupas em curto prazo tem como consequência as jornadas de trabalho extenuantes, em que mulheres trabalham “[...] 150 horas extras por mês, 60% sem contrato, com percurso trabalhado entre 10 e 12 horas e, às vezes, 15 a 16 horas diárias” (LEE, 2009, p. 21).

No documentário *China Blue*, produzido em 2005 e dirigido por Micha X. Peled, é narrado um pouco do que imaginamos que ocorra na produção de roupas do outro lado do mundo:

²⁴ Rosana Pinheiro- Machado é autora da tese de doutorado *Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China- Paraguai- Brasil*, do programa de pós graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²⁵ Todos os nomes das entrevistadas são fictícios.

[...] A trabalhadora Jasmine, de 17 anos, sonha em colocar um bilhete no bolso de trás de uma calça. ‘Só quero que você saiba quem fez seu jeans - eu cortei a linha, Orchid colocou o zíper e Li Ping costurou’. Essa cena expõe a maior desconexão entre as pessoas que compram roupas e as pessoas que fazem. A etiqueta ‘Made in China’ adorna uma grande parte das roupas ocidentais, mas não nos diz nada sobre os milhões de pessoas que trabalham nas nossas marcas e em quais condições trabalham.

China Blue é um belíssimo filme sobre quão miseráveis são essas milhões de pessoas. Para ajudar a sustentar seus pais, Jasmine deixa sua vila para trabalhar em uma fábrica de jeans, a milhares de quilômetros de casa. Logo se vê trabalhando até 20 horas por dia, sete dias por semana, com uma folga anual, morando no dormitório da fábrica, onde até as necessidades básicas (água, comida) são descontadas de seu pagamento. O dono da fábrica, Sr. Lam, é um feitor de escravos, mas no fim ele só está repassando a opressão - em tempo, custo e risco - que recebe de seus clientes ocidentais (LEE, 2009, p. 22).

As mercadorias provenientes dessa produção²⁶ atravessam o mundo e chegam nos guarda-roupas de milhões de consumidores, demonstrando que a questão “*made in*” invade nosso cotidiano social. O Polo Regional de Maringá também está cercado por fluxos de mercadorias cuja procedência buscamos conhecer, assim como o impacto dessa produção na vida de trabalhadores/as tocados/as por essa lógica global produtiva.

Inseridas nessa cadeia produtiva estão as roupas produzidas em fábricas, oficinas e *ateliês* de costura que se espalham pela periferia da região metropolitana da cidade de São Paulo (LIMA, 2015, p. 158) e tanto as roupas chinesas – exceto quando enviadas diretamente – quanto as paulistanas chegam a Maringá por meio de diversas excursões de compras realizadas para os bairros do Brás e do Bom Retiro, além de outras localidades:

A produção informalizada das *sweatshops*, por sua vez, é vendida na região da rua 25 de Março, largo da Concórdia, no Brás, e nas feiras da madrugada, pontos que atraem milhares de sacoleiros do país inteiro e mesmo dos países vizinhos. [...] Grandes empresas de ônibus do interior do estado, e de estados vizinhos, promovem excursões de sacoleiros para lá (LIMA, 2015, p. 164).

Em relação ao trabalho desempenhado pelas oficinas paulistanas, observamos a participação de trabalhadores latinos submetidos à exploração do trabalho, como os bolivianos que são obrigados a se sujeitarem “[...] às regras impostas por esse setor do mercado de trabalho, cuja marca predominante é a circulação de mão-de-obra e a desregulamentação das relações de trabalho” (SILVA, 2006, p. 164). Segundo Márcia de

²⁶ “Jornada de muitas horas, salário pequeno, trabalho infantil, condições de trabalho perigosas - isso tudo era comum na Inglaterra durante a Revolução Industrial. Mas, em vez de desaparecerem [...], os problemas apenas se deslocaram para outros lugares. Nos últimos 35 anos, particularmente nos últimos dez, a história se repete em países pobres, não desenvolvidos, onde é feita a maioria das roupas do Ocidente” (LEE, 2009, p. 16).

Paula Leite (2004), o trabalho do setor de confecções paulistano vem se concentrando cada vez mais em oficinas de costura “onde abunda o trabalho informal, mal pago, desqualificado, com altas taxas de doenças profissionais e, muitas vezes, a domicílio” (LEITE, 2004, p. 248).

A importância do entendimento dessa dinâmica não está exatamente em relatar as origens das mercadorias, mas em entender a integração do trabalho precário que estrutura a produção mundial do vestuário. Entretanto, apesar das imensas fragmentações do trabalho que acompanham as cadeias produtivas de confecção, podemos perceber que há uma classe de trabalhadores que se estende por muitas localidades e sustenta a dinâmica flexível do mercado.

Por isso, acreditamos que a deterioração das condições do trabalho segue seu fluxo, chegando até a utilização das costureiras nas facções do Polo Regional de Maringá.

2.4 “*Made in China*” ou produzir a preço China?

Conforme seguimos as trilhas da produção marcadas pela flexibilização do vestuário em Maringá, tomamos contato com a questão China. A própria média empresa entrevistada por nossa pesquisa relatou a importância da questão do fluxo de mercadorias chinesas nas relações produtivas locais do segmento. Porém, naquele momento do estudo, para nós, a dinâmica do setor ainda não estava clara. Apenas a partir do encontro com uma interlocutora específica foi que começamos a visualizar as vias de produção global que afetavam a local, emergindo assim um ambiente extremamente competitivo.

Ao seguir as trilhas de comercialização das mercadorias presentes nos shoppings de atacado, encontramos dona Kim, uma comerciante que trabalha no percurso China-São Paulo-Maringá e que há muitos anos está inserida no setor do vestuário. Atualmente, ela possui uma loja de atacado no shopping Avenida Fashion²⁷ em Maringá, uma “Fábrica Fantasma” em São Paulo e também uma rede de relações²⁸ de negociação que possibilita a importação direta de roupas chinesas. Dona Kim inicia sua fala expressando que não há incentivos para o setor de confecção em

²⁷ Um Shopping que possui 200 lojas, em uma construção de 34.000 m², dispondo de leitos de pousada para o acolhimento dos clientes que chegam de muitas regiões do Brasil. Disponível em: <http://www.avenidafashion.com.br/o-shopping>.

²⁸ A cunhada de dona Kim, que há muitos anos reside na China, é a responsável por toda a negociação e fabricação – o croqui é enviado por designer brasileiros – das peças e também o envio seguro da produção até o Brasil.

Maringá, nem por parte da prefeitura, nem por parte de decisões do estado. Ela acredita que o setor está à mercê das relações de competitividade mundial e declara que os acordos governamentais em nível internacional não criam uma proteção interna em relação aos produtos oriundos da China e das redes de produção e comercialização na cidade de São Paulo.

Esse modelo está fazendo com que muitas empresas locais repensem imediatamente seu modo de produção para que não tenham que fechar as portas. Essa declaração da entrevistada vem ao encontro com as discussões das ZEEs chinesas e de como a cultura do trabalho na China difere da do Brasil. Um exemplo dessa afirmação é como a informalidade e a pirataria de produtos chineses não possuem um aspecto repreensivo, sendo administradas como legítimas condições ou como forma de produção de mercadorias baratas.

Ainda segundo dona Kim, muitas roupas que percorrem Maringá são produzidas na China e mercantilizadas, principalmente, por redes de comercialização paulistanas. Nossa interlocutora expõe também que muitas empresas estão deixando de produzir internamente, o que significa que, diante da competição externa, o melhor caminho é seguir flexibilizando ao máximo as relações produtivas e trabalhistas. Em outras palavras, para dona Kim, existem apenas dois caminhos para se produzirem roupas baratas e que sejam competitivas: o primeiro é optar pelo caminho da externalização da produção, da fábrica enxuta e do aumento das subcontratações, devendo-se eliminar “[...] as gorduras consideradas desnecessárias à produção, principalmente a rigidez na utilização da força de trabalho condicionada por contratos e legislação trabalhista” (LIMA, 2009, p. 41). Para a empresária, as externalizações ocorrem de maneira aleatória, dependendo daquilo que se torna mais compensatório diante das incertezas do mercado.

Já a segunda opção está na importação de mercadorias externas, que já destacamos. Dona Kim acredita que processos como esses fazem com que se promova um aprofundamento dos problemas relativos ao trabalho no setor em análise. Isso porque, frente a uma produção externa barata, promove-se a subcontratação com o intuito único da diminuição de custos. Para a entrevistada, o propósito único da subcontratação está relacionado à grande carga tributária do setor, estimulando nos empresários essa prática cada vez maior de mão de obra barata.

A integração produtiva no Brasil tem visado apenas à redução de custos, “[...] sem grandes preocupações com qualidade. Frequentemente, é motivada pelas possibilidades de contornar obrigações tributárias e encargos sociais” (COUTINHO,

1994 *apud* Leite, 2004, p. 245).

Ainda seguindo as trilhas da flexibilização do setor, percebemos que o relato de dona Kim acerca da produção é verificado na região, pois a cada percurso nos deparamos com um emaranhado de redes de externalização das facções domiciliares subcontratadas.

Para termos uma noção da falta de limites das extensões a que chegam as redes de subcontratação, exemplificamos o caso daquilo que designamos como Fábrica Fantasma. Estas são empresas que, apesar de não possuírem trabalhadores, conseguem produzir. No setor do vestuário, a publicidade de uma etiqueta ou de uma marca, o acompanhamento informatizado das vendas, a criação do produto por estilistas e a formação da peça piloto fazem parte de algumas funções exercidas por prestação de serviços a grandes lojas e, somada a essa rede de fornecimento de trabalho, encontramos a fabricação de produtos nas diversas facções subcontratadas.

Portanto, entendemos como fábricas Fantasma as empresas que não possuem estrutura física, instalações ou trabalhadores contratados diretamente, mas que conseguem estabelecer sua produção de mercadoria por uma rede de diversos indivíduos subcontratados. No final desse processo, encontramos uma mercadoria produzida por uma enorme divisão e fragmentação do trabalho, com contratos flexíveis, formando um sistema produtivo compartilhado.

Esse é exatamente o caso da “fábrica” de dona Kim, modelo organizacional que não se apresenta como exceção na era da acumulação flexível. Trata-se de um parâmetro mais comum do que imaginamos e configura a forma de produção de outras mercadorias e de outros setores produtivos, representando os deslocamentos dos tecidos produtivos por meio do impacto das medidas de *outsourcing*, que podem ser expressas na evolução da subcontratação total (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 243).

2.5 “A empresa é só um balcão”: A organização das fábricas que não fabricam

[...] Descrever o neocapitalismo como um desenvolvimento da economia de mercado leva a passar ao largo desse fenômeno importante: o fortalecimento do poder das grandes empresas ou similares, com a formação paulatina de todos os mercados de oligopólios, em que as unidades maiores competem entre si em nível mundial e estendem suas implantações e suas redes de parcerias além-fronteiras [...]. A imagem da rede empregada pelos autores de gestão empresarial parece mais ajustada ao novo jogo: grupos mais numerosos, constituídos por maior quantidade de unidades menores, recorrendo a subcontratados não obrigatoriamente mais numerosos para cada uma delas, porém mais integrados à marcha da empresa-líder e em setores mais diversificados, visto que o desenvolvimento de formas em rede possibilita conjugar flexibilidade e posição forte nos mercados

(BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 246-247).

Em relação ao mercado sul-americano, segundo a publicação da Denise Paro (2014, s/p), “[...] o Paraguai aos poucos deixa para trás a pecha de primo pobre do Mercosul e se torna uma vitrine para novos investimentos” e, seguindo ao ritmo da lei das maquiladoras²⁹, o país atrai empresas também pela baixa tributação e pela “[...] legislação trabalhista mais flexível, com encargos sociais 35% mais em conta” (PARO, 2014, s/p). Entre essas empresas, destacam-se algumas do segmento do vestuário, como a Texcin, do grupo Riachuelo. De acordo com Vanderlei Campos (2017, s/p), “[...] a companhia transferiu parte do maquinário da fábrica de Fortaleza e envia tecidos e moldes para a confecção à subsidiária estrangeira. Assim, chegou a custos mais próximos aos da concorrência chinesa”. Para vencer a estratégia chinesa, pois, parte do setor de vestuário aposta também na produção no país vizinho: uma encomenda que levaria seis meses para vir do Oriente pode ser produzida pelos paraguaios em alguns dias e chegar rapidamente ao mercado brasileiro.

E essa transferência de custos de produção tem impacto no mercado de trabalho brasileiro, configurando-se como um movimento que agrava ainda mais o trabalho nas empresas pequenas de confecções e fortalece as grandes empresas que se instalam no país vizinho. Isso também afeta mais profundamente a produção paranaense, pela facilidade das empresas ao acesso ao país fronteiriço. Segundo avalia Sherban Leonardo Cretoiu, pesquisador da fundação Dom Cabral, “[...] no mundo inteiro há movimentos similares, de arranjos regionais, como o da Europa Ocidental com os países do Leste” (CAMPOS, 2017, s/p). Em suma, todas as empresas fazem as contas e procuram a produção a menor custo.

²⁹ Que possibilita que as empresas importem peças e componentes de matrizes estrangeiras para que os produtos sejam montados no Paraguai (PARO, 2014).

CAPÍTULO 3 - Das modalidades flexíveis: trabalho em domicílio, subcontratação e Microempresas Individuais - MEI

Para David Harvey (1992), uma das mais fortes expressões do capitalismo flexível se firma nas transformações das modalidades de regulamentação, afirmação a que chegou após analisar algumas mudanças no modo de funcionamento do capitalismo que vêm ocorrendo desde os anos de 1970. Dentro de um contexto global, desde a crise daquele momento histórico, as empresas dos países centrais buscaram se adaptar às demandas de um mercado consumidor flutuante, visto que “[...] a crise econômica e o aumento da competição internacional fizeram emergir a flexibilização da produção e das relações de trabalho, com o intuito de aumentar as taxas de lucro” (BRIDI, 2009, p. 14) e driblar as crises eminentes do capital.

Assim, as modalidades flexíveis se fundam em saídas encontradas pelo capital (seus atores e governos neoliberais) para lidar com crises, objetivando administrar as contradições do próprio sistema capitalista, trabalhando sob um modelo novo de operação (HARVEY, 1992, p. 177). Destarte, é como consequência das transformações econômicas, políticas e tecnológicas que a flexibilidade aparece como uma solução imediata e no discurso neoliberal como fundamental para as novas relações do trabalho, sendo dessa mesma maneira que as modalidades como subcontratação, trabalho a domicílio, emprego temporário e atividades microempresariais autônomas aparecem mais fortes na dinâmica mercadológica.

Como um efeito em cadeia, as modalidades flexíveis chegam até as localidades, pois são alcançadas por essa nova dinâmica global de transformação³⁰ do capital, que engloba a desindustrialização e a transferência geográfica de fábricas, além de práticas mais flexíveis de emprego, flexibilização dos mercados de trabalho, automação e inovação de produtos (HARVEY, 1992).

Frente ao exposto, capturar os percursos flexíveis e apreendê-los pela observação da produção de vestuário e/ou do trabalho local permeou nosso trabalho de campo. Atividade penosa, pois “[...] é difícil esboçar um quadro geral claro, visto que o propósito da flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa” (HARVEY, 1992, p. 143) e de cada setor. Assim, trabalhamos no sentido de compreender as modalidades flexíveis que ganharam significados próprios fornecidos pela realidade do contexto estudado. Consideramos ser imprescindível que os “[...] novos sentidos que os conceitos assumam estejam relacionados com a nossa

³⁰ Transição do fordismo para a acumulação flexível (HARVEY, 1992).

particular realidade” (LEITE, 2009, p. 68) e, nesse sentido, o esforço de precisão e rediscussão dos conceitos fez com que eles sejam remetidos, “[...] antes de mais nada, ao entorno econômico social no qual os fenômenos que eles expressam estão inseridos” (LEITE, 2009, p. 67). Por isso, a flexibilidade não deve ser interpretada da mesma maneira em todos os contextos, mas sim, vista peculiarmente de acordo com os rearranjos sociais e cenários locais investigados.

Seguindo as trilhas da flexibilização, notamos que as empresas maiores de confecções do Polo Regional de Maringá agregam o implemento tecnológico a um modelo organizacional baseado em metas e contratos de trabalho formalizado. Em contrapartida, as facções são o resultado do enxugamento das fábricas e da flexibilização dos contratos, apresentando características como a falta de proteção trabalhista e de seguridade social garantida pela CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, bem como a invisibilidade das trabalhadoras, o trabalho repetitivo exaustivo, a desigualdade nas relações de gênero e a mão de obra barata e desqualificada. De maneira geral, a subcontratação de serviços e de produção de mercadorias revela em si a deterioração das condições de trabalho (LEITE, 2009), demonstrando os aspectos negativos dessa descentralização das atividades produtivas nos diversos setores econômicos. Assim, para Harvey (1992, p. 144),

[Os] arranjos de emprego flexíveis não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica. Mas os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo.

A própria utilização crescente da subcontratação evidencia uma descentralização das atividades produtivas (pensadas aqui como aquelas que englobam os diferentes setores da economia) de maneira ilícita, já que descaracterizam uma relação de emprego. Dessa forma, o trabalho de montagem da roupa nas facções em análise torna-se uma etapa fundamental do processo produtivo para a fabricação de uma mercadoria. Nesse caso, a subcontratação aparece como atividade fim, haja vista que parte do processo central de produção de mercadorias, sendo apenas realocado. Assim, o processo de produção é interrompido em certa etapa para que seja transferido às facções, que realizam o trabalho posterior na linha de produção.

Quando terminado o trabalho nessas microempresas, as peças retornam à fábrica contratante para passarem, ainda, por mais algumas etapas até a finalização, isto

é, o aviamento, o enfestamento, a etiquetagem, a revisão, os acabamentos, a dobragem e a embalagem. A única mudança visível entre a função desempenhada na fábrica por trabalhadoras diretas ou nas facções (subcontratadas) é a mudança de local, sendo que essa descentralização atende somente um propósito: diminuir custos produtivos e descaracterizar a relação de emprego.

E, como forma de burlar a verdadeira realidade do trabalho desempenhado por essas costureiras, as empresas médias incentivam a flexibilização, que transforma trabalhadoras de facções em microempresas individuais. O crescimento desse formato de empreendedorismo na era da acumulação é chave para a análise do trabalho contemporâneo. Segundo Harvey (1992), o retorno do interesse pelo papel dos pequenos negócios pode significar mudanças no modo de funcionamento do capitalismo, uma vez que essa transição da grande fábrica fordista para empresas enxutas representa um aumento da fragmentação do trabalho, possível por meio da subcontratação de serviços anteriormente supridos dentro da própria unidade fabril. Na verdade, a formação de pequenos estabelecimentos subcontratados – geograficamente dispersos – representa uma mudança nas formas de controle do trabalho e na organização da classe trabalhadora.

Nesse cenário e como expressiva modalidade flexível do setor de vestuário, a subcontratação é caracterizada como uma atividade que exige a delegação de serviços a terceiros e se enquadraria de forma positiva na realidade de empresas que necessitam desse processo. Assim, uma hipossuficiência de certa atividade seria repassada a uma prestadora de serviço.

Porém, essa não é bem a relação estabelecida entre as maiores empresas e as facções por nós observadas no Polo Regional de confecções em Maringá. Primeiramente, a relação em estudo não demonstra a independência que caracterizaria uma relação de prestação de serviços entre empresas (contratante e contratada). Pelas entrevistas realizadas e pelo observado nas visitas às facções, vimos que as costureiras estão constantemente submetidas às ordens das contratantes, revelando-se claramente uma atividade dirigida e comandada por empresas maiores. Desde o momento em que as empresas deixam as roupas nas facções até o momento em que as buscam, todo o serviço é determinado pelas “contratantes”: a quantidade de peças, o tempo de serviço, a fiscalização da produção, o descarte das unidades consideradas malfeitas e até mesmo as negociações de preços e pagamentos, tudo é estabelecido de forma hierárquica pelas contratantes, demonstrando sua relação de poder e de controle sobre as costureiras.

Evidencia-se também uma relação de dependência das costureiras em relação

às empresas maiores: todas as trabalhadoras das três facções analisadas se restringem a trabalharem em uma perspectiva dual, primeiramente amedrontadas pelo cenário de tamanha instabilidade e de insegurança, forçadas a produzirem para tais empresas e não deixando de cumprir serviços imediatamente caso sejam requeridas. Em segundo lugar, observamos que, diante de um histórico laboral, elas se sentem acuadas a mudarem de profissão e a tentarem um trabalho menos precário.

Outra observação relevante e que nos chama muito atenção são as diversas formas de insegurança a que estão submetidas as trabalhadoras. Alguns relatos demonstram, por exemplo, que nem sempre as facções recebem por todo o trabalho efetuado e, mesmo que aparentemente tentem estabelecer um vínculo de prestação de serviços, não há em nenhuma das facções contratos estabelecidos firmando um acordo entre as partes. Nas três facções, quando realizado o questionamento do quanto elas recebiam pela produção por cada peça, as respostas sempre eram incertas, dando sinais de que os valores seriam “negociados” apenas depois do trabalho realizado. Edleuza, costureira da facção 2 (Sarandi), respondeu sobre isso: “Isso na hora que ele buscar a gente vê! A peça pode valer desde R\$ 4,50, mas a gente espera que ele pague até uns R\$7,00 reais” (EDLEUZA, facção 2).

FIGURA 01 – O TRABALHO DA COSTURA DESEMPENHADO NA FACÇÃO 2 - SARANDI



FONTE: MARTINELLI (2016).

A declaração de que o preço de seu trabalho será definido apenas quando a contratante buscar as peças produzidas deixa claro que, entre as maiores empresas e as facções, as relações de trabalho se estabelecem verticalmente, cujo poder de negociação

está nas mãos das contratantes, que estabelecem as condições para a produção. As evidências expõem uma supervisão do trabalho que se assemelha ao trabalho contratado direto, condição daquele que realiza a atividade produtiva na fábrica ou em espaço diretamente controlado pelo empregador. O Art. 6 da CLT assim regula o trabalho a distância, que caracteriza a atividade das costureiras nas facções por nós visitadas:

Art. 6º. Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.

Parágrafo único. Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio (BALBINO, 2012, s/p).

Essa redação da Lei nº 12.551 de 2011 regulamenta uma relação de emprego a distância. Portanto, o trabalho em domicílio realizado pelas facções entrevistadas, a nosso ver, enquadra-se em uma relação de emprego, nesse caso disfarçada pela formalização.

3.1 O Microempreendedor Individual- MEI

Como já destacado anteriormente, as três facções visitadas estão enquadradas na categoria de Microempreendedor Individual. A própria motivação da Lei Complementar nº128, do ano de 2008, que estimula a formalização dos autônomos, demonstra uma nova regulamentação do trabalho enquadrada no processo de flexibilização. Segundo Roberto Vêras de Oliveira (2015), houve algumas iniciativas do governo Lula na regulação do trabalho, muitas vezes em favor da lógica da flexibilização. Entre elas, está a adoção de exigências trabalhistas diferenciadas para pequenas empresas e para microempresas, como o que rege a Lei do Simples Nacional (criada em 2008):

Com a ausência de uma proposta de reforma global da legislação trabalhista, várias iniciativas do governo Lula repercutiram na regulação do trabalho, muitas vezes em favor da lógica de flexibilização. São exemplos: o Contrato do Primeiro Emprego; a legalização de contratos de prestadoras de serviços por empresas de uma só pessoa (PJs); a adoção de exigências trabalhistas diferenciadas para pequenas e microempresas (lei do Super Simples), entre outras. Em vários desses casos, criaram-se expedientes de rebaixamento dos direitos trabalhistas, promovendo diferenciações entre trabalhadores face aos direitos do trabalho (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015, p. 553).

Em nossas análises, observamos que as transformações no vínculo de

microempresas representam uma faceta da flexibilização para aprofundar os laços já tão intensos de precarização no histórico do trabalho da costura. Nos contornos das Leis do Direito do Trabalho, o MEI se apresenta para mascarar a realidade trabalhista, no caso em foco, aquele realizado pelas costureiras, gerando grandes prejuízos ao desvirtuar toda a atividade que deveria estar sendo regida pela CLT. Apresentando-se como microempresas formalizadas, a relação de trabalho das costureiras é adulterada, o que entendemos demonstrar claramente uma relação de emprego entre as empresas e as facções, mas que passa a caracterizar um modelo de terceirização de serviços entre supostas “empresas”.

Essa realidade caracteriza o impulso das relações econômicas neoliberais que visam abolir os direitos sociais, ou melhor, transformá-los em serviços. Nesse sentido, a ideia é que o trabalhador se transforme em uma “empresa em si mesmo”, assim, todo o seu trabalho e sua força produtiva passam a ser um serviço prestado, e quem presta um serviço não necessariamente deve ter seus direitos sociais garantidos pelo contratante. Assim, essa relação deixa de estar sob a perspectiva do Direito do Trabalho e passa a se configurar como uma relação comercial, do Direito Comercial. Benefícios como FGTS, descanso semanal remunerado, décimo terceiro salário, férias, PIS e outros não fazem mais parte dos direitos agregados a esse trabalho realizado pelas costureiras, descaracterização que tem um efeito fulminante sobre a identidade da classe, pois o trabalhador não se vê mais como tal. Desqualificando-se o vínculo de trabalho, descaracteriza-se também a luta pelos direitos trabalhistas, imaginando-se que nessa relação de trabalho haja uma negociação entre “iguais”.

Entre as características de quem se enquadra no MEI está a formalização, que favorece a implementação da flexibilização nos quadros de sua lógica, pois esse estatuto de formalidade, para as costureiras, não expressa em si nenhuma mudança nas condições de trabalho, que continuam estruturadas na precariedade. Em relação a essas condições, quando observados os métodos de produção, de maneira geral, o trabalho nas facções revela técnicas organizacionais tayloristas – como trabalho repetitivo, o controle do ritmo de trabalho e a divisão social do trabalho.

Ademais, apesar do enquadramento no regime de MEI e do fortalecimento da ideia de atuação das facções como microempresas, não se nota nenhum efeito modificador na realidade do cotidiano do trabalho nas facções. Elas, que antes existiam na informalidade, passam agora a ser microempresas formalizadas, ainda que precariamente, expressando possivelmente a própria institucionalização da precariedade. Essa formalização corrobora apenas a lógica acumulativa, tendo muitas

consequências sociais e políticas para as costureiras, bem como mascara a relação de emprego e impacta a percepção dessas trabalhadoras na identidade de classe, impedindo sua vinculação ao sindicato e perpetuando e legitimando as formas de precariedade das relações do trabalho com um mecanismo sutil e corrosivo na estruturação das lutas de classes.

Toda essa lógica demonstra a preponderância econômica que impera sob a proteção jurídica na medida em que se distorce uma realidade sem que ela mude. É formalizado um trabalho historicamente precário para que ele se enquadre em uma lógica que vai ao encontro de um enxugamento das maiores empresas e de uma ampliação da subcontratação de microestabelecimentos. Por meio desses fins se estrutura a precarização, porém, legalizada:

[...] Embora o recurso ao trabalho a domicílio continue bastante expressivo nas estratégias do setor, especialmente no que diz respeito à flexibilização do trabalho - têm sido raras as iniciativas empresariais de aprimoramento das condições técnicas e organizacionais dos ateliês. O emprego da mão-de-obra continua bastante precário, predominando o trabalho de baixa qualificação e uma base tecnológica rudimentar (BARSTED; JORGE; SORJ, 2000, p. 08).

Um trabalho historicamente precarizado pela informalidade (LEITE, 2004), agora sob o *status* de formal, ainda que possa representar algum avanço para as trabalhadoras, visto que elas se inscrevem na Previdência Social e estão, assim, “protegidas”, traz consigo um efeito de deturpar a real relação de emprego existente. A alteração de *status* de “informal” para o “formal” pouco se relaciona com a melhoria das condições e com a segurança do trabalho, demonstrando a preponderância de um sistema de regulação que pode legitimar a precariedade para fins lucrativos. A formalização pelo sistema MEI, no caso das três facções analisadas, por exemplo, só ocorre por exigência de algumas empresas do setor, que precisam das subcontratadas na legalidade, evitando assim problemas trabalhistas.

Tal cenário resulta do processo histórico-econômico-social da participação do Estado desde as políticas do governo Fernando Henrique Cardoso, que possibilitaram o avanço da flexibilização. Tanto a política neoliberal dos anos de 1990, quanto também a dos anos 2000, demonstraram-se adequadas para a intensificação da lógica flexível e para a proliferação de microempresas, promovendo impactos nos direitos do trabalhador. Assim, em mais de duas décadas, as decisões do Estado consentem novas implementações que desregulam, em processo acelerado, as relações de trabalho. Assistimos a um Estado que não tem mais a intenção de ser um agente de regulação das

relações capital-trabalho, como o “Estado Providência” dos tempos do compromisso fordista (CASACA, 2005, p. 03). E, apesar de o setor de confecções historicamente ter se apoiado na subcontratação do trabalho domiciliar, hoje, com o acentuado desenvolvimento do capitalismo flexível, essa tendência se mantém. Presenciamos também uma crescente desregulamentação laboral, mas no caso do MEI, uma regulamentação pautada na flexibilidade e na descontinuidade dos vínculos empregatícios e dos contratos trabalhistas sob o impulso da acumulação flexível.

Em relação ao poder sindical, por outro lado, percebemos que ambos os sindicatos analisados, tanto dos/as trabalhadores/as quanto o patronal – SINCONFEMAR e SINDVEST – entendem a subcontratação como uma escolha “inevitável” diante da realidade do setor têxtil. A flexibilidade é sentida pelos atores sociais como uma imposição e não como um fenômeno mantido por decisões políticas, econômicas e empresariais, fruto de ideias que vêm a corroborar a lógica acumulativa e também a um capitalismo global, reorganizado sob bases neoliberais e sob o imperativo do capital financeiro (BRIDI, 2009).

Para resumir os efeitos da flexibilização no setor e demonstrar de que forma ela atua, discorreremos sobre quatro formas desse processo notadas na pesquisa de campo:

- Flexibilização organizacional e produtiva: a maior estratégia das empresas e acentuada desde os anos 1970. Está na externalização da produção, ou seja, na descentralização de parte da produção, que conta com o trabalho subcontratado das facções. O trabalho, que antes era realizado dentro da empresa, é repassado a facções domiciliares, que atuam como mão de obra barata, quase sempre feminina, geridas por entes familiares na quantidade máxima de cinco trabalhadoras. Nessas facções o trabalho é de base rudimentar – apenas alguns tipos de máquinas de costura, de baixa tecnologia, rígido, repetitivo e baseado na expropriação do trabalho. Essas características assemelham o trabalho das facções a técnicas taylorista-fordistas de produção, sendo que apenas as maiores empresas do setor adotam alguns implementos organizacionais, como o *Kanban*³¹ - encontrado na Empresa Pequena A - e algumas tecnologias, como *softwares*. Flexibilização da produção e mercado flexível: o setor de vestuário está estruturado sobre alguns elementos da concepção de flexibilização do mercado. Isso significa adaptação e capacidade de se produzirem modelos de peças diferentes a cada coleção. Segundo o SINDVEST, essa é uma das capacidades que a

³¹ Quadro de sinalização do modelo de produção Toyotista. A imagem do *kanban* será inserida no relato da Empresa Pequena A.

produção local possui frente às roupas chinesas, que não conseguem tão rapidamente se adaptar a novas tendências da moda de cada estação, representando a flexibilidade da empresa em se adaptar à diversidade da demanda do mercado, muito variada no mundo do vestuário. Na Empresa Média 1, por exemplo, notamos que a produção é realizada pela demanda, ou seja, dá-se do final para o início da linha produtiva: a demanda mercadológica (novas tendências ditadas pela indústria da moda) direciona o que deve ser produzido e só assim a produção se inicia. As lojas de fábrica nos *shoppings* atacadistas também possuem esse papel de *feedback* de vendas, exprimindo e repassando à empresa o que seus clientes desejam comprar e o que deve ser produzido.

- Flexibilidade dos vínculos de contrato: as três facções visitadas não atuam por vínculos de trabalho fixados em contratos. Contudo, mesmo assim, há uma exigência produtiva atroz, que se estabelece muito mais pelo cumprimento do trabalho das contratadas do que das obrigações das contratantes. No que tange à discussão da formalização das facções, percebemos que houve uma migração da informalidade para a formalidade. Porém, os incentivos à formalização, por meio da Lei Complementar nº 128, do ano de 2008, favorecem a criação de microempresas, mas visam fortalecer a ideia da subcontratação como algo legalizado ao invés de transformarem as formas de trabalho efetuadas nesses microestabelecimentos. Notamos nos discursos das costureiras que não houve mudança em relação a melhorias das relações de trabalho com a implementação do MEI: a formalização das empresas está mais ligada à preocupação das autoridades e de empresários em transformá-las em “microempreendedoras” do que de fato a assegurar maior autonomia, estabilidade e seguridade para essas trabalhadoras.

Em suma, as maiores empresas procuram ao máximo não investir em instalações e não se responsabilizarem com o trabalho das subcontratadas. A deterioração das formas de vínculo e a categorização das facções como MEI significam estratégias do modelo de acumulação flexível, que tem buscado constantemente desqualificar tanto as relações de trabalho evidentes entre as empresas maiores e as subcontratadas como destruir a categoria “trabalho”.

Se o sistema MEI tem essa característica de certo modo crítica, por outro lado, é importante considerar a discussão de Leite (2009), que nos permite visar a história da frágil estruturação do mercado de trabalho no Brasil. Diante do trabalho informal, que historicamente caracterizou o mercado brasileiro, a modalidade MEI pode ser considerada um avanço, uma vez que permite que as costureiras façam parte do sistema previdenciário. Talvez seja adequado, portanto, tomar essa categorização a partir de um duplo caráter: o de uma modalidade flexível de trabalho e de uma relação disfarçada do emprego, mas também o de representar uma possibilidade de formalização para aquelas pessoas que estão excluídas do mercado de trabalho formal.

No quadro atual do capitalismo, essas formas de regulamentação tendem a ser favorecidas pelas tendências crescentes do individualismo, dos discursos do empreendedorismo e da autogestão, que, a nosso ver, em muitos casos, funcionam como um mecanismo de institucionalização de ideias neoliberais e de naturalização de uma condição de trabalho semelhante às das fábricas e oficinas inglesas do século XIX.

3.2 O papel da microempresa no capitalismo flexível

O conceito de flexibilização se relaciona diretamente com a adoção de diversas estratégias por parte das empresas maiores perante as flutuações da economia. Esse fato demonstra um acirramento das relações de produção e do trabalho: de um lado, empresários do setor buscam a flexibilização considerando a terceirização uma solução inteligente para o segmento; de outro, na contramão dessas considerações estão as análises do cotidiano de quem atua na subcontratação.

Na maior parte dos relatos das costureiras, é evidente a vida exaustiva de trabalho a que estão destinadas, pois, mais do que se expõe, esse processo possui muitos efeitos agregados. Com a abertura dos mercados, por exemplo, a competição se tornou palavra-chave no segmento do vestuário, envolvendo tanto as maiores empresas como as microempresas subcontratadas em uma dinâmica flexível. E, entre os apelos da competitividade está a busca por peças mais baratas, a maior “eficiência” na produção, as penalidades pela produção de mercadorias defeituosas, a pressão nas relações trabalhistas e a exaustão física devido à grande jornada de trabalho, bem acima das 40 ou 44 horas estabelecidas pela CLT. Sob este olhar, realmente a subcontratação se torna um “bom negócio” para as maiores empresas, representando maior eficiência e ajuste organizacional, como no caso da Média Empresa 1 visitada. Porém, de maneira muito diferente, a flexibilização se apresenta às costureiras, visto que, descentralizadas e

pulverizadas, essas microempresas representam o elo frágil da cadeia produtiva, desmistificando os supostos benefícios da flexibilização já que sua produção se estrutura sobre a desvalorização da força de trabalho das costureiras.

Muito distante de ser um trabalho baseado no avanço tecnológico, com técnicas avançadas de organização, como *softwares* e quadros de sinalização como o *Kanban*, o trabalho das facções está embasado em técnicas tayloristas/fordistas, como já afirmamos. Todavia, elas não são hegemônicas em todos os estágios da cadeia produtiva, o que demonstra um hibridismo entre os modelos, possível porque a atual conjuntura se caracteriza a partir de uma “[...] combinação de produção fordista altamente eficiente com frequência nuançada pela tecnologia e pelo produto flexível” (HARVEY, 1992, p. 179). A divisão do trabalho no setor se expressa da seguinte maneira:

As oficinas (ou facções) formam [...] o segundo nível da cadeia de produção e estão submetidas a uma divisão de trabalho no conjunto da cadeia que lhes relega apenas o trabalho mecânico de montagem de peças já concebidas, testadas e cortadas nas empresas de confecção. A divisão de trabalho que se estabelece, dessa forma, entre as empresas de confecção e as oficinas é uma típica divisão taylorista: o trabalho de concepção se concentra nas primeiras - que poderiam ser chamadas, para usar uma conceituação de Castillo e Santos (1993), de empresas-cabeça, enquanto as últimas (que poderiam ser chamadas de empresas-mão) se restringem a executar o trabalho repetitivo de montagem de um enorme conjunto de peças iguais) (LEITE, 2004, p. 255).

No desempenhar desse trabalho repetitivo, as costureiras chegam a perfazer 10 a 12 horas diárias em um ambiente pequeno, pouco iluminado e com cadeiras desconfortáveis, repetindo os mesmos serviços repetitivos de costura para a montagem das peças. Sobre esse cenário, são comuns, nos relatos das costureiras, o acometimento de dores nas costas, braços e pernas e também as denominadas lesões por esforço repetitivo, típicas dos que atuam em linha de montagem. A esse modo de se produzir cabem a exploração do trabalho, a rigidez e a violência inerente ao método, e essa análise da realidade se contrapõe aos discursos dos gestores de que a flexibilização representa uma organização inovadora e avançada, supostamente mais humana, que propicia maior liberdade ao trabalhador. A ideia da flexibilização, assim, mascara o real controle técnico que as empresas possuem sobre as facções, assim como também as condições de trabalho das costureiras que continuam atuando na precariedade.

FIGURA 2 – DEMONSTRAÇÃO DO TRABALHO REPETITIVO NA COSTURA DE PEÇAS E NA MONTAGEM DAS ROUPAS NA FACÇÃO 2 – SARANDI.



FONTE: MARTINELLI (2016).

De maneira geral, as empresas de Maringá se munem dos mesmos métodos espúrios de organização do trabalho para produzir a um menor preço: não há preocupação em torno de questões trabalhistas em relação às consequências da adoção do processo de flexibilização para o trabalho domiciliar das costureiras. Pelo contrário, “[...] o modelo regulatório do mercado de trabalho sofre diretamente os impactos de duras críticas e pressões em favor de sua desregulamentação e flexibilização (COUTINHO, 2013, p. 169)”.

Assim, o setor de confecções dá sinais da vitalidade das subcontratadas para a lógica acumulativa, uma vez que as facções estão sempre à margem das empresas maiores, subsidiando as estratégias de lucratividade por meio da deterioração das condições laborais, como pudemos confirmar nesta pesquisa ao verificarmos que o crescimento das microempresas alcança um papel central na estruturação da dinâmica

do setor de confecções.

A maior discrepância visualizada entre as empresas maiores e as menores está relacionada “ao porte” e ao “estágio tecnológico” (MASSUDA, 2002, p. 244), que diz respeito ao processo de reestruturação produtiva não homogêneo e também à situação bastante difícil do setor têxtil e de confecções no início da década de 1990, marcado pela baixa capacitação tecnológica. Assim, a heterogeneidade do setor implica desigualdades das condições de trabalho ao longo das cadeias (KAMADA, 1994 *apud* LEITE, p. 2004). Novos e diversificados estudos sobre o tema, por exemplo:

Vem confirmando as suspeitas de que, à medida que o processo avança, o trabalho na ponta virtuosa da cadeia (as empresas líderes dos encadeamentos produtivos, onde se difunde o trabalho qualificado, mais bem pago e estável), e aumenta na ponta precária, onde abunda o trabalho pouco qualificado, instável, mal pago e, muitas vezes, executado sem vínculos empregatícios (LEITE, 2004, p. 241).

Esse processo avança e empurra o trabalho precário para os elos mais frágeis da cadeia produtiva, em que se encontram as facções. Na tentativa de minimizar os gastos com maiores instalações, compra e manutenção de equipamentos, ampliação do espaço interno e contratação de empregados, as grandes empresas redirecionam uma considerável parcela do processo produtivo a essas facções domiciliares, de modo que muitos custos do processo produtivo ficam à cargo das costureiras, que arcam com a manutenção de equipamentos, com despesas com a energia e, até mesmo, com parte dos materiais a serem utilizados, além de utilizarem seus domicílios, estes por sua vez que acabam tomando o aspecto de um chão de fábrica.

Os sonhos dessas mulheres é fazer com que seus empreendimentos cresçam e consigam se tornar uma empresa. Porém, para Sônia, a chefe de família entrevistada na Facção 1 Maringá, “[...] uma pequena empresa necessita de três anos para poder resistir à competição do mercado” e fazer com que seu negócio vigore. Todavia, sem capital para resistir a esse período, muitas delas fecham e acabam se tornando facções. Sônia está ciente dessa realidade, pois foi o que aconteceu com ela. Na tentativa de montar uma empresa pequena, fechou seu negócio um ano depois e voltou a costurar em domicílio como subcontratada, como fazia anteriormente. A esse relato se somam os de outros informantes, que tiveram suas expectativas frustradas no meio do caminho.

Essa realidade do sonho do empreendedorismo é a mesma razão pela qual milhares de bolivianos deixam seu país anualmente em busca das oficinas paulistanas, “[...] para fugir da pobreza e de uma economia de subsistência e, assim, vislumbrar, alguma possibilidade de mobilidade social” (SILVA, 2006, p. 158). No caso deles:

[...] A sujeição de um trabalhador a um empregador não se dá sem a sua conveniência, pois para ele as relações de exploração desenvolvidas nas oficinas de costura são vistas como um momento transitório em vista de uma situação posterior diferenciada, a qual resultaria uma mudança de papéis, isto é, o trabalhador passaria da condição de costureiro para a de oficinista (SILVA, 2006, p. 159).

Ser dono de uma oficina é o sonho da maioria dos que trabalham no segmento de confecção. Porém, na era da acumulação flexível, esses microestabelecimentos têm maior importância do que possa parecer para as bases de acumulação flexível e para o desenvolvimento capitalista, tendo despertado uma curiosidade analítica:

Mais recentemente, a constatação empírica do significado econômico, social e político das pequenas empresas, em termos de contribuição para o PIB, geração de emprego, participação em diversos tipos de arranjos produtivos, entre outros aspectos aguçou ainda mais essa curiosidade, ampliando a literatura sobre o tema (GUERRA; TEIXEIRA, 2010, p. 124).

Das transformações organizacionais – como o enxugamento das instalações – pelas quais passaram as grandes empresas dos diversos setores da economia ao aumento dos postos de trabalho nas microempresas, a flexibilização da produção permite que novas microempresas surjam e ganhem novos significados na economia brasileira:

O segmento de micro e pequenas empresas (MPEs) apresenta uma participação expressiva no estoque de ocupados e na geração de postos de trabalho no Brasil, situação que tem sido reafirmada no período recente, de forte dinamismo do mercado de trabalho, apesar de uma pequena perda de participação no total das ocupações no final da década de 2000 (CALIXTRE; KREIN; SANTOS, 2012, p. 09).

Além disso, conforme Neri (2012, p. 08):

O segmento possui grande diversidade de padrões de reprodução econômica em meio ao desenvolvimento capitalista brasileiro. Responsáveis por parte considerável do emprego da força de trabalho na economia, essas empresas estão marcadas pelas profundas desigualdades de produtividade, de acesso ao financiamento e recursos próprios para investimento e de capacidades inovativas que levam a distintas estruturas de contratação e proteção do emprego no interior delas. A alta rotatividade do trabalho e o emprego informal de baixa qualidade convivem com formas dinâmicas de contratação, muitas vezes superiores às das grandes empresas, o que mostra mais uma vez o traço heterogêneo deste segmento, que demanda políticas públicas específicas à realidade exposta pelas MPEs.

As grandes cadeias produtivas transferiram sua produção para outros espaços, de maneira que, do ponto de vista social, podemos observar o crescimento da

importância das empresas menores, das individuais, que marcam o retorno “[...] dos interesses pelo papel dos pequenos negócios (um setor altamente dinâmico desde 1970)” (HARVEY, 1992, p. 177). Inseridas em um percurso de inovação e de processos globais, as grandes empresas locais do vestuário, estrategicamente, inserem-se na dinâmica de flexibilização produtiva que ganhou amplitude entre os anos de 1995 e 2000, período em que se notou o crescimento no número de microempresas de confecções, assim também como um efeito “[...] multiplicador do aumento do número de microempresas e pequenas empresas” (CAMPOS; TRINTIN; VIDIGAL, 2009, p. 11), propulsoras na geração de empregos.

3.3 Nas trilhas da Empresa Média 1

Ao iniciarmos a presente pesquisa, sabíamos que as tentativas de visitarmos uma empresa média seriam desafiadoras, pois os estabelecimentos em Maringá não desejam, de maneira alguma, interromper seus processos produtivos, ainda mais para o atendimento a “desconhecidos”. Em vista disso e para que essa importante trilha pudesse ser percorrida, buscamos interlocutores que nos apresentassem ao proprietário de alguma empresa importante do setor produtivo.

Dessa forma, o caminho que nos levou à Empresa Média 1 se inicia com as entrevistas que realizamos com os comerciantes dos *shoppings* atacadistas, que nos deram uma direção para identificarmos as trilhas que conformam e estabelecem nosso campo de investigação. Foi em uma dessas visitas às lojas de fábrica que encontramos uma amiga que intermediou nossa visita à fábrica. Após algumas tentativas, pois, foi marcado o tão esperado encontro com Marília³², supervisora de acabamento/revisão e corte da empresa mencionada.

Ao adentrarmos nas instalações da fábrica, aguardamos no *hall* de recepção até sermos atendidas. Não demorou muito para que Marília nos recebesse e começássemos a visita. Assim, conhecemos uma área de aproximadamente mil metros² construídos e que concentra um grande espaço, separando apenas o almoxarifado, a criação, a modelagem e a gerência, enquanto os demais setores (departamentos) estão dispostos em uma mesma área sem divisão. Observamos ainda que havia uma grande área externa, que poderá servir para as ampliações futuras da empresa, mas que, no momento, abriga todos os materiais inutilizados pós-produção, recolhidos para a reciclagem. Os retalhos

³² Em todas as menções, foram utilizados nomes fictícios.

de malha e as estopas são levados por uma grande fábrica de colchões de Maringá e também enviados para o estado de Santa Catarina para seu aproveitamento por algumas empresas. Já os papéis e demais materiais diversos cabíveis de reaproveitamento são recolhidos por cooperativas ou pela própria prefeitura. Há também, entre as instalações, um espaço reservado para o refeitório, cujas refeições são fornecidas por uma empresa terceirizada e distribuída para todos os funcionários da empresa. Em relação aos processos de corte, enfiamento³³, etiquetagem, revisão, aviamento e acabamentos – costureiras, passadoria, dobragem e embalagem – estes estão dispostos em uma mesma área como demonstra a foto.

FIGURA 3- INSTALAÇÕES DA EMPRESA MÉDIA 1



FONTE: MARTINELLI (2016).

A empresa visitada demonstra ser muito bem estruturada e organizada, estando situada em uma grande área do Parque Industrial de Maringá. Ela tem mais de 20 anos no setor, tendo conseguido, no decorrer dos anos, um desenvolvimento em suas instalações, que visualmente se demonstram novas, com ambiente limpo, organizado, bem cuidado e um elevado nível tecnológico, verificado, por exemplo, pela utilização de *softwares* modernos para criação e modelagem das roupas.

No que tange à observação referente ao perfil dos trabalhadores, vimos que existem diferenças de gênero de acordo com a ocupação: os setores de almoxarifado, corte (por exigir maior força física) e etiquetagem são ocupados, em sua maioria, por

³³ A partir da pesquisa em campo, entendemos que enfiamento é o processo pelo qual o tecido é sobreposto em camadas para o corte alinhado em pilha.

homens. Já alguns de costura³⁴, acabamento, criação e passadoria evidenciaram a predominância do trabalho feminino. Trata-se de um dado interessante nesta análise, haja vista que a primeira empresa de confecção visitada já revelou que o trabalho interno realizado na costura tem ocupação feminina.

Essas trabalhadoras, que trabalham nas facções, geralmente tiveram em algum momento de sua história profissional a passagem por alguma fábrica formalizada e atualmente atuam nas facções subcontratadas. Essa escolha depende muito do momento de vida e da situação financeira e familiar de cada costureira. Muitas vezes, quando necessitam cuidar da casa e dos filhos, essas mulheres trocam a segurança do trabalho formalizado pela adaptação do trabalho nas facções, que permite a concomitância de papéis sociais, ou seja, unir a rotina do lar à do trabalho. Porém, a saída das empresas também pode se dar em períodos de crise, cujas oscilações do mercado diminuem o ritmo de produção, levando as trabalhadoras internas a serem demitidas.

Retomando a experiência de campo, de maneira geral, a empresa visitada possui mais trabalhadores adultos que jovens, informação relatada pela entrevistada, já que não aplicamos um questionário para conhecer a idade média dos funcionários. Observamos que eles estavam uniformizados e alinhados por setores. Em um primeiro momento não notamos diferença entre os níveis de hierarquia, a não ser nos setores relacionados à gerência e à criação. Contudo, em seguida percebemos que a própria estrutura física da empresa já os separa hierarquicamente. Em relação aos níveis salariais, segundo a supervisora, os trabalhadores recebem o piso do setor, dados que discutiremos posteriormente quando tratarmos dos sindicatos.

Sobre a profissionalização, nota-se que muitos funcionários são admitidos sem nenhuma qualificação prévia. Segundo Marília, é comum se adquirir mão de obra não qualificada nesse setor. No caso dessa empresa, eles geralmente recebem a capacitação internamente, na própria execução de suas tarefas. Mas há exceções, pois outros contratados podem chegar à empresa já com cursos técnicos em algumas áreas, realizados em escolas profissionalizantes da região, como por meio do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), que oferece o curso de corte, geralmente exigido previamente. Deste modo, são poucos os trabalhadores que receberam treinamento formal. Nesse contexto, percebemos também um quadro de rotatividade de emprego

³⁴ A costura realizada dentro das fábricas se dispõe apenas a algumas atividades, como a formulação da peça piloto, que implica produção de uma peça modelo, testada e analisada quanto à viabilidade de sua confecção e ao lucro evidente. Caso essa peça piloto se mostre inviável, sua produção é descartada. Mas, se demonstrar viabilidade de produção, consequentemente, sairá da fábrica e irá para as facções domiciliares. Como explicitaremos adiante, toda a costura para produção de mercadorias se dá pelo trabalho subcontratado.

relativamente alto, e somente em alguns casos, como nos níveis mais elevados de ocupação, como a gerência, a permanência no trabalho se dá por maior tempo.

A empresa segue com uma produção de 100 peças/dia e possui uma produção por demanda, por meio de vendas programadas que são possíveis com a utilização de um mostruário, pelo qual clientes de todo o Brasil escolhem as peças de lançamento. Ela possui três marcas: a primeira é uma marca líder, produzindo produtos de custo mais elevado e com confecção voltada a gestantes; a segunda produz também moda para grávidas, mas com produtos de segunda linha, direcionados para um público consumidor mais popular (geralmente produzidos para o abastecimento da loja de fábrica situada no shopping de atacado³⁵); e a terceira marca produz moda feminina em geral. Assim, a empresa consegue atingir uma quantidade de clientes diversificada, conquistando públicos diferentes com suas múltiplas mercadorias, estratégia eficiente em um mercado tão oscilante quanto o da produção de roupas.

Todo esse mercado da moda, da produção de roupas com baixo custo e da competitividade constante faz com que o pensamento da empresa se oriente no sentido de que “nada pode ser perdido” e nenhuma mercadoria pode estar abaixo das margens de lucratividade, ou seja, que se “*compense produzir*”. Por isso a formação da peça piloto é fundamental, pois a partir dela é que é feito um cálculo que mensura todos os gastos para sua confecção, que deve incluir, claro, o custo da força de trabalho das facções, que vivem constantes cobranças em relação à produção de baixo custo. Todos esses aspectos que envolvem a pressão por eficiência são repassados para as subcontratadas, que vivem à mercê de uma lógica produtiva acelerada.

Um exemplo típico das exigências do poder das empresas sobre as subcontratadas está na produção de lotes de peças em prazos cada vez menores, o que seria dificultado com uma carga de trabalho de 8 horas diárias. Como veremos mais adiante, na maioria das vezes, além de as facções trabalharem mais do que o tempo regulamentado para a jornada diária, também são penalizadas em caso de produção de roupas defeituosas, visto que tais peças não são pagas às costureiras. Essa é apenas uma das facetas do panorama da costura identificadas em campo, que fazem com que o trabalho das empresas maiores se relacione com as novas características flexíveis: a relação de eficiência, a produção diária por meio de metas, a produção por demanda, o enfoque da produção muito mais direcionado a concepção da marca e construção da peça matriz, enquanto a produção é subcontratada. A folha padrão, o quadro de sinalização que se assemelha a um *Kanban* (demonstrando a cada roupa o corte, a numeração, a cor e

³⁵ Shopping Avenida Fashion.

demais dados) e a manutenção do baixo estoque são características evidentes do modo de produção e estão presentes na empresa visitada.

Na referida empresa, os processos de produção ocorrem tanto interna quanto externamente, isso para que a produção possa ser realizada totalmente. E, apesar de ela possuir em torno de 100 trabalhadores diretos, conta com boa quantidade de sua força de trabalho deslocada, ou seja, um número significativo de trabalhadores externalizados, que chega a uma média de 60 costureiras, distribuídas por facções que permeiam Maringá sua região. Internamente, os funcionários se distribuem em funções que se iniciam no processo de criação e modelagem, enfiamento e tarefas de acabamento, como “costura de acabamento”, passadoria, dobragem e embalagem.

Os serviços de costura necessários para a formação da peça piloto se encontram na fábrica. Todavia, todos os processos de costura para a montagem das roupas produzidas são distribuídos por uma rede de subcontratações que chega a alcançar 30 a 40 facções. Aliado a esse processo e consequente a ele, emerge um cenário avançado em dispersões geográficas, que envolvem a realocação das subcontratadas e resulta no processo que denominamos “pulverização” das microempresas. Estas geralmente se instalam ao redor das grandes empresas, dando suporte ao seu processo de enxugamento e tornando a flexibilização produtiva uma estratégia para a diminuição de custos.

Segundo Marília, a elevada quantidade de subcontratadas se justifica, primeiramente, em decorrência da alta produtividade diária da empresa, que chega a produzir em torno de 1000 peças. O segundo fator dessa posição está relacionado à baixa quantidade de ocupação em cada facção, o que reforça um processo progressivo do enxugamento das empresas e a diminuição cada vez maior do número de funcionários de microestabelecimentos. Apesar de estes serem classificados de maneira geral pelo DIEESE³⁶ com o número de até 19 trabalhadores, essa não é a realidade das facções locais que atuam no trabalho da confecção. Mesmo que tal fato não negue a existência de algumas facções que possam ser maiores, de maneira bastante representativa, as facções de Maringá possuem no máximo 5 trabalhadores, geralmente familiares e amigos, caracterizando um trabalhando em domicílio.

³⁶ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, fundado em 1955 com o objetivo de desenvolver pesquisas que subsidiassem as demandas do trabalho.

3.4 Nas trilhas da Empresa Pequena “A”

Em nossa pesquisa, a discussão dos microestabelecimentos subcontratados é fundamental para entendermos a cadeia produtiva de confecção. Como já discutido até aqui, o crescimento das pequenas empresas ganhou maior expressão nos últimos anos e, no impulso de averiguarmos a realidade das fábricas que contratam as facções, investigamos *a priori* uma média empresa. A motivação principal dessa observação esteve relacionada à compreensão das diferenças em termos organizacionais e as relações do trabalho entre uma média empresa, pequena empresa e as facções, estratégia utilizada para evidenciar a importância das empresas menores no processo de acumulação flexível e para compreender como a Empresa Pequena A organiza sua subcontratação (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Quando visitamos o primeiro estabelecimento, esperávamos encontrar um abismo social, comparando-se sua estrutura e suas relações de trabalho com as facções, o que se confirmou. Porém, até conhecermos a segunda empresa, não tínhamos a mesma expectativa: esperávamos encontrar algumas relações de proximidade com as facções, haja vista que recebem menores incentivos ao seu desenvolvimento; porém, percebemos que, realmente, nas relações produtivas do setor de confecção, as facções são o elo mais precário, apresentando diferenças, também, em relação às pequenas empresas. É claro que o avanço tecnológico está mais fortemente presente nas maiores empresas, em nosso caso representadas pela Empresa Média 1, e em menores proporções nas empresas pequenas, aqui tomadas pela Empresa Pequena A, que também geram uma produção maior a menor custo. Porém, a diminuição do preço das mercadorias está estruturalmente ligada à exploração da força de trabalho que se evidencia nas facções.

Fomos recebidos na Empresa Pequena A por Lúcia, mãe do proprietário. Há 4 anos iniciou sua produção de uniformes para empresas, ainda tímida no setor de confecções local. Com o tempo, a empresa ampliou sua produção, agregando variados produtos para se manter em tempos de crise, passando a fabricar camisas, bonés, linha *fitness* e uniformes para olimpíadas de estudantes. Ela está localizada na cidade de Maringá, em uma área que abrange aproximadamente 150 metros² e possui 13 funcionários responsáveis pelos trabalhos de criação, modelagem, corte, embalagem, armazenamento, comercialização e televenda. Para nos explicar o funcionamento da produção, Lúcia explicou que se produzem cerca de 3000 mil peças/mês, com a utilização do trabalho das facções domiciliares subcontratadas da região, mas também a

partir de uma instalação responsável especificamente pelo trabalho de costura interna, realocada no município de Sarandi/PR.

Não tivemos acesso a essas instalações devido ao seu deslocamento, mas nos foi relatado que se abrigam em uma microinstalação com 6 trabalhadoras a 7,5 quilômetros de Maringá. Assim, mais uma vez ganha destaque a geografia do trabalho de costura, pois, mesmo pertencente a uma estrutura pequena, o trabalho de costura interno se encontra deslocado, a caminho de uma cidade em que as condições de produção e a mão de obra são mais baratas do que em Maringá. Como descreveremos nos próximos relatos, pela análise da Facção 2 – Sarandi, evidenciaram-se elementos importantes que conformam o cenário dessa cidade em termos de discussão socioespacial, processo de segregação e fragilidade ocupacional. Com base nos dados do Observatório das Metrôpoles de Maringá levantados entre os anos 2000 e 2010, discorreremos a respeito da relação entre organização social do território do Polo Regional de Maringá e as fragilidades ocupacionais. Esse modelo organizacional segue o padrão “núcleo- periferia”: Maringá aparece como o núcleo, concentrando a população com maior volume de capital e renda, cujas taxas de desemprego e a fragilidade ocupacional se encontram bem abaixo das estatísticas das cidades periféricas. Estas, por sua vez, identificam outro cenário, oposto:

Na periferia, onde se encontra a população com mais baixo ou nenhum volume de capital, as taxas de desemprego e de fragilidade ocupacional são mais elevadas, e as rendas são muito baixas. As desigualdades são maiores para as mulheres, a população mais jovem e para a população negra, composta por pretos e pardos. A população desprovida de capital sofre com os efeitos da segregação e da segmentação, agravados pelo isolamento social elevado nesse território (ACCORSI, RODRIGUES; SOUZA, 2015, s/p).

Não há coincidência no fato de as instalações da Empresa Pequena A responsáveis pela costura interna e de a Facção 2 se localizarem em regiões periféricas: marginalizadas por toda uma organização socioespacial da região metropolitana de Maringá, resultam em uma segregação urbana que abre caminho a outras formas de precariedade, como a inserção ocupacional.

Nas instalações externalizadas da Empresa Pequena A, trabalham 6 costureiras e um supervisor de produção, além das subcontratadas, que completam o quadro de costura necessário à produção e cuja contratação se estabelece pelas mesmas estratégias da Média Empresa 1 e dos demais empreendimentos da região, visando ao trabalho por peça de menor preço de mão de obra e com a possível devolução de lotes das que

venham a ser produzidas com defeitos.

Lúcia explica também que a empresa mantém um quadro de costureiras internas, pois isso ainda é rentável para alguns serviços, que exigem uma qualidade maior. A entrevistada não esclareceu se suas funcionárias eram registradas, apenas nos informou de maneira sucinta “que fazem parte do quadro de funcionários” (LÚCIA, 2017). Em seu relato, o deslocamento de parte da produção se deve aos custos de instalações, uma vez que Maringá, conforme dados do Instituto Paranaense de Pesquisa e Desenvolvimento do Mercado Imobiliário e Condominial – Inpespar (LORE, 2006), possui um dos metros quadrados mais caros do Paraná.

O trabalho das costureiras nas fábricas se apresenta como mais uma característica de fragilidade agregada à vida dessas mulheres, mas a busca de mão de obra barata não se apresenta como uma característica local, e sim do setor de confecções mundial. Reservadas as devidas proporções, se olharmos para as empresas globais do vestuário no que tange às estratégias utilizadas para maiores níveis de acumulação de capital, notamos a adoção do processo de “dispersão geográfica” para que as produções se concentrem em áreas de “zonas de controle do trabalho mais fácil” (HARVEY, 1992, p. 137). Assim também ocorre se verificarmos realidades menores. Na cidade de São Paulo, por exemplo, “[...] umas das estratégias utilizadas pelas confecções para rebaixar ainda mais o custo é buscar oficinas na periferia da cidade, onde, em geral, se paga menos pela mão de obra” (LEITE, 2004, p. 262). Dessa maneira, a geografia das oficinas de costura paulistanas, “[...] antes também concentradas no centro, foram ampliadas para a periferia leste e sul da cidade, além de cidades da região metropolitana” (LIMA, 2015, p. 164).

Como exemplo desse processo também podemos observar o número de novas empresas realocadas para o Paraguai. Durante nosso percurso de campo, seguindo as trilhas da produção flexível, ouvimos duas informações expressando que algumas empresas da região noroeste do Paraná têm realocado sua produção para aquele país devido à proximidade territorial daquele território em relação ao norte do Paraná e à força de trabalho ainda mais barata do país vizinho.

A organização do espaço territorial se relaciona às novas estratégias da acumulação flexível em busca de menores custos produtivos. Diante dessa perspectiva, a ideia de globalização como compressão do “espaço-tempo” discutida por Harvey (1992) permite que esclareçamos uma nova forma de ordenação simbólica do espaço e do tempo, que gera um cenário de experiências em que aprendemos “[...] o que somos e onde estamos na sociedade” (PRADO, 2003, p. 02). Nesse contexto, os relatos em nosso

trabalho possuem o papel fundamental de dar voz às costureiras, possibilitando que elas demonstrem suas interpretações sobre o mundo social que vivem. E, ainda que tal realidade não se encontre clara para nossas protagonistas, toda a lógica acumulativa flexível e os papéis sociais que elas desempenham (mães, donas de casa, mulheres e trabalhadoras) implicam a necessidade de trabalharem para garantir a própria subsistência (COUTINHO, 2013, p. 171). Os papéis sociais, nos termos de Erving Goffman (2014), dizem respeito às atividades desempenhadas diante da realidade social e utilizamos essa expressão para afirmarmos que não existe uma linha clara que separa o trabalho da rotina do lar, ao contrário, as fragilidades ocupacionais são muito mais exploradas nesses ambientes.

Espaço e tempo se tornam uma fonte de valor e de poder na lógica acumulativa flexível. O capital financeiro ou até mesmo as empresas capitalistas se tornam capazes de realizar um deslocamento em busca de lucros. Por isso, o crescimento das subcontratações em localidades específicas, no caso as periferias, representam o poder crescente do capital globalizado em detrimento dos trabalhadores que, por uma menor representação coletiva, ficam aprisionados em localidades à serviço das relações mercadológicas.

Como objetivo da realocação do capital, situa-se a procura por mão de obra barata e, assim, as relações de trabalho estão organizadas pela divisão território-espacial, pela qual as redes de subcontratação se encontram dispersas geograficamente. Ainda agindo sobre essa realidade, a precarização do trabalho caminha juntamente com o processo de segregação urbana no Polo Regional de Maringá, que está em vias de “reorganização da precariedade”, demonstrando-se como uma reorganização da exploração por áreas.

Nas regiões periféricas se encontram grupos de mulheres com dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, “em situações de baixo volume de capital e de isolamento social, em que o acesso às estruturas de oportunidades pode ser limitado, possibilitando a reprodução das condições de vulnerabilidade social ou mesmo impedindo sua superação” (ACCORSI; RODRIGUES; SOUZA, 2015, s/p). Portanto, a transferência de instalações ou mesmo a própria localidade geográfica das facções subcontratadas aparenta ser uma estratégia não apenas das empresas maiores, mas também das de médio e pequeno porte, objetivando contratar trabalhadores já marginalizados socialmente e que não tiveram oportunidades maiores de estudo e qualificação. Tais deslocamentos geográficos também tornam o trabalho das facções ainda mais invisibilizado, ao mesmo tempo em que deixam menos expostas aos olhos

das instituições públicas e mesmo da sociedade as péssimas condições de trabalho.

No que diz respeito às relações da Pequena Empresa A com os sindicatos, a resposta foi nos dada foi bem objetiva: “o Sindicato só serve para tirar dinheiro” (LÚCIA, 2017). A entrevistada e sua nora – dona da fábrica – relatam que não recebem incentivos do SINDVEST como as grandes e médias empresas da região. Além disso, nenhuma das atividades descritas pelo SINDVEST como desfiles de moda, promoção de cursos, workshop, entre outras, exerceu influência nos últimos anos no que diz respeito ao crescimento e à manutenção do estabelecimento. Lúcia nos conta que, além de não se sentirem auxiliadas pelo SINDVEST, também não recebem incentivos dos órgãos públicos do município. De igual forma, em seu quadro de funcionários, também não há filiação ao SINCONFEMAR ou muito conhecimento acerca da atividade desse sindicato dos trabalhadores na região.

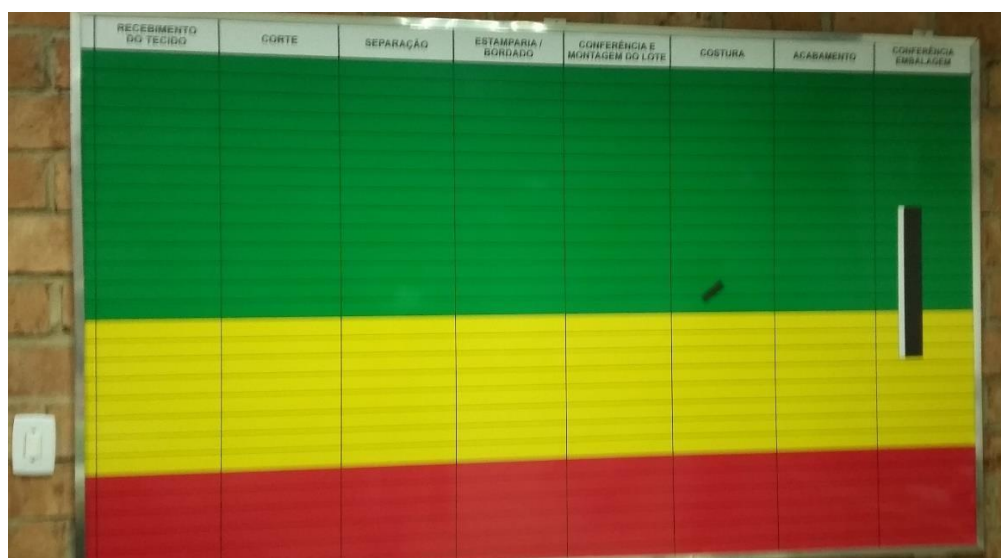
Outro aspecto importante a ser considerado são as técnicas utilizadas na organização produtiva da Empresa Pequena A. Em nossa observação, identificamos uma empresa organizada, com instalações salubres e funcionários uniformizados. Porém, o que mais nos chamou atenção foi a visualização de alguns métodos produtivos de administração flexível como o *kanban*. Este é um quadro de sinalização que fornece informação sobre a produção de mercadorias (OHNO, 1997). Toda a etapa da produção da mercadoria é acompanhada: recebimento do tecido, corte, separação, estamparia e bordado, conferência e montagem do lote, costura, acabamento, conferência e embalagem. Esse controle é realizado desde o início da produção, como no recebimento dos tecidos e na previsão de quantas peças serão produzidas por dia até a embalagem e o encaminhamento da produção para seu destino final. As roupas que saem para serem levadas às subcontratadas vigoram também no quadro de sinalização, bem como são conferidas quando retornam à empresa. As possíveis peças com erros são contabilizadas e devolvidas às facções domiciliares subcontratadas.

Ficamos muito espantados ao nos depararmos com um *kanban*, já que não sabemos se esse tipo ferramenta de organização pode ser encontrado em outros estabelecimentos. Porém, seu uso reflete, uma administração da produção baseada em um modelo produtivo flexível³⁷. Esse modo de produção é repassado às facções subcontratadas e, por isso, encontramos nelas a pressão de um ritmo de trabalho estipulado e mantido pelas contratantes, demonstrando mais uma vez o vínculo de subordinação entre as partes, enfatizando uma relação de emprego e não de serviços.

³⁷ Mais próximo de técnicas do modelo toyotista de produção desenvolvido no Japão no período pós Segunda Guerra Mundial (OHNO, 1997).

No decorrer de nossa entrevista, descobrimos o motivo da utilização do *Kanban* a partir dos relatos dos donos de uma empresa, um casal que trabalhou muitos anos no Japão trazendo em mente o ideal de que a utilização dessa técnica de administração auxiliaria na contenção de peças defeituosas e, também, na superacumulação de mercadorias. Esse modelo retrata uma grande diferença das transformações produtivas do taylorismo-fordismo para a acumulação flexível, principalmente no que se refere à redução dos estoques.

FIGURA 4 – MÉTODO DE ADMINISTRAÇÃO DESIGNADO *KANBAN*, UTILIZADO PELA EMPRESA PEQUENA A



FONTE: MARTINELLI (2016).

As técnicas de organização da produção, embora sejam temas fundamentais para se entender o mundo produtivo, não acontecem totalmente ou em seu estado puro. Apesar dessa ressalva, visualizamos com grande impacto em nosso campo a adoção de alguns métodos de gestão flexível nas duas empresas visitadas: a Empresa Média 1 e a Empresa Pequena A. Cada vez mais constituídas, as novas concepções de gestão produtiva se disseminam no âmbito das empresas e são tidas como lema para que se alcance a eficiência desejada. Assim, conseguimos verificar no trabalho das facções técnicas taylorista-fordistas de produção, símbolo do trabalho eficiente da maior produção em menor espaço de tempo desenvolvido por Frederick Taylor no final do século XIX.

Contudo, o que vemos na prática do segmento é um hidridismo, que mistura técnicas (avançadas e rudimentares) de modelos organizacionais que acreditam ser mais viáveis. No caso das técnicas empregadas nas facções domiciliares subcontratadas:

De um lado, principalmente nas grandes e médias empresas, parte importante das trabalhadoras tem enfrentado o desemprego devido aos processos de enxugamento, enquanto que para as que permanecem empregadas as exigências de maior envolvimento e qualidade do trabalho são combinadas com a manutenção de práticas tayloristas na organização do trabalho e com a intensificação do ritmo de trabalho, sem contrapartida em termos de benefícios ou melhorias salariais (AMORIM; ARAUJO, 2001, p. 281).

De maneira geral, o modo de acumulação flexível vem demonstrando a manutenção de formas de exploração estruturais. Todas as técnicas adotadas visam à superação da alta competitividade e das inconstâncias do mercado. Conforme acrescenta Harvey (1992), nas bases estruturais do capitalismo se alicerçam: o crescimento baseado no lucro, o crescimento do valor real apoiado na exploração da força de trabalho e as mudanças organizacionais (tecnológicas), fatores que não conseguem permanecer em equilíbrio. Administrar as tendências de superacumulação ou absorvê-las é um fator fundamental para a manutenção da ordem capitalista. Nesse sentido, o hidridismo na utilização das técnicas sugere mais do que uma adaptabilidade da produção na constante corrida por maiores taxas de lucro, significando o estabelecimento de um modo de produção exploratório no qual o moderno se alimenta do arcaico (OLIVEIRA, 2013).

CAPÍTULO 4 – Lutar por direitos ou adaptar-se às relações flexíveis?

4.1 Nas trilhas do SINDVEST (Sindicato Empresarial da Indústria do Vestuário)

Atualmente, as mudanças do mundo do trabalho, com o aumento da subcontratação e como consequência de uma maior fragmentação, demonstram um desafio à atuação de sindicatos, que lutam em defesa dos direitos dos trabalhadores. Porém, de maneira contrária a essa perspectiva, para o sindicato dos empresários, a subcontratação demonstra ser um ajuste positivo, que torna possível a ressignificação das relações produtivas e do trabalho:

Para agilizar a produção e reduzir os custos muitas empresas optam pela terceirização que, sem dúvida, é uma solução inteligente para o crescimento de todo um segmento. No setor da confecção, as indústrias podem recorrer às fábricas quando a produção interna não atende à demanda ou em determinados períodos quando com o aumento das vendas gera um excedente na produção. Assim, para não gerar contratações temporárias as empresas recorrem a estes prestadores de serviços. Em outros casos, algumas empresas chegam a terceirizar 100% de sua produção. O que também é muito vantajoso, já que há uma economia relevante no que diz respeito ao investimento no tamanho físico da empresa e aos gastos que isto acarreta, assim como com as despesas com a folha de pagamento em períodos de baixa produção (SINDVEST, 2016).

A própria instituição sindical que representa os empresários do setor de confecções do Polo Regional de Maringá identifica as fábricas como “prestadoras de serviços”. Notamos assim não está sendo promovido somente o discurso do impulso à subcontratação e, conseqüentemente, a diminuição no quadro de contratações, mas um processo em curso que conforma “[...] una homogeneización del discurso del hombre em torno de la figura da empresa” (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 331) Na contemporaneidade neoliberal, observamos nascer um novo sujeito do trabalho que vem sendo influenciado por mecanismos ideológicos que defendem que o trabalhador é um gestor de si mesmo. Vemos assim o emprego de outros mecanismos de disciplina e de coação do trabalhador como na acumulação flexível, pela qual a figura do trabalhador se transmuta na figura do “colaborador” ou do “autogestor”. E, para que essa figura nasça e tenha seus impulsos controlados e sua vida sincronizada ao ritmo da produção, emergem discursos ideológicos que individualizam os trabalhadores e dizem a eles, constantemente, que são os responsáveis por seu sucesso e seu fracasso. Esses discursos empresariais dizem respeito a um novo tipo de poder:

Ya no se trata tanto de reconocer que el hombre sigue siendo um hombre em el trabajo, que nunca se reduce a la condición de ser um ser passivo; se trata de ver em él al sujeto activo que debe participar totalmente, comprometerse plenamente, entregarse por enterro em su atividade profissional. El sujeto unitário es, por lo tanto, el sujeto da implicación total de sí. El blanco del nuevo poder es la voluntad de realizarse uno mismo, el proyecto que se quiere llevar a cabo, la motivación que anima al ‘colaborador’ de la empresa – finalmente, el deseo, bajo todos los nombres que se le quieran dar (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 333).

Esse novo sujeito passa a trabalhar para a empresa como se estivesse trabalhando para si mesmo, suprimindo, assim, o sentimento de alienação, pois a figura do trabalhador e da empresa se misturam (DARDOT; LAVAL, 2009). Nesse sentido, para que essa reprodução de poder seja retransmitida, os discursos não só emanam dos mecanismos neoliberais, dos sindicatos patronais e das correntes de gestão empresarial, mas também do próprio sujeito do trabalho, que passa a acreditar que ele é um autogestor. E, da mesma maneira que os trabalhadores são transmutados em colaboradores e autogestores, os microestabelecimentos subcontratados, que realizam um trabalho fundamental para a produção, passam a ser prestadores de serviço. Essa ideologia influencia os trabalhadores internos das empresas e também, as costureiras das facções subcontratadas, que não se veem como empregadas.

Um dos relatos recorrentes durante as entrevistas com as costureiras refere-se às justificativas nos atrasos de pagamento por parte das empresas contratadas, que relatam a falta de dinheiro devido à alta concorrência. Assim sendo, expostas a problemas que em nada dizem respeito a elas, as costureiras são lesadas, seja pelo atraso de pagamento, seja pela perda de direitos, por não estabelecerem vínculos legais de contrato que deveriam assegurar uma série de obrigações por parte da empresa contratante.

Mesmo assim, apesar das críticas diárias às condições de trabalho, as contratadas vão se reconhecendo como ‘empreendedoras”, uma alienação não somente gerada pelos mecanismos ideológicos, mas também pelas novas configurações do mundo laboral, transformado por meio dos novos mecanismos de reconhecimento das modalidades flexíveis.

Toda essa discussão faz parte das ideias que estão sendo propagadas e reiteradas pelo SINDVEST, que adota uma postura positiva da subcontratação, apoiando o enxugamento das empresas para que as costureiras subcontratadas se responsabilizem pelo trabalho desempenhado e para que as maiores empresas não se comprometam com os direitos das trabalhadoras, pois, afinal, estas se enquadram como

“prestadoras de serviços”. A era da acumulação flexível rompe, pois, com o paradigma fordista sustentado pelas associações históricas entre capitalismo e assalariamento, como também aquelas entre assalariamento e proteção social³⁸ (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015, p. 545-547).

Se no momento atual a luta institucionalizada em prol da proteção dos direitos dos trabalhadores regulares vem sendo atacada, como serão garantidos os direitos sociais dos trabalhadores, que a cada dia mais estão aquém do chão de fábrica? No Brasil, a industrialização (tardia), o assalariamento (parcial) e a incorporação de mecanismos de proteção social (tutelado e restrito)” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015, p. 545) foram estruturados na distinção material e simbólica entre trabalhadores³⁹ e, com a adoção das modalidades flexíveis, surge uma massa de trabalhadores cuja perda de direitos sociais é regulamentada sob o estatuto da subcontratação e da formação de microempresas, como no caso da formalização das facções pelo MEI. Por um lado, esse modelo garante a formalização de direitos, como o acesso à Previdência Social; por outro, ele descaracteriza um vínculo evidente de relação de emprego, que estabeleceria em série de benefícios às costureiras, inclusive o da própria Previdência Social.

Em um setor marcado pela precarização e pela fragilidade da organização sindical, a subcontratação se constitui como estratégia de gestão produtiva e resulta na desregulamentação das relações de trabalho proposta pelas instituições representantes dos empresários, como o SINDVEST. Em contrapartida, conforme veremos a seguir, o SINCONFEMAR (sindicato dos trabalhadores) sofre perdas no campo das negociações coletivas e da negociação política, em um contexto pautado no avanço da flexibilização.

Sobre o tema e com base em indicadores macroeconômicos e estatísticas sociais, ainda que expressos em realidades muito diferentes, Boltanski e Chiapello (2009, p. 271) discorrem sobre a preocupação nas “[...] negociações coletivas, outrora consideradas capazes de melhorar as condições dos assalariados, agora, também, podem degradá-las”. Para os autores, a expansão do capitalismo lança mecanismos que, além de dificultarem o avanço das negociações coletivas, podem também rebaixar “[...] o limiar das exigências formuladas pelas disposições legais e pelas convenções firmadas pelas respectivas partes” (SIMITIS, 1997 *apud* BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 271).

Ademais,

³⁸ Institucionalização de direitos sociais vinculados ao contrato salarial, com coberturas cada vez mais universais (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015, p. 547).

³⁹ Entre trabalhadores de origem rural e urbana, os qualificados e não qualificados, assalariados e os autônomos e entre os formais e os informais.

Ao estimular o recuso à negociação, especialmente em nível da empresa, a lei deu aos empregadores a oportunidade de validar suas próprias reivindicações, de tal modo que as negociações clássicas em vista de melhoria de direitos e vantagens dos assalariados em relação aos requisitos mínimos legais foram pouco a pouco substituídas por negociações que buscavam acordos ‘toma lá dá cá’, nos quais a relação de forças, desfavorável aos assalariados, redundava na esperança da manutenção do emprego por parte deles, porém, em vantagens tangíveis para o empregador, tais como revisão das modalidades de aumento ou de determinação dos salários ou mudanças nas jornadas de trabalho (LYON-CAEN; JEAMMAUD, 1986 *apud* BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 271).

Com o avanço da flexibilização, observamos novas disputas entre os atores sociais do setor. No que tange ao SINDVEST, o crescimento das microempresas é a oportunidade de redução de custos por meio da desregulamentação trabalhista. O sindicato, cuja gestão é exercida majoritariamente pelos donos das maiores empresas da região, assume como função o auxílio aos empresários, promovendo o amparo às grandes empresas a partir do avanço da desregulamentação do trabalho e da fomentação crescente da subcontratação de serviços.

4.2 Nas trilhas do SINCONFEMAR (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Maringá)

Nossos percursos em campo desde o início demonstraram não ser tão acessíveis. As dificuldades de visitarmos uma grande ou uma média empresa foram muito mais amplas e complexas se comparadas ao acesso às facções domiciliares. Isso porque os vínculos se iniciam por laços de confiabilidade, o que demandou seguirmos as trilhas flexíveis de uma variedade de atores por indicações. Logo no início das visitas, através das primeiras conversas, estabelecemos relações de proximidade ganhando credibilidade, legitimidade e confiança a fim de aplicarmos os questionários e conhecermos questões específicas do campo da confecção.

O percurso até o SINCONFEMAR, o sindicato dos trabalhadores da área, ocorreu pelos mesmos caminhos: por uma indicação de um amigo, tivemos as portas abertas para um contato inicial. Esse amigo havia relatado à Beth e à Nilza, as duas assessoras responsáveis pela comunicação entre empresas e trabalhadores, sobre do que se tratava nossa pesquisa e que necessitávamos de algumas entrevistas. Assim, começamos a estabelecer uma possibilidade de contato com uma instituição de importância diante do cenário da confecção, o que atribuiria sentido às modalidades de

flexibilidade e possibilitaria direcionamento aos percursos que percorremos para a presente pesquisa.

Os primeiros contatos com o sindicato foram marcados por duas visitas ao local. No primeiro encontro, não obtivemos sucesso, pois nossas entrevistadas não se encontravam, uma vez que, por serem responsáveis por visitar diariamente as empresas locais e apresentar o sindicato e as formas de associação a empresários e trabalhadores, essa agenda repleta de muitas atividades repercutiu na dificuldade do encontro. Mesmo assim, já conhecemos as estruturas físicas e sociais do local, que posteriormente marcariam as reflexões a respeito das primeiras impressões. Foi em uma sexta-feira pela manhã que recebemos a notícia de que a Sra. Beth e a Sra. Nilza, assessoras do sindicato, estavam com o horário livre e poderíamos encontrá-las no sindicato no período da tarde.

Nesse segundo momento de visita ao sindicato, confirmamos nossas primeiras impressões em relação a toda a estrutura organizacional do SINCONFEMAR, que possui elementos estruturais díspares em relação ao SINDVEST, (Sindicato da Indústria do Vestuário). Essas diferenças se estabelecem em termos de estrutura disponível, comunicação e propaganda, treinamento, assim como em relação a recursos e funcionalidade. As instalações do SINDVEST, em relação ao SINCONFEMAR, são bem maiores e estruturadas e a comunicação demonstra ser mais crucial. Em certa medida, isso pode demonstrar a necessidade de ações maiores ou menores de ambos os sindicatos junto a suas bases: o sindicato empresarial tem menos necessidade de uma estrutura que fomente a ação coletiva, enquanto o de trabalhadores precisar se armar de muitas estratégias e condições para atrair os trabalhadores e atender às necessidades de sua base, que muitas vezes estão além das negociações salariais.

Ao acessarmos a entrada principal do SINCONFEMAR, fomos tomados pela sensação de que estávamos em uma clínica médica: aparentemente, as disposições dos móveis e os avisos nas paredes sinalizavam uma sala de espera médica, com informações precisas sobre consultas, exames laboratoriais, tratamento dentário e guia de clínicas, informando laboratórios e médicos conveniados. A extensão de seu espaço físico em grande medida é ocupada por clínicas, sendo a sala das assessoras sindicais estabelecida nesse mesmo ambiente, havendo apenas três espaços destinados à consultoria sindical e à assessoria jurídica. Coincidentemente, a estrutura física do sindicato se acomoda em uma região central da cidade, composta por um cenário de clínicas e hospitais.

Tivemos acesso ao “Guia de Conveniados 2016”, um material que apresenta e

descreve toda a funcionalidade e os benefícios de se associar ao SINCONFEMAR. Como missão principal constava a seguinte descrição: “a luta pelos direitos trabalhistas e o oferecimento de benefícios aos seus associados e dependentes”. Embora essa afirmação explicita em seu conteúdo um caráter de cunho profundamente conectado e voltado à luta pelos direitos dos trabalhadores, o Guia de Conveniados também oferece uma lista imensa de convênios com assistência médica, funeral, psicólogos, dentistas, farmácias e afins, além de incluir também convênios com academias de ginástica, salão de beleza e estética, livrarias, dentre outros benefícios secundários, se comparados à função primordial e prioritária de uma instituição como essa. Nossa leitura é de que, dada as condições dos/as trabalhadores/as a região, essa plataforma de assistência funciona como um chamariz para a sindicalização e ao mesmo tempo atende às carências de uma população pouco assistida pelo Estado.

As páginas destinadas aos esclarecimentos sobre os direitos dos trabalhadores, sobre as negociações, conquistas do sindicato e dúvidas sobre assessoria jurídica aparecem com pouco destaque diante de todos os elementos citados. Essas últimas considerações, quando aparecem, surgem de forma tímida em relação ao emaranhado das demais descrições do guia. Por isso, somente na entrevista com Beth e Nilza conseguimos ter as primeiras evidências de informações mais profundas sobre o trabalho do sindicato dos trabalhadores em Maringá e região. No entanto, essas nossas observações sobre o Sindicato e os “serviços” que oferece aos seus associados devem ser compreendidas na medida em que analisamos as configurações dos sindicatos no processo histórico e social do Brasil, sua função e objetivo inicial: a luta pela manutenção e pela ampliação dos direitos trabalhistas.

Percebe-se assim que a discussão sobre os direitos trabalhistas, a luta de classes e os efeitos da subcontratação no setor vão se somando aos serviços oferecidos a quem se associa ao sindicato. Como tantos outros no país, o sindicato dos trabalhadores do vestuário do Polo Regional de Maringá também se dispõe a exercer várias funções, que vão desde a assistência social, médica e jurídica até a fiscalização e a defesa dos interesses dos trabalhadores. Não nos caberá aqui avaliar em que grau se dão essas ações, apenas apontar alguns aspectos relacionadas ao nosso campo de pesquisa.

Na primeira parte da entrevista com Beth e Nilza, elas esclareceram características relacionadas aos objetivos e às funções do sindicato. Entre elas estão:

- O mapeamento das necessidades dos trabalhadores da categoria;
- A atuação jurídica na defesa dos direitos dos trabalhadores;
- Acompanhamento, quando necessário, das rescisões de contratos;

- Acompanhamento do setor diante das necessidades de mudanças tecnológicas e do processo de globalização;
- Busca por laços saudáveis entre trabalhadores, sindicato e empresas;
- No que tange às preocupações do SINCONFEMAR, destacam-se o aperfeiçoamento do trabalhador e a adoção de medidas que busquem uma maior competência por parte dos trabalhadores, para que possam ocupar lugar no mercado de trabalho;
- Já no que se refere aos convênios de serviços, existem 400 parceiros entre clínicas médicas, laboratórios, salões de beleza, escola de línguas, papelarias etc.

Essas características e informações foram apresentadas logo no início de nossa entrevista, como elementos fundamentais para a compreensão do SINCONFEMAR. Ao longo do diálogo, fomos desenhando os caminhos percorridos do sindicato até os trabalhadores de confecção e percebemos alguns limites em sua atuação.

As assessoras, cuja função exercida é de consultoras, relataram que o sindicato foi criado no início da década de 1990 e a amplitude da ação sindical foi se transformando no decorrer dos 25 anos de atuação: o número de filiados e as ações foram decaindo constantemente. Segundo elas, atualmente o sindicato encontra dificuldades para adentrar às empresas e o principal fator dessa dificuldade está relacionado à maneira como os empresários se relacionam com a instituição. Inicialmente, o argumento é de que não há possibilidade de interromper o processo produtivo, o que implica necessariamente questões econômicas e de lucratividade. Essa prática dos empresários faz com que muitas vezes “as consultoras tenham que falar com os trabalhadores nos 30 minutos de almoço” (declaração de Beth), dificultando-se a tarefa de apresentação do SINCONFEMAR e a respectiva adesão dos trabalhadores.

A complexidade dessa ação cresce quando é necessário entrar em contato com as facções domiciliares de Maringá e região. Isso porque esse tipo de produção de roupas subcontratada em domicílio implica um trabalho realizado peça por peça, prática apoiada na perspectiva da eficiência taylorista de tempo *versus* movimento, pela qual os princípios de administração organizam a lógica de que na produção não há tempo para interrupções. Além desse agravante de que “tempo é dinheiro”, a realocação das facções gera dificuldades para a associação dos trabalhadores, além da fragmentação do trabalho devido ao crescimento da subcontratação e consequente espalhamento do processo da linha produtiva, obstáculo ao SINCONFEMAR que não consegue fazer o mapeamento

das redes de subcontratação.

Essas dispersões das relações produtivas e do trabalho, segundo Boltanski e Chiapello (2009), são características do processo flexível de acumulação e, no caso desta pesquisa, revela-se como uma de suas consequências o fato de que poucas costureiras das facções domiciliares são associadas ao sindicato dos trabalhadores.

Todo esse conjunto de dados e informações nos permitiu compreender questões sobre as possíveis estratégias adotadas pelo sindicato em relação ao mapeamento do grande número de pequenas empresas formais e informais. As assessoras informaram que a instituição não estabeleceu estratégias de quantificar esses dados e, mesmo que o fizesse, as constantes oscilações do mercado decorrentes da crise dificultariam ainda mais essa tarefa. Segundo Beth, “o mercado nesta crise fez fechar muitas empresas e não é a tarefa do sindicato fazer essas pesquisas”. Também por isso, a discussão de que as facções podem estar se filiando ao MEI é, até o momento, desconhecida para o sindicato.

Finalizando nossa entrevista, Beth e Nilza apontaram alguns caminhos para conseguirmos acessar esses dados de Maringá e região, indicando que os buscássemos no site do ABIT⁴⁰ e do DIEESE, o que não deu certo uma vez que as informações não estavam disponibilizadas nesses sítios. Por essa razão, isso demandaria uma incursão direta junto a essas instituições, condição que dado nosso tempo de pesquisa não pudemos satisfazer.

Ambos os sindicatos do setor em Maringá, SINCONFEMAR e SINDVEST, apresentam respostas que convergem quando se trata do número de empresas estabelecidas na cidade. A conclusão é que eles não possuem exatidão nas informações a esse respeito, mas sabem que o aumento da subcontratação se apresenta como uma nova tendência da produção flexível.

O número de empresas oscila no setor, especialmente quando seguimos em direção à base da cadeia produtiva, buscando apreender as relações de subcontratação das facções. Isso nos remete às relações flexíveis e aos laços instáveis de trabalho para os participantes dessa cadeia. Segundo o SINCONFEMAR, a região já possuiu em torno de 8.756 empresas há anos, mas hoje (2016) as taxas do setor se encontram bem abaixo desses números devido à queda produtiva do setor de confecção. Essa relação afeta diretamente o número de filiados, que, conforme dados do mês de junho de 2016, há 3.811 trabalhadores associados em toda a região, número que anteriormente se aproximava de 7 mil associados. Esse declínio, a nosso ver, pode ter relação com o

⁴⁰ Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção.

crescimento da subcontratação, questão que não será possível aprofundar nesta pesquisa.

Na tabela a seguir, dispomos, como se pode acompanhar, os números atuais de filiados por região.

TABELA 3 – RELATÓRIO DE ASSOCIADOS REFERENTE AO PERÍODO DE 01 A 30/06/2016

Cidades	Número de Filiados
Paçandu	595
Colorado	188
Astorga	162
Loanda	04
Paranavaí	78
Campo Mourão	146
Alvorada	397
Maringá- Av Br Norte	542
Sarandi	250
Colombo	711
Maringá- Av Br Sul	738
Total de Filiados	3.811

FONTE: SINCONFEMAR, 2016.

Outro fator associado às dificuldades de filiação das costureiras ao sindicato está relacionado ao valor referente à contribuição. Segundo Beth e Nilza, apesar de parecer um valor acessível aos trabalhadores, o desconto em folha correspondente a 1,5% (um e meio por cento) do salário ou da remuneração mensal, o que significa, em caso de um salário de R\$ 1.081,08 reais de uma costureira, uma taxa de R\$ 16,21. Segundo Beth, muitas vezes as trabalhadoras deixam de se associar devido a esse custo, pois, para muitas delas, que possuem filhos e necessitam muitas vezes sustentar a casa sozinhas, isso se torna bastante significativo. De certa maneira, o valor se torna relevante para todos os que precisam viver com as baixas remunerações do setor, como vemos na tabela a seguir, que apresenta os pisos salariais da categoria:

TABELA 4 – PISOS SALARIAIS PARA A CATEGORIA A PARTIR DE 01 DE SETEMBRO DE 2015:

Cargo	Remuneração (em reais)
Auxiliar de Produção	R\$ 869,91
Passadeira	R\$ 914,82
Costureira	R\$ 1.081,08
Chefia de Produção	R\$ 1.342,09

FONTE: SINCONFEMAR, 2016.

O SINCONFEMAR afirma que as negociações sobre o aumento do salário-base no setor realizadas nas convenções coletivas de trabalho encontram resistência pelo sindicato patronal. Elas se estabelecem por comissão bipartite⁴¹ composta pelas instituições de representação: o SINDVEST representa os empresários da cidade e o SINCONFEMAR apresenta as demandas dos trabalhadores das grandes, médias, pequenas empresas e das facções do setor. Segundo o sindicato dos trabalhadores, as negociações com o SINDVEST contam com a presença de grandes empresários, como, por exemplo, do presidente do sindicato, dono de uma das maiores empresas de sutiãs, calcinhas, camisolas, pijamas e roupas em geral, que, com o apoio do setor de comércio exterior do SINDVEST, atualmente exporta para alguns países da América Latina. Já o SINCONFEMAR possui uma equipe de seis funcionários para atender todo o Polo Regional de Maringá e conseguir representar as demandas dessa classe de trabalhadores.

Segundo nossas entrevistadas, em tempos passados, o número de consultores era maior, porém, atualmente, apenas as duas atuam nessa função e compõem o quadro de funcionários do sindicato. Cada uma delas tem como responsabilidade o número de 80 empresas. Em suas visitas às fábricas, os representantes do SINCONFEMAR levam a elas as principais demandas dos trabalhadores. Uma das grandes questões relevantes dessa dinâmica é a baixa representatividade dos trabalhadores das facções domiciliares, invisibilizados nessas negociações. As trabalhadoras informais podem se filiar ao SINCONFEMAR, na categoria de sócias avulsas, porém, as taxas dessa modalidade são nove vezes menores em relação aos associados por empresas.

O que se avalia nesse cenário é que, apesar das tentativas de negociação entre os sindicatos, não há evidências de melhorias e de transformações nas relações de trabalho do setor. Esse fato se agrava quando observado o trabalho subcontratado das facções, que, além não possuírem contrato de trabalho, também se sentem desamparados pelas instituições. Esse desamparo se apresenta em duas dimensões: a primeira, por não conseguirem estar no alcance dos olhares e das pautas do SINCONFEMAR; a segunda diz respeito ao descaso do Estado, que assimilou as relações flexíveis de trabalho, fomentando assim a terceirização. No caso especial das facções, o sindicato se vê obrigado a lidar com as estratégias de flexibilização e também com a precarização do trabalho, mesmo que não notemos avanços no tema da negociação coletiva (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015).

Assim, os casos de precariedade que tocam o trabalho, em especial o

⁴¹ Bipartite, em nossa pesquisa, faz menção à reunião dos dois sindicatos aqui citados: SINCONFEMAR e SINDVEST.

domiciliar, não estão nem perto de serem sequer amenizados ou resolvidos, e as perspectivas de proteção e ampliação dos direitos trabalhistas não se revelam otimistas diante das conjunturas atuais. Na verdade, pelo retrato do sindicato, o trabalho subcontratado vem em uma trajetória ascendente e sem sinais de alteração e de melhorias, cenário esse que não representa somente a cidade de Maringá e região, bem como não afeta apenas os trabalhadores subcontratados, mas também os empregados nas médias empresas, que possuem um salário-base pouco acima do mínimo, além de enfrentarem dificuldades significativas que envolvem questões sociais complexas.

Para ilustrar essa realidade, tomemos como exemplo os valores do benefício do vale cesta alimentação em um recorte temporal. Em 2014, o valor desse benefício foi estabelecido em R\$ 70,00 (setenta reais); já em 2015 o aumento foi apenas de R\$ 10,00 (dez reais). Mesmo que a atualização siga as regras de aumento, orientadas pelos índices de inflação de alimentação e bebidas (FIESP/Setembro 2014) do mesmo período, ela não se reproduz em benefícios diante da realidade de preços brasileiros.

Consideramos, a partir de nossas observações, que o sindicato mais parece atuar tentando estancar o processo acelerado do agravamento da precariedade das condições de trabalho, buscando sustentar as condições de seguridade garantidas legalmente e se engajando em lutas como: valorização do salário-base e do vale cesta alimentação, além de apoiar necessidades jurídicas e garantir vários convênios de assistência médica e auxílio escolar. As questões que tocam o trabalho flexível em uma rede de subcontratações, em maioria, não são alcançadas pelo sindicato, ainda mais quando se notam no cotidiano da produção do setor as estratégias de flexibilização que seguem sendo implementadas, causando uma maior segmentação das relações de trabalho e a terceirização, dificuldades enfrentadas pelo sindicato há muito tempo (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015).

O setor de confecções no Brasil é composto por 75% (setenta e cinco por cento) de mão de obra feminina (ARAÚJO, 2009), assim como a maior parte do trabalho domiciliar das facções é também realizado por mulheres, com pouco ou nenhum amparo legal. Esses dados foram confirmados pelas trabalhadoras das três facções que visitamos, revelando um processo histórico de desamparo agora estimulado por novos ou renovados contratos flexíveis que se utilizam do trabalho domiciliar feminino em “[...] espaços de confinamento da mão de obra feminina que contribuem para a incorporação das mulheres sob condições de trabalho precárias, nas quais há uma superposição de novos e antigos mecanismos de segmentação de gênero” (ARAÚJO, 2009, p. 137).

O último ponto da visita que gostaríamos de referenciar está nas perspectivas para o futuro da atuação do SINCONFEMAR. Segundo Beth e Nilza, elas não são boas, pois, diante da crise profunda e das tentativas de regressão nos direitos constitucionais do trabalho, o setor se encontra em um cenário de redução de produtividade, fechamento de empresas, baixo investimento tecnológico nas microempresas, baixa profissionalização, ampliação do processo de subcontratação visando à redução de custos, além de fragilidade sindical e limitado poder de negociação dos trabalhadores. Ainda segundo as informações do SINCONFEMAR, está em andamento uma proposta de mudança das funções por ele realizadas. Há indícios de ordem política de se utilizar o sindicato para a fiscalização das relações de trabalho.

Beth e Nilza relataram que essas mudanças previstas causam um retrocesso em todo o trabalho desenvolvido nesses 20 anos de atuação. Para elas, esse trabalho de “fiscalização” causaria um desmonte nas relações do sindicato com os próprios empresários do setor, assim como descaracterizaria o vínculo de identidade que o sindicato construiu com os trabalhadores de Maringá e região. O SINCONFEMAR acredita que isso ocasionaria o fechamento do sindicato, perspectiva que não se encontra distante, haja vista as dificuldades atuais enfrentadas: falta de apoio do governo, redução do quadro de funcionários e redução do número de associados.

As preocupações também se relacionam com o futuro do trabalho. Na última pergunta, para fechamento da entrevista, indagamos a respeito de quantos anos elas trabalham no sindicato e se diante da perspectiva constante de implementação das relações de subcontratação elas acreditam que houve melhorias nas relações de trabalho do setor da confecção. As respostas transcorreram na mesma direção: tanto para Beth, que tem 12 anos de sindicato, quanto para Nilza, com 8 anos na função, não houve melhorias significativas e, principalmente, não foi possibilitada a introjeção do sindicato no trabalho de milhares de subcontratadas espalhadas pela região.

Para nossas informantes, as dificuldades sempre recaem sobre os/as trabalhadores/as. Nos momentos de ajustes perante um mercado tão competitivo e em crise de produtividade, “vemos bater em nossas portas trabalhadores com salários atrasados, pois os patrões alegam não poder arcar com os custos” (NILZA, 2016). Essa é apenas uma das várias demandas se apresentam ao sindicato todos os dias.

CAPÍTULO 5 – As texturas sociais da vida cotidiana de quem trabalha na costura

Com o intuito de explorar a textura social do cotidiano, nosso último ponto de observação se dirige às facções. Entender como é realizado o trabalho dessas trabalhadoras e, principalmente, observar como elas veem o trabalho é o interesse primordial dessas considerações. Esse trabalho de produção local domiciliar é de extrema importância não só para a cadeia produtiva da área, que se estrutura no capitalismo flexível, mas também para as trabalhadoras, que sofrem o impacto da organização flexível.

Quando conhecemos as facções, muitas características materiais e simbólicas de exploração se evidenciaram. De maneira geral, o trabalho fabril dessas “empresas” evidencia um processo acelerado de deterioração do trabalho, que, por sinal, carrega semelhanças com os resultados de outras pesquisas (BARSTED; JORGE; SORJ, 2000; LEITE, 2004 e ARAÚJO, 2009, por exemplo).

Assim, a produção brasileira do vestuário está adequada a um modo de produção no qual vigoram estruturas fundamentais apoiadas nas modalidades flexíveis, tendo como face perversa o trabalho repetitivo, exaustivo, feminino e de baixa remuneração das facções. São essas microempresas de trabalho precário que subsidiam o processo acumulativo da flexibilização no setor.

5.1 Facção 1 – Maringá

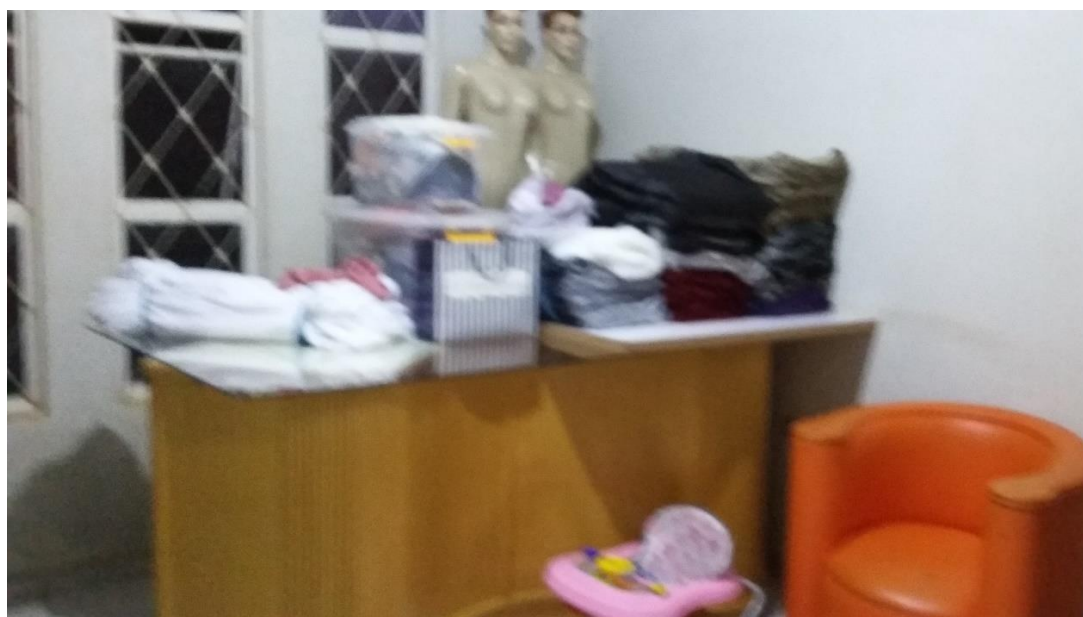
Chegar à Facção 1 – Maringá demonstrou ser uma tarefa bem mais acessível do que a entrada nas demais, como depois relataremos, e não foi preciso percorrermos caminhos de deslocamento geográfico amplo: indicada por uma vendedora do shopping de atacado, a facção de Sônia se localiza em um bairro de classe média-baixa da cidade. Ela, nos períodos de lançamento de coleção, trabalha como subcontratada para diversas empresas maiores, efetuando, como as demais, o trabalho de montagem das peças. Porém, nos períodos de baixa das coleções ou mesmo em dificuldades econômicas, a facção de Sônia encontra outras maneiras de sobreviver, trabalhando como ateliê de costura.

Ao chegar ao local, reconhecemos imediatamente que se tratava do primeiro trabalho em domicílio, entre outros que conheceríamos no percurso de campo. Seu espaço está localizado na construção da frente de um grande terreno, enquanto a casa em que dona Sônia mora se localiza ao fundo, em uma edícula bem menor. Ela relata

que, como as atividades relacionadas à costura se ampliaram, ela deslocou a família para a edícula do fundo, deixando o espaço da casa exclusivamente para o trabalho de costura.

O local possui boas instalações: logo na entrada, onde fomos recebidos, encontra-se um balcão com alguns manequins, espaço destinado à recepção de clientes e dos entregadores das empresas, como demonstra a figura 5:

FIGURA 5 – SETOR DE RECEPÇÃO DA FACÇÃO 1- MARINGÁ



FONTE: MARTINELLI (2016).

No cômodo ao lado, em um quarto, está o setor destinado às máquinas de costura, onde são realizados o trabalho de montagem das roupas para as empresas subcontratantes e também os serviços de costura do ateliê, realizados por Sônia e suas filhas, Juliana e Célia.

FIGURA 6 – SETOR DE COSTURA DA FACÇÃO1 - MARINGÁ

FONTE: MARTINELLI (2016).

No lugar, há outro setor em que Juliana, graduada no curso de moda, organiza e gerencia o microestabelecimento. Há também outro cômodo pequeno em que ficam armazenados os materiais, tecidos, pedaços de retalhos, linhas e diversos aviamentos. Somente ao fundo da casa, lugar antes designado à cozinha, é que está uma mesa de corte, lugar onde Sônia passa boa parte de seu dia.

FIGURA 7 – SETOR DE CORTE DA FACÇÃO 1 - MARINGÁ

FONTE: MARTINELLI (2016).

O trabalho familiar parece muito bem dividido, forma que assegura um processo produtivo e demonstra menor grau de precariedade em relação às demais facções. Em um espaço um pouco mais amplo, o local é mais arejado e possui repartimentos específicos para cada atividade. Parte dessa realidade se deve à Juliana, filha mais nova de Sônia que, por ter trabalhado em algumas empresas e ter cursado moda, tem uma noção mais ampla dos processos produtivos e da divisão do trabalho realizado nas empresas maiores do setor. Nesse sentido, o peso da qualificação profissional é um fator agregador para uma melhor organização do trabalho na facção familiar e, também, para o planejamento das atividades extras do ateliê.

Em todo nosso percurso, percebemos que as empresas buscam, intencionalmente, as facções como mão de obra mais fácil de ser contratada e também explorada. E a direção da precariedade, como já mostramos, caminha conforme um maior deslocamento geográfico. Na contramão dessa dinâmica, a Facção 1 - Maringá construiu ao longo dos anos outras saídas para não depender apenas dos trabalhos subcontratados. Assim, em momentos de baixa da produção do setor, confecciona roupas para casamentos, uniformes para as escolas particulares localizadas em bairros próximos e, também, para uma prestigiada escola de ballet da cidade. Com esse trabalho, ela mantém as despesas diárias, dinâmica que corrobora um maior poder de negociação.

Segundo Juliana, a prestação de serviços é uma saída para que a facção não dependa somente do subcontrato, que apresenta baixos valores pagos por peça. Porém, essa escolha nem sempre se demonstra acessível para todas as costureiras. O fato de a facção se localizar na cidade de Maringá favorece as atividades no ateliê, bem como Juliana ter se qualificado, o que trouxe a esperança de se viver um pouco melhor por meio do trabalho de costura.

Porém, mesmo com essas transformações, Sônia não vê mais perspectiva em aumentar a facção, pois muitos são os fatores desestimulantes para essa empreitada. Segundo a proprietária, a facção já foi maior, com as quatro filhas trabalhando, além de duas costureiras contratadas. Entretanto, como muitos são os custos para se manter uma empresa, como tributos, alta concorrência do mercado, produção barata, competição desleal das roupas, tecidos chineses e falta de financiamentos, a pequena empresa de Sônia fechou as portas e voltou a atuar como facção subcontratada para as empresas maiores.

Mesmo com as dificuldades no setor, a formação de menores estabelecimentos

se torna cada vez mais comum no setor do vestuário do Paraná. Segundo dados do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), as EPP's (Empresa de Pequeno Porte) representam um faturamento importante na base da pirâmide econômica. Os mesmos dados indicam que no Paraná, considerando o PIB (Produto Interno Bruto) do estado em 2008, o faturamento das EPP's representam 14% de toda a economia paranaense (SEBRAE, 2011).

As microempresas são marcadas por “métodos de organização racional do trabalho tipo tayloriano” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 241). O fato de termos seguido as trilhas produtivas e visitado uma média, uma pequena empresa e as facções nos mostrou um contraste nesse sentido. Nos primeiros dois casos, visualizamos um maior desenvolvimento na parte de criação e de organização do trabalho, como a compra de *softwares*, o designe tecnológico e a adoção de técnicas de gestão, além do controle da produção. Por outro lado, parte da execução manual para a produção das roupas é desempenhada pelas facções, trabalho de linha de montagem com pouca ou nenhuma base tecnológica.

Há anos o trabalho desempenhado pelas facções se baseia nessas técnicas. Dona Sônia, no ramo há 45 anos, tem uma trajetória extensa no setor em Maringá e também em São Paulo, tendo trabalhado por muitos anos na cidade paulista em grandes empresas de departamento, como a C&A, para quem costurava uma imensa quantidade de peças com baixa remuneração, além de haver casos em que problemas com a produção faziam com que as peças não fossem aceitas: cerca de 5% do que era produzido era devolvido para a facção, de modo que não houvesse prejuízo. Isso ocorre porque:

No caso da subcontratação, notou-se que as exigências dos contratantes em relação “aos fornecedores sempre são mais elevadas do que as que eles podem fazer internamente, e essas exigências mais elevadas repercutem na mão de obra desses últimos, sem contrapartida” (Gorgeu, Mathieu, 1995, p. 55). De maneira geral, o outsourcing possibilita aumentar a intensidade do trabalho, valendo-se da pressão do mercado [...]. Esse modo de controle externo é mais poderoso e legítimo que o controle que poderia ser exercido pela hierarquia dos terceirizados sobre seu próprio pessoal (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 273).

Um extremo controle externo para que se produza grande quantidade de mercadorias em pouco tempo efetivo de realização culmina na produção de peças de baixa qualidade e defeituosas e responsabiliza as costureiras por qualquer erro que venha a ocorrer no processo. Assim, transfere-se maciçamente aos subcontratados “[...] a responsabilidade pela garantia de qualidade exigida pelos consumidores que desejam

obter produtos e serviços com ‘defeito zero’” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 275).

Na trajetória de vida de Sônia, as faces da precarização do trabalho, tanto no Paraná, quanto em São Paulo não se alteraram, pois estão associadas à natureza do emprego ou à sua posição nas empresas subcontratadas:

Os deslocamentos destinados a conferir maior flexibilidade externa às empresas redundaram, para toda uma faixa da população, no desenvolvimento da precariedade associada à natureza do emprego (temporário, contrato por tempo determinado, tempo parcial ou variável), ou à sua posição nas empresas subcontratadas, que são as que mais sofrem as variações conjunturais e que são, aliás, grandes utilizadoras de trabalho precário por essa mesma razão (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 248).

Apesar de todas essas dificuldades, para Sônia, a realidade de Maringá é bem melhor do que a vivida anteriormente. De todos os seus trabalhos, ela afirma que a realidade da precariedade está mais ligada às práticas empresariais. Segundo ela, nas oficinas de costura paulistanas, para uma costureira ir ao banheiro, “era necessário que três costureiras se levantassem”, (SÔNIA, 2016). Além disso, nos relatos que já ouvira das fábricas de produção de roupas no Paraguai, soubera que os “trabalhadores podem chegar a dormir embaixo das máquinas de costura” (SÔNIA, 2016). E assim, ela discursa sobre realidades diversas do cotidiano, mas que se aproximam por um fator estrutural: a proliferação e a manutenção da precariedade do trabalho na costura.

Em nenhuma das três facções investigadas há uma perspectiva de crescimento ou de melhoria nas condições de trabalho, seja porque o vínculo das grandes empresas com elas se configura como uma relação de emprego que produz uma rotina de trabalho esgotante e alienante para as costureiras, seja porque a baixa remuneração não permite nenhuma perspectiva de melhores condições trabalhistas. Ademais, a externalização crescente da subcontratação, a flexibilização dos vínculos e a categorização das costureiras como MEI direcionam o setor para um cenário que tende a ampliar as redes de subcontratação de microempresas, representando redes de microestabelecimentos anexados em cadeias produtivas extensas.

No atual desenho produtivo, as empresas maiores dominam o segmento, formando-se redes de empresas que amparam suas produções em uma lógica: “[...] quanto mais complexo o produto final, mais longa é a cadeia. A subcontratação, assim, dá origem a redes muito ramificadas, que muitas vezes envolve centenas de empresas” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 275), que atualmente, no Brasil, podem se caracterizar como MEI. Trata-se de uma estratégia de formação de novas configurações

“[...] a caminho da flexibilização do trabalho desde o fim da década de 1970” (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2009, p. 252):

Esse movimento geral de outsourcing contribui para explicitar a participação crescente dos pequenos negócios na oferta de emprego. Invertendo uma tendência secular ao crescimento e porte das empresas, a participação das pequenas e médias empresas na oferta de empregos aumentou a partir de meados dos anos 70. Os estabelecimentos com mais de 500 assalariados ocupavam 21% da mão de obra no fim de 1975, contra 11% em 1996. Os estabelecimentos com menos de 10 assalariados, em contrapartida, passaram de 18% para 26% no mesmo período (MARCHAND, 1999). Foram criadas várias empresas sem empregados, ou seja, empresas que implicavam apenas o trabalho de seu proprietário [...] [cuja] tendência foi transformar os assalariados em subempreiteiros (POMIER, 1992) (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 244).

Em particular, Sônia nos relata o motivo de a formalização, isto é, o registro em carteira de trabalho, tornar-se um fator importante e incentivado pelas empresas do setor. Para ela, as empresas que levam e buscam as mercadorias devem estar com as notas fiscais de todas as mercadorias transportadas. Assim, o MEI se apresentou como uma saída para as contratantes, que passam a ter menores riscos de apreensão de produtos ilegais e também menores encargos trabalhistas. Para essas empresas, o MEI representa um ajuste e também a introdução ao sistema de Previdência Social. Dos anos de informalidade até os tempos atuais, as condições de trabalho não se alteraram, tampouco a relação de emprego desempenhada durante anos por essas costureiras. Sendo assim, diante da flexibilização e do aprofundamento da subcontratação, o MEI demonstra ser uma opção viável para essas costureiras saírem da informalidade, mesmo que essa mudança de categoria em direção à formalização signifique a autorização legal da permanência da precariedade.

Muitas pesquisas no ramo de confecções identificam que o trabalho no setor de confecções se apropria de mão de obra com baixa qualificação (ARAÚJO, 2009; LEITE, 2004). A trajetória de Sônia se assemelha à de outras entrevistadas que desde muito cedo fizeram da costura sua profissão, e as histórias de reprodução de mão de obra barata se perpetuam, uma vez que atualmente as quatro filhas de dona Sônia são costureiras.

Elas já trabalharam todas juntas por muitos anos, com a montagem das peças para muitas empresas da região. O trabalho naquele período era realizado no espaço que visitamos hoje e também transferido para a casa de duas filhas de Sônia, que começaram a introduzir em seus lares as máquinas de costura e desse modo formaram mais duas facções domiciliares na família. Na atualidade, somente duas filhas de Sônia,

Selma e Juliana, continuam trabalhando com a mãe, enquanto as outras duas continuam a história familiar de trabalho em suas próprias facções domiciliares, repetindo essa trajetória de geração em geração.

Outras informações que permearam a entrevista se relacionam com a especulação das empresas no setor. Juliana nos relata que a produção de roupas realmente está pautada nas *holdings*, pois cada vez mais grandes marcas formam grupos corporativos que administram grande parte do ramo mundial do vestuário. Esses grupos podem desfazer suas parcerias rapidamente, migrar sua produção para localidades de menores custos e instituir uma lógica de mercado cada vez mais dominada e influenciada por investidores.

A respeito dos discursos sobre a questão do *made in*, Juliana nos ajuda a compreender um pouco mais essa dinâmica. Por sua experiência com o ramo da moda, ela demonstra bastante conhecimento sobre a forma de funcionamento da relação local-global do vestuário. Ela nos confirma ainda a produção de roupas chinesas e nos informa que algumas facções em Maringá realizam o trabalho da troca de etiquetas, sob uma forma de terceirização denominada *private lable*.

Infelizmente, pelo pouco tempo de percurso a campo e pela interrupção de algumas trilhas produtivas a qual não tivemos acesso, não conseguimos realizar uma visita nessas facções e observarmos de modo mais direto essa realidade. Destacamos, contudo, que a adoção da modalidade da etiquetagem expõe o processo de compra de roupas chinesas e paulistanas, assim como a terceirização completa demonstra a existência cada vez maior das fábricas fantasma, que cuidam apenas do *layout* das marcas e da gestão do capital da empresa.

Essas empresas globais e locais fazem da produção de confecção um dos maiores mercados de consumo do mundo. Na região de Maringá, por meio da promoção de eventos pelo SINDVEST e pela administração dos shoppings atacadistas, há o lançamento de muitas coleções com o objetivo de introduzir novas necessidades de compra aos consumidores. Essa ação é uma das estratégias frente à competição com as roupas chinesas, que ainda não conseguem acompanhar essa diversidade da produção de moda local. Sobre o assunto, Juliana acrescenta que se podem lançar de 8 a 12 coleções em um ano.

Assim, seguindo o movimento de uma sociedade marcada pelo consumo, a moda e o vestuário se apresentam como um “[...] modo pelo qual os indivíduos podem diferenciar-se como indivíduos e declarar alguma forma de singularidade” (BARNARD, 2003 *apud* METZ; ROCHA, 2004, p. 02).

5.2 Facção 2 – Sarandi

Como relatamos na discussão a respeito da Pequena Empresa 1, a cidade de Sarandi comporta a instalação de muitas facções domiciliares. Por isso, decidimos encontrar uma facção da cidade que pudéssemos visitar e, nas trilhas da produção flexível, encontramos a Facção 2 – Sarandi, onde trabalham Edleuza, Rosangela e Miriam: uma edícula aos fundos da casa de Edleuza, funcionando assim há 6 anos. Todas elas possuem um histórico no setor de confecções, tendo trabalhado por muitos anos em empresas maiores. Edleuza, por exemplo, atuou por 14 anos; já Rosangela, por 16 anos. Ambas trabalharam inicialmente como auxiliar de costura e, com o tempo, passaram a compor o quadro de costureiras das empresas anteriores.

Nessa visita, diferentemente das demais, ouvimos um pouco dos relatos sobre como era a vida delas enquanto trabalharam para as empresas maiores, buscando compreender os motivos que as levaram a montar uma facção domiciliar. Segundo nossas informantes, o trabalho nas empresas é também “puxado”, exigindo um grande número de peças produzidas, poucos intervalos de descanso e uma remuneração nem sempre satisfatória para quem trabalha tanto e precisa de uma renda para sobreviver, fatos que se assemelham ao trabalho nas facções. Ao menos nesse segundo caso, as costureiras conseguem unir a rotina do lar à do trabalho.

Isso nos remete à necessidade de um olhar relacional que atente para as ambivalências que comportam a formalização como MEI, pois, para muitas trabalhadoras, essa modalidade representa uma melhoria no trabalho. Rosangela, por exemplo, relatou um caso de precariedade objetiva pelo qual passara: segundo ela, muitas vezes, durante os anos que trabalhou, a empresa não pagava todo o trabalho realizado. Além disso, ela nos contou as dificuldades do trabalho anterior, visto que não era bem tratada e por isso aos poucos foi sendo acometida pela Síndrome do Pânico. Esse transtorno de ansiedade era aumentado todos os dias em que ela tinha que trabalhar, dificultando sua rotina e gerando um sentimento de medo que a levou a deixar o trabalho.

Nossas entrevistadas relataram também que o trabalho nas facções demonstra a construção de uma dinâmica mais flexível, porém, permeado por uma rotina intensa de trabalho. Apesar trabalharem mais de 44 horas semanais, muitas dessas mulheres necessitam resolver questões familiares em alguns momentos do dia, por serem esposas, mães e filhas, administrando, pois, dia a dia, diferentes papéis sociais. Assim, para elas,

o trabalho nas facções estabelece um mecanismo de reciprocidade maior, algo que não é gerado nas empresas.

No caso de Edleuza, ela cuida do lar, possui sua sogra acamada por Alzheimer, o marido sofre com problemas de alcoolismo e ainda tem filhos. Esses são retratos da vida particular que não interessam às empresas maiores, por isso o trabalho das facções aparece como uma saída para essas mulheres administrarem o cotidiano e poderem trabalhar de uma forma mais satisfatória. Mesmo se tratando de uma dura realidade, o trabalho de costura é a única saída para elas administrarem seus múltiplos deveres sociais.

Durante toda a entrevista, nenhuma das trabalhadoras parou por nenhum momento de costurar. Até mesmo o tempo para um café foi calculado, pois todas elas sabem o número de peças que devem terminar para que nenhuma seja sobrecarregada por trabalhos pendentes. Apesar de toda essa dinâmica impositiva em decorrência das empresas, queremos explicitar que as trabalhadoras que estão nas facções sofrem menos impacto em termos de erosão da personalidade.

Adentramos, assim, à discussão presente na obra *La nueva razón del mundo*, de Pierre Dardot e Christian Laval (2009) a respeito da erosão da personalidade na nova ordem flexível. Para o autor, os trabalhadores assalariados se encontram mais submetidos à misturarem o êxito da empresa ao pessoal. Caso isso não ocorra, são acometidos por um sentimento de desvalorização perante as novas dinâmicas do mercado, que ecoam como um sentimento de inutilidade social. Assim sendo, a ideologia das empresas faz com que o trabalhador sempre nutra um perpétuo sentimento de atualização, considerando-se apenas como um capital humano produtivo (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 368).

Nesse sentido, por mais que as costureiras das facções estejam submetidas às ordens e ao ritmo de trabalho imposto pela contratante, as relações entre elas expressam mais solidariedade, sendo capazes de se reconhecerem como trabalhadoras que possuem necessidades em comum. Discutimos essa questão porque nossas entrevistadas disseram que se sentem solidárias: passam a maior parte de seus dias em uma máquina de costura e compartilham mais momentos com suas companheiras do que com as famílias. Sobre o tema, elas disseram que se sentem como irmãs, um sentimento de reciprocidade criado para afastar a dureza dos dias.

Se faz necessária essa discussão pois é notório o crescimento do sentimento de erosão dos vínculos de solidariedade, processo que dificulta o reconhecimento enquanto classe. Por isso, as novas formas de gestão estão controlando até mesmo as expressões comportamentais dos trabalhadores, e o avanço dos discursos que promovem a

individualidade causa a erosão dos vínculos sociais, traduzindo-se no questionamento das relações de generosidade, solidariedade e fidelidade, ou seja, da reciprocidade social e simbólica nos espaços de trabalho (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 370).

E, ilustrando essa discussão, os setores de produção nos quais os sujeitos estão envolvidos em um ritmo frenético de produção, como a confecção, expõem a crises de saúde psíquica, como ocorreu com Rosângela, que por uma relação de fadiga e de frustração teve a vida afetada, confirmando que a precariedade objetiva e subjetiva tão identificada nas últimas décadas.

Além disso, essa precariedade também tem se apresentado no trabalho das facções, uma vez que a pressão por prazos e a produção baseada na eficiência conduzem as relações de trabalho a esse fim. Isso porque o medo de não produzir a tempo e de falhar com a empresa é um sentimento constante das costureiras subcontratas. Como já explicitado, as negociações em relação ao valor do trabalho também contribuem para a insegurança, já que em algumas negociações as costureiras não sabem ao certo quanto irão receber ao final de cada lote.

As costureiras da Facção 2 – Sarandi declaram que nunca deixaram de receber, porém, por algumas vezes o pagamento atrasou, fato justificado a partir da insegurança causada pela crise econômica, forçando essas mulheres a se adaptarem a um jogo de poderes e de negociações que se estabelecem muito mais por parte das empresas.

Elas também discorreram sobre a produção de roupas chinesas e a competitividade. Segundo as entrevistadas, não só as facções sofrem com o aumento das peças chinesas na região, mas também as empresas, que promovem uma busca desenfreada por flexibilização e uma pressão por rebaixamento de custos. As costureiras relatam que as relações de trabalho se tornaram mais difíceis para quem vive da costura: a instabilidade cotidiana da produção, a redução do valor do trabalho, a falta de segurança, a pressão por prazos e a diminuição da produção local devido à entrada das peças de além-mar são fatores preocupantes e desestimulantes para o setor.

A Facção 2 - Sarandi também se encontra hoje enquadrada como microempresa individual e, da mesma maneira que as outras facções investigadas, ela realizou a transição da informalidade para a formalidade por meio do MEI. Essa categorização pressupõe um contrato de atividades; porém, além de não haver nenhum vínculo de contrato de serviços legalmente estabelecido entre a facção e as empresas (contratantes), o MEI descaracteriza a relação de emprego das atividades efetuadas pelas costureiras. Assim, esses microestabelecimentos nem atuam como prestadores de serviço, por não terem nenhuma autonomia ou oferecerem serviços a um mercado amplo, nem se

apresentam como empregadas, desprotegidas por relações de emprego inexistentes.

Sobre as relações de contrato:

Contrariamente ao contrato de trabalho que estipula as condições concretas de execução da atividade a ser realizada (horas semanais, local, valor da remuneração básica) e esclarece, portanto, a existência de uma relação de subordinação clara entre patrão e empregado – garantindo a este último um conjunto de mecanismos de proteção, o contrato de atividade pressupõe a independência de ambas as partes na definição de uma colaboração objetiva, na qual cada um assume os riscos econômicos e garante sua própria proteção. Não há outro vínculo entre prestador de serviço e demandante senão a finalidade do mesmo, isto é, a obtenção do resultado esperado (BARSTED; JORGE; SORJ, 2000, p. 06).

Como já discutimos, o contrato entre uma facção e uma empresa se assemelha à condição de empregado, e o avanço da subcontratação tende a desfavorecer os direitos sociais conquistados. A falência do Estado brasileiro, devastado por políticas neoliberais, contribui também para um modo de produção social que não só não consegue mais absorver o contingente de força de trabalho como demonstra ser voraz em degradar emprego, salário e condições de trabalho (POCHMANN, 2001). Assim, os novos princípios da acumulação flexível capitalista tornam as partes externalizadas ainda mais afetadas pela perda de direitos e pela exposição direta às instabilidades do mercado. Às subcontratadas são transferidos “[...] os gastos e os riscos da produção e o custo da mão de obra” (AMORIM; ARAÚJO, 2001, p. 274) que envolvem preços baixos em detrimento da qualidade.

FIGURA 8 – IMAGEM DAS INSTALAÇÕES DA FACÇÃO 2 – SARANDI



FONTE: MARTINELLI (2016).

As três facções investigadas têm todos os seus serviços realizados por mulheres. Não temos a intenção de nos aprofundarmos nas relações de gênero, porém, notamos claramente a subcontratação se relacionar às habilidades desempenhadas e “[...] adquiridas pelas mulheres através do processo de socialização e de formação de gênero no espaço doméstico” (AMORIM; ARAÚJO, 2001, p. 276). A crescente adoção das modalidades flexíveis faz com que as atividades antes realizadas em empresas maiores passem cada vez mais a serem realizadas por microestabelecimentos, de forma que a flexibilização gera novos espaços de confinamento da mão de obra feminina, demonstrando novas formas de exclusão que, além de se sobreporem a antigos mecanismos de exclusão de gênero, causa a intensificação:

Estas modalidades de contratação, que vêm se constituindo como os novos (ou renovados, como no caso do trabalho a domicílio) espaços de confinamento da mão- de-obra feminina, contribuem para que a incorporação das mulheres se dê sob condições de trabalho precárias e inseguras, marcadas pelos baixos salários, pela intensificação da carga de trabalho e pela perda de direitos legais. Deste modo, para as mulheres trabalhadoras, as novas formas de exclusão se sobrepõem aos antigos mecanismos de exclusão de gênero, potencializando-os (ARAÚJO; AMORIM, 2001, p. 277).

De maneira geral, a participação do trabalho feminino das costureiras subcontratadas continua enfrentando a perda de direitos legais, agora pela descaracterização do vínculo do trabalho realizado, haja vista que a adoção das modalidades flexíveis tende a favorecer o avanço da precarização em uma atividade historicamente caracterizada pela exclusão e pela invisibilidade.

5.3 Facção 3 – Iguaçu

Seguir o percurso até uma cidade vizinha foi nossa última trilha em busca de uma facção. Isso porque, durante todos os trajetos em campo, tivemos a certeza de que necessitávamos visitar facções entre as cidades periféricas de Maringá, pois acreditávamos que descobriríamos algumas faces da precariedade do trabalho subcontratado que ainda poderiam estar ocultas. Assim, tomamos a decisão de viajar vinte e dois quilômetros até uma cidade vizinha a Maringá chamada Iguaçu/PR. Contudo, para isso, precisávamos de pessoas que pudessem ajudar nessa empreitada.

Foi assim que tomamos a decisão de entrarmos em contato com uma amiga, professora de Sociologia do Colégio Estadual Cyro Pereira de Camargo, localizado na cidade. Pedimos a ela que nos ajudasse a descobrir informações que nos levassem a uma

importante facção da cidade, que necessariamente realizasse trabalhos para empresas grandes de Maringá. Apenas assim descobrimos uma facção, pois todos os contatos e entrevistados anteriores não forneceram qualquer indicação exata de alguma facção localizada nas cidades afastadas da região metropolitana de Maringá. As empresas nunca revelavam com detalhes onde estavam suas facções, além de não falarem muito a respeito.

Optamos por analisar essa região porque ela é composta por muitas pequenas facções domiciliares, já que, devido à falta de outras vagas para emprego, a confecção aparece como o meio mais próximo de sobrevivência, principalmente para as mulheres da cidade. Esse contexto agrupa algumas cidades do entorno, como Munhoz de Mello-PR, que, por declaração de uma entrevistada, soubemos que as mulheres da cidade geralmente se ocupam de trabalhos na prefeitura ou na costura. Essas regiões se apresentam como locais de exploração do trabalho por meio da mão de obra barata, representando a realocação das facções de costura, fato discutido nesta pesquisa e comprovado pelas trilhas dos percursos produtivos.

A decisão de procurar a professora, pois, mostrou-se acertada, tendo em vista que não haveria um local mais apto a concentrar uma rede de relações sociais de um município de 3.982 habitantes como a escola da cidade. Ali se encontravam muitos alunos cujas mães trabalham com a costura e, também, muitas professoras que conheciam a realidade do trabalho local. Foi assim que encontramos Lurdes, mãe de Renato, um aluno da EJA (Educação para Jovens e Adultos), indicação realizada pelo próprio aluno e confirmada por muitos professores, que conheciam a longa caminhada de trabalho da costureira nas facções.

Deixamos então que o campo fosse guiado pelos relatos de nossos informantes e resolvemos bater à porta de Lurdes. Assim que chegamos, ela se encontrava em frente à sua casa e estava empenhada em negociações de vários produtos de beleza. Um pouco receosos, apresentamo-nos brevemente e ela, de maneira solícita, pediu para que aguardássemos o término das negociações com o vendedor. Depois, nosso diálogo foi retomado e rapidamente encontramos espaço para nos apresentarmos e explicarmos um pouco do porquê de uma jovem pesquisadora desconhecida de Maringá estar ali.

Depois dessa apresentação inicial, adentramos ao domicílio de Lurdes. Nesse momento, como em outros que vivemos no trabalho de campo, sentimos como um contato prévio, por meio da escola, facilitou esse primeiro contato, tendo o privilégio de termos uma boa recepção para nossa pesquisa. Logo ao entrarmos em sua casa, ela já se encaminhou para o espaço produtivo do local: um cômodo de no máximo doze metros

quadrados, que mais parecia um apêndice da casa, localizado aos fundos da garagem. Assim que entramos no ambiente, percebemos imediatamente que teríamos muito a dizer sobre a realidade do cotidiano do trabalho das costureiras que se localizam geograficamente deslocadas da cidade de Maringá, situadas à margem das relações de trabalho e ao mesmo tempo tão vitais à estrutura produtiva. A partir daquele momento, a observação do cotidiano do trabalho da protagonista representaria um pouco do relato de vida de muitas costureiras que se encontram em relações de proximidade com a vivência da precariedade do trabalho.

FIGURA 9 – IMAGEM DAS INSTALAÇÕES DA FACÇÃO 3 – IGUARAÇU



FONTE: MARTINELLI (2016).

FIGURA 10 – DEMONSTRAÇÃO DAS PÉSSIMAS CONDIÇÕES DAS INSTALAÇÕES



FONTE: MARTINELLI (2016).

Assim que iniciamos a entrevista, perguntamos a Lurdes há quantos anos ela trabalhava como costureira. Ela nos respondeu que atua no setor há trinta e cinco anos, com o intuito inicial de buscar uma vida melhor. Segundo ela, quando criança, trabalhara no corte de cana até aproximadamente seus treze anos, quando costumava mexer em roupas, arrumar uma peça ou outra que necessitasse de reparo. Aos 14 anos, esse talento viraria profissão, ou, como disse Lurdes (2016): “a costura apareceria como um dom de Deus”.

Foi assim que ela começou a costurar: aprendendo sozinha, trajetória de baixa qualificação que não pertence somente à história de Lurdes, mas a milhares de costureiras que, com o impulso da confecção na região de Maringá na década de 1990, começam a costurar desde muito novas sem qualquer profissionalização.

No caso da nossa entrevistada, aos quatorze anos, já manuseava uma “máquina reta” e conseguia seu primeiro emprego em uma facção na cidade de Astorga/PR – cidade vizinha a Iguaraçu. Após esse início, nossa interlocutora construiria uma trajetória de vida baseada em um trabalho árduo e pouco compensador financeiramente, em função do qual passaria boa parte de sua vida com o corpo debruçado sobre máquinas.

Lurdes sabia que a aptidão para a costura se apresentara a ela como uma saída, e que a dedicação à costura seria um meio pelo qual sustentaria sua família. Durante a entrevista e já sensibilizados pelas memórias de sua trajetória de vida, pensamos que muitas roupas podem se repetir, podem-se fabricar milhares de réplicas de mercadorias no mundo, mas cada costureira e o tipo de trabalho que ela realiza sempre serão únicos.

Assim também a vida de dona Lurdes é única, e a existência dela só se torna repetitiva quando ela é vista apenas como um elemento do exército de trabalhadoras exploradas, quando temos um sistema de organização produtiva que transforma seres humanos em apêndices de máquinas: aí sim, a visualização da existência de dona Lurdes se assemelha à produção de uma mercadoria.

Durante a entrevista, percebemos ainda que nossa interlocutora construiu uma trajetória de trabalho que reunia uma multiplicidade de formas de contrato: ela relatou que já trabalhou nas modalidades formal e informal, perpassando atividades que se realizavam em grandes e pequenas empresas, além das facções. Segundo Lurdes, faz oito anos que ela resolveu parar de trabalhar “para fora”⁴² e montou sua própria facção domiciliar. Perguntamos a ela se era formalizada legalmente, ao que ela respondeu orgulhosamente de modo afirmativo: há dois anos passou a ser uma Microempresadora Individual (MEI). Logo em seguida, ela acrescentou que sempre contribuiu com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mesmo em momentos que não possuía vínculos formais de trabalho com as empresas. Desde 1998, ano de seu primeiro registro, ela convive com a instabilidade do setor, ora trabalhando em empregos mais estáveis, ora na informalidade. Essas afirmações confirmam uma história de “[...] ajuste da força de trabalho à demanda da produção da empresa” (KREIN, 2001, p. 31), que caracteriza a adoção de um modelo organizacional flexível precedente à realidade atual.

Observemos a figura a seguir, que comprova a formalização de nossa entrevistada.

⁴² Significa trabalhar para as empresas maiores.

FIGURA 11 – A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA REALIZADA NOS TEMPOS DE INFORMALIDADE E O ATUAL ENQUADRAMENTO NO MEI



FONTE: MARTINELLI (2016).

A Figura 11 representa a passagem de Lurdes da informalidade ao microempreendedorismo, sendo que a forma de contribuição anterior era uma estratégia para que, em meio a vários momentos de informalidade, ela pudesse ter o benefício da Previdência Social. Porém, a passagem para o MEI, apesar de garantir uma contribuição previdenciária, não permite a Lurdes diversas formas de proteção social e trabalhista previstas em lei, como FGTS, férias, 13º salário etc.

As condições se agravam quando Lurdes descreve os baixíssimos valores que recebe por cada peça costurada. Ela instantaneamente mostra um modelo enviado por uma grande empresa de Maringá, com a qual tentamos contato, mas não tivemos sucesso, que lhe pedira para costurar 432 vestidos de pedrarias com o pagamento de R\$ 9,00 por peça, mesmos vestidos que, quando revendidos, custariam em torno de R\$ 300,00 reais. A seguir demonstramos a imagem do vestido que relatamos.

FIGURA 12 – VESTIDO INTEIRAMENTE COSTURADO E COM APLICAÇÕES DE RENDA E TULE



FONTE: MARTINELLI (2016).

FIGURA 13 – ANOTAÇÕES DA QUANTIDADE DE PEÇA A SER PRODUZIDA, DATA PREVISTA PARA ENTREGA E VALOR A SER RECEBIDO.

14 de 04 de 15	
Endereço	
Cidade	
Estado	
Inscr. Est.	CNPJ
15015	AZUL
p- 80	
m- 80	
g- 20	
180 pçs	
Valor da pç	R\$ 4,20
	x 180
	756,00
Data prevista	
pt finalização do lote	
30/04	
Total	R\$ 756,00

FONTE: MARTINELLI (2016).

Em todos os relatos, demos ênfase à discussão dos vínculos e dos contratos que se apresentam no novo cenário do trabalho de confecção, permeado pelas modalidades flexíveis de contratação. Para Lurdes, as condições difíceis do trabalho não só se apresentam na execução das atividades, mas também nas formas de pagamento, que nem sempre são realizadas integralmente. Sem nenhuma estipulação mais detalhada de contrato entre as partes, que representaria uma relação de prestação de serviços, já que a facção se encontra categorizada como microempresa, Lurdes nos apresenta apenas uma nota em que está anotada a quantidade de peças a serem produzidas, o valor que deverá ser pago e a data para a finalização de todo o trabalho. Porém, a apresentação desse suposto “contrato” entre as partes não garante o recebimento, ficando Lurdes a mercê da boa índole das contratantes. Nessa suposta relação acordada entre as partes, a contratante não se compromete nem mesmo com o pagamento, de modo que essa negociação estabelece uma relação de poder e controle, bem distante de representar uma prestação de serviços entre empresas.

Considerações Finais

Nossa discussão coloca em debate a implementação e as consequências das modalidades flexíveis nas relações de trabalho no segmento de confecção no Polo Regional de Maringá. As conformações dessas modalidades, como a persistência do trabalho em domicílio, o aumento da subcontratação e a formalização das facções em Microempresas Individuais (MEI), indicam como o segmento se estrutura, amparado sob um modelo de acumulação flexível.

De maneira geral, enfatizamos elementos recentes da dinâmica do setor em estudo, que configuram as relações produtivas e laborais atuais.

Primeiramente, relatamos o processo de enxugamento das empresas maiores sob a égide da flexibilização produtiva e, conseqüentemente, o crescimento das microempresas subcontratadas, representantes de um processo em curso que visa pulverizar os microestabelecimentos de costura, criando uma configuração de trabalho muito mais fragmentada e deslocada geograficamente. Embora as transformações relativas à flexibilização produtiva e às relações de trabalho recebam incentivos para sua implementação desde a década de 1990, momento em que se observou no Brasil o avanço dessa prática com o impulso das políticas neoliberais, o momento atual demonstra sua legitimação econômica e possivelmente (futuramente) jurídica, caminhando-se para a conformação de um cenário no qual a flexibilização seja cada dia implementada mais irrestritamente.

Como elemento mais recente das transformações do mundo do trabalho, observamos o aumento da terceirização de serviços, que tem representado a utilização da subcontratação total em atividades meio e também fim, fato que representa as pressões das políticas neoliberais para a modificação da CLT com o intuito de legalizar novas formas de trabalho que se enquadrem nas modalidades flexíveis (emprego temporário, subcontratação, trabalho em domicílio, emprego por conta própria etc) constatadas no setor de confecções.

A subcontratação tem como estratégia a redução de custos produtivos e a diminuição de encargos trabalhistas, fatos que acentuam a precariedade. No caso das costureiras das facções, trabalhadoras de um setor já marcado por uma precariedade histórica e social, o avanço da flexibilização consolida a deterioração das condições do trabalho no segmento, não deixando expectativas de melhorias para essa classe que está na linha de frente das oscilações do mercado.

Em nossa análise, verificamos que as três facções passaram por processos de

formalização, possível pela adesão ao MEI. Porém, quando focados cotidianamente a vida dessas trabalhadoras, enxergamos que seu trabalho muito mais se caracteriza como uma relação de emprego entre facções (contratadas) e empresas (contratantes) do que uma prestação de serviços. Algumas características, como a dependência e a subordinação, revelam uma atividade comandada pelas ordens das empresas contratantes. Nesse sentido, concluímos que, embora o MEI apareça como uma oportunidade para essas costureiras aderirem à Previdência Social, esse enquadramento acarreta menos benefícios do se essas mulheres fossem empregadas.

Aliada a essa lógica está a explosão do fenômeno *made in China*, que afeta as relações comerciais e produtivas mundiais, principalmente a proteção aos produtos nacionais perante a abertura dos mercados. Com o impulso da globalização, promove-se uma maior integração dos mercados com alcance em grande escala, tais como a produção de roupas chinesas e paulistanas que chegam ao Polo Regional de Maringá, afetando a produção local.

Por meio do localismo, que demonstra que o aspecto global age no local, entendemos a adaptação dos empresários e de comerciantes locais frente às dinâmicas do mercado mundial. Eles passam a comprar roupas chinesas e paulistanas prontas e apenas promoverem a introdução de uma nova marca por meio da troca de etiquetas. Assim, os cálculos produtivos se amparam na lucratividade, tanto em termos do que se produzir internamente quanto na contratação de mão de obra. Quando olhamos para o panorama global, compreendemos que o trabalho de costura vem se apresentando precário em diversas localidades, como demonstraram as trilhas produtivas e as discussões de nossa pesquisa.

Na perspectiva da financeirização do capital, da globalização, do aumento da subcontratação total e da flexibilização produtiva, podemos ver surgirem fábricas que não fabricam. Isso porque, na intenção de diminuir custos e de flexibilizar ao máximo as relações de trabalho, cria-se uma nova forma de divisão do trabalho, não mais simbolizada pela grande fábrica, mas sim pela rede incomensurável de subcontratadas. As maiores empresas focam na concepção da marca, enquanto as subcontratadas fabricam as peças. A força de trabalho continua vigente, presente mais do que nunca em diversas localidades, porém, essa nova forma de organização do trabalho a deixa dispersa e fragmentada, fato que, aliado à implementação das formas de gestão flexível, promove o desmantelamento das ações coletivas e da identidade do trabalhador como classe.

As relações de trabalho se tornam então mais individualizadas, e o trabalhador cada vez mais se torna responsável por seu sucesso e fracasso. É nesse sentido que as

empresas maiores incentivam a prestação de serviço e, desse modo, a ausência da proteção do Estado como agente intermediador e regulador desse jogo político entre classes, trabalhadores e empresários deixa de lado uma sociedade que caminha para o aumento das desigualdades sociais. Todavia, muito pior que a ausência do Estado (com o controle do sistema político, representativo e legislativo) é a assimilação do processo da flexibilização como algo positivo, gerando um futuro incerto para a classe trabalhadora.

Nesse sentido, os sindicatos empresariais fomentam o processo de flexibilização, enquanto o dos trabalhadores lida diariamente com os resultados devastadores desse processo: o desemprego em termos de direitos trabalhistas e a promoção da precariedade das condições de trabalho para os mais frágeis dessa cadeia produtiva de confecções, no caso, o trabalho de costura.

Nas facções analisadas, o trabalho indica claramente uma relação de emprego, distorcendo o vínculo real das relações entre as costureiras e as empresas maiores pelo qual, no impulso das transformações dos últimos anos, as costureiras informais se tornaram as “Costureiras do MEI”. Se antes elas eram invisíveis pela informalidade das relações de trabalho, agora passam a serem visualizadas como microempreendedoras, um mecanismo sutil de intensificação das relações de trabalho que caminha para a diminuição dos encargos trabalhistas. Além disso, a estratégia de deslocamento geográfico das facções se apresenta para a construção dessa realidade, característica não só constatada no Polo Regional de Maringá, mas algo estrutural no segmento de confecção, como demonstrou o caso das oficinas de costura paulistanas.

Como força de trabalho mais facilmente subjugada, as costureiras se alinham a essa cadeia produtiva devido à necessidade de sobrevivência. Assim, nas estratégias do modelo de acumulação flexível, o deslocamento geográfico se aproveita das fragilidades ocupacionais e a precarização do trabalho se interioriza e se reproduz em sujeitos já marginalizados socialmente e que por isso são os que mais necessitam da proteção de leis trabalhistas para a promoção da igualdade social e para manutenção de seus direitos. Contudo, com o ataque cada vez mais constante a esses direitos e com novas formas de modalidades flexíveis, temos como resultado uma subcontratação muito mais ligada ao aumento das margens de lucratividade das maiores empresas do que à melhoria das relações de trabalho.

Além disso, como parte importante de nosso estudo, estão os discursos de nossas entrevistadas. Para elas, o trabalho vem se intensificando e as remunerações se tornando cada vez menores, sendo que a perspectiva em relação ao MEI significa para

todas elas o reconhecimento de uma forma de amparo, fato muito importante a ser considerado, haja vista o histórico de precarização do setor de confecções brasileiro. Para essas trabalhadoras, o trabalho se torna visualizado com a participação no sistema previdenciário, algo relevante para quem passa uma vida inteira sobre máquinas de costura, esquecidas pela ausência de incentivo do Estado e sem muitas esperanças nas instituições políticas atuais, que inegavelmente corroboram a implementação da flexibilização.

Finalmente, a preponderância das relações econômicas sobre as jurídicas não proporciona margem para previsões otimistas sobre o futuro das relações de trabalho das costureiras diante das modalidades flexíveis. Entre velhas e novas roupagens, a precarização do trabalho não só se mantém como passa a ser institucionalizada.

Frente ao exposto e por meio das novas transformações do mundo do trabalho, nossa pesquisa pretende contribuir para uma melhor compreensão das consequências do processo de flexibilização no setor do vestuário, dando visibilidade a práticas sociais que implementam novas formas de precarização do trabalho para as facções.

Referências Bibliográficas

ABIT. **Setor têxtil e de confecção**: momento atual e agenda de trabalho. Belém. 2016.

ABREU, Alice Rangel de Paiva. **O avesso da moda**: trabalho a domicílio na indústria de confecção. São Paulo: Hucitec, 1986.

ACCORSI, Cledina Regina Lonardon; RODRIGUES, Ana Lúcia; SOUZA, Paulo Roberto de. Estrutura e organização social do território da Região Metropolitana de Maringá. In: RODRIGUES, Ana Lúcia (Org.). **Maringá**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

AMORIN, Elaine Regina Aguiar; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. **Cadernos Pagu**, n.17-18, p. 267-310, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. **As faces da subcontratação do trabalho**: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e região. Nº p. (Tese de Doutorado). IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). Campinas: UNICAMP, 2009.

BALBINO, Rodrigo Pasqua. A Lei n 12.551/2011 e a nova redação do artigo 6 da CLT. **Jus.com.br**, janeiro, 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/20844/a-lei-n-12-551-2011-e-a-nova-redacao-do-artigo-6-da-clt/>. Acesso em: 28 fev. 2017.

BARSTED, Leila Linhares; JORGE, Angela; SORJ, Bila. Trabalho a domicílio: novas formas de contratualidade. In: LAVINAS, Lena (Org.). **Texto para discussão** (IPEA), Rio de Janeiro, v. 717, p. 01-47, 2000.

BECKER, Howards. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BERNARDO, Márcia Hespanhol. **Trabalho duro, discurso flexível**: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRIDI, Maria Aparecida. **Trabalhadores dos anos 2000**: o sentido da ação coletiva na fábrica de nova geração. São Paulo: LTr, 2009.

_____. A crise da relação salarial e o sindicalismo em tempos neoliberais. **Caderno CRH**, vol. 19, núm. 47, maio-agosto, p. 293-308, 2006.

_____. ; MOTIM, Benilde Lenzi. Trabalho e trabalhadores na indústria de informática. **Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 351-380. Jul-Dez, 2014.

CALIXTRE; André Bojikian; KREIN, José Dari; SANTOS, Ancelmo Luis. **Micro e pequenas empresas**. Mercado de trabalho e implicações para o desenvolvimento. Rio de

Janeiro: IPEA, 2012.

CAMPOS, Antonio Carlos de; PAULA, Nilson Maciel de. A indústria têxtil brasileira em um contexto de transformações mundiais. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, n. 4, p. 592-608, out./dez. 2006.

CAMPOS, Antonio Carlos de; TRINTIN, Jaime Graciano; VIDIGAL, Vinícius Gonçalves. Evolução dos arranjos produtivos locais (APL) de confecção no estado do Paraná de 1995 a 2006. São Paulo: **Anais do Sétimo ENABER** – Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2009.

CAMPOS, Antonio Carlos de; VIDIGAL, Vinícius Gonçalves. Evolução dos arranjos produtivos locais (APL) de confecção do estado do Paraná nos anos 2000. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 08, p. 54, 2014.

CAMPOS, Vanderlei. Desindustrialização do Brasil favorece o Paraguai. **Carta Capital**, fevereiro, 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/940/desindustrializacao-do-brasil-favorece-o-paraguai/>. Acesso em: 25 fev. 2017.

CASACA, Sara Falcão. Instituto Superior de Economia e Gestão – SOCIUS. Flexibilidade, trabalho e emprego: - ensaio de conceptualização. **Working papers**, nº 10, s/p, 2005.

COSTA, Ana Cristina Rodrigues da; ROCHA, Érico Rial Pinto da. Panorama da cadeia produtiva têxtil e de confecções e a questão da inovação. **BNDS Setorial**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 159-202, mar. 2009.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Direito capitalista e democrático do trabalho nos marcos do estado providência: 70 anos da consolidação das Leis do Trabalho brasileira. **Revista Estudos do Século XX**, nº 13, p. 169-180, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2009.

DIEESE. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**, 2015. Disponível em: observatorio.sebraego.com.br/midias/downloads/10092015100002.pdf. Acesso em: 18 jul. 2016.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. A sobrevivência das pequenas empresas no desenvolvimento capitalista. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 1 (117), jan-março, p. 124-139, 2010.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IANNI, Octavio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Revista Estudos Avançados**, v. 8, nº 21, p. 147-163, 1994.

IPARDES. Arranjo produtivo local de confecção do Município de Maringá, out. 2006. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/apl_confeccao_maringa.pdf. Acesso em:

30 jul. 2016.

KNOWLES, Caroline. Trajetórias de um chinelo: microcenos da globalização. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 289-310, Jul-Dez, 2014.

KREIN, José Dari. Debates contemporâneos da economia social e do trabalho, 8: As relações de trabalho na Era do neoliberalismo no Brasil. In: FAGNANI, Eduardo (Org.). *Título da obra?* São Paulo: LTr, 2013, p. xx-xx.

KREIN, José Dari. **O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90**. N° p?. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Economia, Campinas: UNICAMP, 2001.

LEE, Matilde. **Eco chic**: o guia da moda ética para a consumidora consciente. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

LEITE, Márcia de Paula. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: LEITE, Marcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (Orgs.). **O Trabalho reconfigurado**: ensaios sobre Brasil e México. São Paulo: Annablume, 2009, p. 67-94.

_____. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 239-265, 2004.

LIMA, Jacob Carlos. Mobilidade do capital e do trabalho: redes, espacialidades e precariedades na indústria do vestuário. In: TELLES, Vera da Silva; PERALVA, Angelina (Orgs.). **Ilegalismos na globalização**: migrações, trabalho, mercados. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015, p. 156-170.

_____. A globalização da precariedade: a informalidade em tempos de trabalho flexível. In: NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria (Orgs.). **Retratos do trabalho no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2009, p. 37-62.

LORE, Andye. Imóveis são mais caros em Maringá. **Gazeta do Povo**, junho, 2006. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/imoveis-sao-mais-caros-em-maringa-a29xxbizpdyngenpn1rtwf21ji>. Acesso em: 28 jan. 2017.

MARX, Karl. **O capital**. v. 1. Livro Primeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MASSUDA, Ely Mitie. Transformações recentes da indústria têxtil brasileira (1992-1999), 2002. **Acta Scientiarum**, Maringá, v.24, n. 1, p. 243-251, 2002. 5º Encontro Nacional de Pesquisa em Moda, 2004.

METZ, Cristian; ROCHA, Ana Luíza Carvalho. O poder de agência atribuído à vestimenta e aos objetos sob a ótica da antropologia social e cultural. Local: Editora, 2015.

MORIN, Edgar. **Saberes Globais e Saberes Locais**: o olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

NERI, Marcelo Côrtes. Apresentação. In: CALIXTRE; André Bojikian; KREIN, José Dari; SANTOS, Ancelmo Luis (Orgs.). **Micro e pequenas empresas**. Mercado de trabalho e implicações para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

OHNO, Taiichi. **O sistema Toyota de produção**: além da produção em larga escala. São Paulo: Artes Médicas, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAIS, José Machado. As tramas da criatividade na produção artesanal da sociologia. In: BLASS, Leila Maria da Silva (Org.). **Imaterial e construção de saberes**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2014, p. 45-66.

PARO, Denise. Paraguai cresce no ritmo da Maquila. **Gazeta do Povo**, maio, 2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/paraguai-cresce-no-ritmo-da-maquila-8jla6swsgbpamry16yyf2ah5a>. Acesso em: 28 fev. 2017.

PINHEIRO- MACHADO, Rosana. **Made in China**: Produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil. (Tese de Doutorado). PPGAS – Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. China- Paraguai- Brasil: uma rota para pensar a economia informal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 118- 133, jun. 2008.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **Globalização**: notas sobre um conceito controverso. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo. **O que é Taylorismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SANTOS, Boaventura de Sousa; COSTA, Hermes Augusto. Introdução: Para ampliar o cânone do internacionalismo operário. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Trabalhar o mundo**: os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.17- 61.

SEBRAE. As pequenas empresas do simples nacional, Brasília, 2011. SINDVEST. Disponível em: <<http://sindvestmaringa.com.br/site/home>>. Acesso em: 15fev. 2016.

SILVA, Sidney Antonio da. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, . p. xx-xx, 2006.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Sindicalismo e terceirização no Brasil: pontos para reflexão. **Caderno CRH**, v. 28, n. 75, p. 545-567, 2015.

_____; MOREIRA, Eliana Monteiro. Sentidos da globalização: um desafio ao pensamento sociológico. **Raízes**, Campina Grande, v. 27, n. 1, p. 43-55, jan.- jun, 2008.